



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ÉRIKA COCEIRO DA COSTA

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A CRIAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA. AS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO EM UM PERÍODO
HISTÓRICO (2013-2024).**

Jaguari

2026

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837o Costa, Érika Coceiro da

Organização e memória institucional: a criação e desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, as vozes dos ex diretores de ensino em um período histórico (2013-2024) / Érika Coceiro da Costa. - Jaguari, 2026.

236 f. : il.

Orientadora: Daniela Copetti Santos

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2026.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguari. 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Jaguari – ex-diretores. 3. Ensino técnico. 4. Memória. 5. História. I. Daniela Copetti Santos, orient. II. Título.

CDU: 377

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

ÉRIKA COCEIRO DA COSTA

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A CRIAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA. AS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO EM UM PERÍODO
HISTÓRICO (2013-2024).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de Maio de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA COPETTI SANTOS**
Data: 24/05/2025 11:08:54-8300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Daniela Copetti Santos
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz,
Instituto Federal Farroupilha

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO FERREIRA MAURER**
Data: 24/05/2025 16:01:20-8300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Rodrigo Ferreira Maurer
UNIPAMPA-RS

ÉRIKA COCEIRO DA COSTA

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL: A CRIAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA. AS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO EM UM PERÍODO
HISTÓRICO (2013-2024).**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de Maio de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA COPETTI SANTOS**
Data: 24/06/2026 13:08:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Daniela Copetti Santos

Instituto Federal Farroupilha

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **CATIANE MAZOTTO PANIZ**
Data: 24/06/2026 17:46:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Catiane Mazocco Paniz,

Instituto Federal Farroupilha

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO FERREIRA MAURER**
Data: 24/06/2026 16:11:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Rodrigo Ferreira Maurer

UNIPAMPA-RS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de sustento, direção e esperança em todos os momentos desta caminhada. À minha orientadora, Prof.^a Dra. Daniela Copetti, a quem carinhosamente chamo de “Malvada Favorita”, expresso minha gratidão pela firmeza, pelo rigor e pelo compromisso acadêmico com que conduziu esta pesquisa. Sua postura ética, exigente foi essencial para o meu crescimento ao longo do percurso.

Ao meu filho, Emmanuel, e ao meu esposo, Maisson, agradeço pelo amor, pela paciência e pela compreensão diante das ausências, das noites mal dormidas e dos muitos finais de semana dedicados à escrita. Aos meus pais, David e Roselaine, sou grata pelo apoio, pelo incentivo e pelos ensinamentos de luta e perseverança que sustentam minhas escolhas. À minha irmã, Evelyn, agradeço pelo afeto e pelo incentivo constante. Ao meu irmão, David, meu carinho pela presença autêntica, pelo humor, pela sinceridade e pela forma única com que me ajudou a reencontrar o equilíbrio nos momentos de exaustão.

À minha cumadre Hermenegilda Delavechia, a Didinha, e ao compadre, agradeço pelo cuidado, pelas palavras de fé e pela torcida constante, sendo presença de luz e amparo em minha vida e na vida da minha família. Ao IFFar – Campus Jaguari, minha sincera gratidão pela oportunidade de realizar o ProfEPT.

A cada participante da pesquisa, deixo meu agradecimento pela generosidade em partilhar memórias, experiências e reflexões, pois sem essa confiança este trabalho não teria alcançado a profundidade e o sentido que hoje carrega. Ao jornalista e produtor Matheus Bastos, registro meu reconhecimento pelo profissionalismo, pela sensibilidade e pela contribuição técnica na construção do produto educacional, tornando-o mais didático, acessível e significativo.

Às minhas amigas Andreia e Sabrina Nadalon, minhas irmãs de alma, agradeço pela presença constante, pela escuta e pelo apoio incondicional. À minha amiga Marília e à Manu, minha afilhada de coração, agradeço pelos gestos simples e afetivos que tornaram os dias difíceis mais leves. Às minhas colegas e amigas de mestrado, Viviane e Beti, minhas cascas de bala, minha gratidão pelas partilhas, pelas risadas e pela parceria construída ao longo dessa trajetória. Mais do que um título acadêmico, representa a prova de que os sonhos florescem quando são sustentados por

dedicação, afeto e esperança. A todos que caminharam comigo, minha eterna gratidão

RESUMO

Este estudo está inserido na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguari. Vincula-se, também, ao Macroprojeto 4 – História e Memórias no Contexto da EPT. A pesquisa teve como objetivo analisar como as experiências e decisões do(a)s e ex-diretore(a)s de ensino influenciaram a criação e o desenvolvimento do Campus Jaguari do IFFar, no período de 2013 a 2024, com foco em suas contribuições para a organização institucional, a estrutura pedagógica e a construção da identidade educacional da unidade. O estudo buscou documentar as principais fases do desenvolvimento do campus desde sua implantação, estabelecendo relações entre documentos institucionais e os relatos dos(as) ex-diretores(as) de ensino. Por meio de suas memórias, buscou-se compreender a importância da criação do campus e sua atuação na região, considerando os processos formativos e decisórios da Direção de Ensino ao longo do tempo. A abordagem metodológica foi qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, envolvendo pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados foi fundamentada na técnica de Análise de Conteúdo. Como resultado, a pesquisa contribuiu para o fortalecimento da memória institucional e da identidade do campus, ao evidenciar o papel da Direção de Ensino na constituição e consolidação da trajetória institucional. O produto educacional consistiu em um documentário, construído com base nas narrativas dos(as) participantes, valorizando a história e a memória institucional a partir das vozes do(a)s e ex-diretore(a)s de ensino.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Memória. História da Educação. Gestão educacional. Identidade institucional.

ABSTRACT

This study is part of the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT) of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), offered by the Federal Institute Farroupilha (IFFar) – Jaguari Campus. It is also linked to Macroproject 4 – History and Memories in the Context of EPT. The research aimed to analyze how the experiences and decisions of current and former directors of education influenced the creation and development of the IFFar Jaguari Campus, from 2013 to 2024, focusing on their contributions to the institutional organization, the pedagogical structure, and the construction of the unit's educational identity. The study sought to document the main phases of the campus's development since its implementation, establishing relationships between institutional documents and the accounts of former and current directors of education. Through their memories, this study sought to understand the importance of the campus's creation and its role in the region, considering the formative and decision-making processes of the Teaching Directorate over time. The methodological approach was qualitative, exploratory, and descriptive, involving documentary research and semi-structured interviews. Data analysis was based on the Content Analysis technique. As a result, the research contributed to strengthening the institutional memory and identity of the campus by highlighting the role of the Teaching Directorate in the constitution and consolidation of the institutional trajectory. The educational product consisted of a documentary, constructed based on the narratives of the participants, valuing the history and institutional memory from the voices of the directors and teaching directors.

Keywords: Professional and Technological Education. Institutional Memory. Teaching Directorate. History of Education. Institutional Identity.

RESUMEN

Este estudio forma parte de la línea de investigación «Organización y Memorias de los Espacios Pedagógicos en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT)» del Máster Profesional en Educación Profesional y Tecnológica (ProfEPT), ofrecido por el Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguari. También está vinculado al Macroproyecto 4 – Historia y Memorias en el Contexto de la EPT. La investigación tuvo como objetivo analizar cómo las experiencias y decisiones de los directores de educación actuales y anteriores influyeron en la creación y el desarrollo del Campus Jaguari del IFFar, desde 2013 hasta 2024, centrándose en sus contribuciones a la organización institucional, la estructura pedagógica y la construcción de la identidad educativa de la unidad. El estudio buscó documentar las principales fases del desarrollo del campus desde su implementación, estableciendo relaciones entre los documentos institucionales y los relatos de los directores de educación anteriores y actuales. A través de sus memorias, este estudio buscó comprender la importancia de la creación del campus y su rol en la región, considerando los procesos formativos y de toma de decisiones de la Dirección de Enseñanza a lo largo del tiempo. El enfoque metodológico fue cualitativo, exploratorio y descriptivo, combinando investigación documental y entrevistas semiestructuradas. El análisis de datos se basó en la técnica de Análisis de Contenido. Como resultado, la investigación contribuyó a fortalecer la memoria institucional y la identidad del campus, al destacar el papel de la Dirección de Docencia en la constitución y consolidación de la trayectoria institucional. El producto educativo consistió en un documental, construido a partir de las narrativas de los participantes, que valora la historia y la memoria institucional desde la perspectiva de los directores y directoras de docencia.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. Memoria institucional. Dirección de Enseñanza. Historia de la Educación. Identidad institucional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Núcleo de Treinamento Agrícola (1984).....	43
Figura 2: Pórtico IFFar- Campus Jaguari.....	45
Figura 3: Contêineres de Tecnologia da Informação (TI) e Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT).....	45
Figura 4: Entrada do espaço de convivência dos estudantes.....	46
Figura 5: Porta de acesso ao Refeitório.....	47
Figura 6: Área administrativa e auditório.....	48
Figura 7: Bloco Educacional de Ensino	48
Figura 8: Laboratório de Processamento de Alimentos	49
Figura 9: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	50
Figura 10: Pórtico do Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari (1984).....	134
Figura 11: Instalações do Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari (1984).....	136
Figura 12: Aviário do Núcleo de Treinamento Agrícola Jaguari (1971).....	137
Figura 13: Parreiral Núcleo Avançado UFSM em Jaguari -RS (1984).....	138
Figura 14: Diploma concedido ao Dr. José Mariano da Rocha Filho (1970).....	139
Figura 15: Solenidade de entrega de diplomas à primeira turma do Curso de Tratorista (1970).....	140
Figura 16: Primeira Diretora de Ensino do Campus Jaguari em atividade institucional (2013).....	142
Figura 17: Ato institucional inicial de implantação do Campus Jaguari (2013).....	143
Figura 18: Vista do Campus Jaguari em fase inicial de estruturação (2014).....	144
Figura 19: Primeiro pórtico do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari.....	145
Figura 20: Parreiral do IFFar Campus Jaguari (2020).....	147
Figura 21: Vista da estrutura do Campus Jaguari (2016).....	148
Figura 22: Danos estruturais provocados pelo temporal (2017).....	149
Figura 23: Helicóptero utilizado em ação de apoio durante os eventos climáticos de 2024 na região de Jaguari.....	150
Figura 24: Abertura do documentário.....	161

Figura 25: Sequência iconográfica e inserção da música no documentário.....	162
Figura 26: Encontro entre a pesquisadora Érika Coceiro da Costa e a ex-Diretora de Ensino Neiva Lilian no Campus São Vicente do Sul	163
Figura 27: Pesquisadora Érika Coceiro da Costa e a ex-Diretora de Ensino Cristina em deslocamento no Campus Jaguari.....	165
Figura 28: Créditos finais do documentário sobrepondo a paisagem do Campus Jaguari.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Demonstrativo dos cursos ofertados no campus Jaguari.....	51
Quadro 2: Informações sociodemográficas.....	78
Quadro 3: Memórias e Trajetórias na Direção de Ensino no IFFar.....	79
Quadro 4: Eixos tecnológicos.....	86
Quadro 5: Criação e planejamento institucional.....	88
Quadro 6: Orçamento Financeiro.....	90
Quadro 7: Linha Histórica da Direção de Ensino do IFFar Campus Jaguari (2014– 2025).....	111
Quadro 8: Unidades de Registro e Categorias Analíticas.....	115
Quadro 9: Cronograma das Atividades a Serem Desenvolvidas.....	167
Quadro 10: Orçamento Financeiro.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Análise de Conteúdo

CAE: Coordenação de Assistência Estudantil

CDO: Certificados de Disponibilidade Orçamentária

CEFETS: Centros Federais de Educação

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

CNS: Conselho Nacional de Saúde

CONEP: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

FHC: Fernando Henrique Cardoso

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFFar: Instituto Federal Farroupilha

IFFar-SVS: Instituto Federal Farroupilha-Campus São Vicente do Sul

IFs: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)

JA: Jaguarí

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NIT: Núcleo de Inovação e Tecnologia

PAC: Plano de Aceleração do Crescimento

PNE: Política Nacional de Educação Profissional

PPCs: Projetos Pedagógicos de Curso

ProfEPT: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RS: Rio Grande do Sul

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem dos Comerciantes

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários

TAI: Termo de Autorização Institucional

TC: Termo de Confidencialidade

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI: Tecnologia da Informação

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO	20
2. OBJETIVOS.....	23
2.1 Geral	23
2.2 Específicos.....	23
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3.1. Memória Institucional e Educação	24
3.2. Gestão Pedagógica	25
3.3. Educação Profissional e Tecnológica	30
3.4. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)	39
3.4.1 A Expansão do Institutos Federal Farroupilha	42
3.4.2 Institutos Federal Farroupilha - Campus Jaguari	44
4. METODOLOGIA	56
4.1. Tipo de Pesquisa	56
4.2. Local da Pesquisa	58
4.3. Amostra	59
4.4. Critérios de Inclusão	60
4.5 Critérios de Exclusão	60
4.6. Coletas de Dados	61
4.7. Análise de Dados	65
4.8. Aspectos Éticos	68
4.9. Riscos aos Participantes	70
4.10. Benefícios aos Participantes	72
4.11. Validação do Instrumento de Pesquisa	73
4.12. Produto Educacional	81
5. ANÁLISE DOS DADOS - RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
5.1 Fases de desenvolvimento e criação do Campus Jaguari relacionadas à gestão educacional.....	84
5.1.1 Arranjo inicial institucional de 2014 a 2016.....	91
5.1.1.1 O ProfEPT no IFFar – Campus Jaguari.....	97
5.1.2 Consolidação organizacional, 2017 a 2019.....	100

5.1.3 Continuidade e adaptações em contexto pandêmico, 2020 a 2022.....	102
5.1.4 Caminhos de desenvolvimento do Campus Jaguari, 2023 a 2025.....	102
5.1.5 A Direção de Ensino na História do IFFar Campus Jaguari (2014–2025).....	103
5.2 Percorso histórico da criação do IFFar- Campus Jaguari através das narrativas e memórias dos diretores de Ensino	112
5.2.1 Perfil Socioprofissional e Inserção Institucional dos(as) DEJ.....	114
5.2.2 Implantação Institucional e Gestão da Direção de Ensino.....	118
5.2.3 Identidade Territorial, Políticas Públicas e Interiorização.....	122
5.2.4 Permanência Estudantil, Tensões e Consolidação Institucional.....	125
5.3 A história do IFFar – Campus Jaguari através de registros visuais.....	130
5.3.1 Percorso I – Antecedentes históricos e base material do território.....	131
5.3.2 Percorso II – Transição, implantação e institucionalização do Campus Jaguari.....	139
5.3.3 Percorso III – Consolidação da estrutura física, identidade territorial e vocação do campus.....	144
5.3.4 Percorso IV – Tensões, permanências e resposta institucional em contextos de crise.....	146
6 PRODUTO EDUCACIONAL.....	151
6.1 Caracterização e Fundamentação do Produto Educacional.....	151
6.2 Processo de Produção do Documentário.....	152
6.3 Estrutura e Conteúdo do Documentário	153
6.4 Aplicabilidade do Produto Educacional	155
6.4.1 Avaliação e Validação do Produto Educacional.....	155
6.5 Registro Visual do Documentário.....	157
7. CRONOGRAMA	163
8. ORÇAMENTO.....	164
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
10. APÊNDICES	173
APÊNDICE A: PRODUTO EDUCACIONAL.....	173
APÊNDICE B: Termo Autorização Institucional IFFAR -REITORIA.....	176
APÊNDICE C: Declaração de Autorização Institucional IFFAR – CÂMPUS JAGUARI/RS	177
APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE) Entrevistas	179

APÊNDICE E: Termo de Confidencialidade – (TC) Entrevistas	185
APÊNDICE F Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Questionário	186
APÊNDICE G: Termo de Confidencialidade – (TC) - Questionário	195
APÊNDICE H: Declaração para Encaminhamento ao Serviço de Saúde	196
APÊNDICE I: Declaração de Recursos Financeiros	197
APÊNDICE J: Declaração do Cronograma de Execução	198
APÊNDICE K: Declaração de Orçamento e Financeiro	200
APÊNDICE L: Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas	202
APÊNDICE M: Roteiro do Questionário	206
APÊNDICE N: Termo de Autorização para uso de Imagem e Voz	218
APÊNDICE O: Parecer de Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP/IFFAR	223

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Campus Jaguari. Inserida em uma proposta formativa que articula pesquisa, prática educativa e compromisso com a realidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a investigação vincula-se à linha de pesquisa voltada à organização e às memórias dos espaços pedagógicos na EPT e ao macroprojeto – organização de espaços pedagógicos na EPT.

Nesse contexto, o estudo se insere no conjunto de pesquisas que buscam compreender a constituição histórica, institucional e pedagógica das instituições da Rede Federal, reconhecendo que esses espaços são atravessados por processos sociais, políticos, educativos e humanos que não podem ser reduzidos apenas aos registros normativos ou administrativos.

O tema desta pesquisa é “Organização e Memórias: a Criação e o Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino”. Ao definir esse tema, busquei investigar a trajetória do IFFar-JA a partir de um recorte específico: as memórias, experiências e decisões da do(a) ex-diretor(a)s de ensino que participaram da constituição e do desenvolvimento do campus. Trata-se de uma investigação que procura compreender o papel da Direção de Ensino na organização pedagógica e institucional, considerando que essa função ocupa lugar estratégico na articulação entre sujeitos, processos, cursos, setores e demandas que estruturam o cotidiano da instituição.

A escolha desse objeto de estudo parte do entendimento de que a história das instituições educativas não pode ser explicada somente por meio de marcos legais, atos oficiais, relatórios e documentos administrativos. Esses elementos são fundamentais, mas não suficientes para compreender a complexidade da vida institucional. A história também se constrói nas experiências vividas, nas relações estabelecidas, nos desafios enfrentados e nas decisões tomadas pelos sujeitos que, em diferentes tempos, participaram da constituição do espaço educativo. Nessa perspectiva, a memória institucional é tomada aqui não como simples lembrança do

passado, mas como possibilidade de leitura e interpretação da trajetória de uma instituição a partir das vozes daqueles que a ajudaram a construir.

A relevância desta pesquisa se evidencia, em primeiro lugar, pelo próprio campo da EPT. Embora existam estudos importantes sobre a expansão da Rede Federal, suas políticas públicas, a criação dos Institutos Federais (IFs) e a oferta de cursos, ainda são menos frequentes as investigações que colocam a Direção de Ensino no centro da análise.

Em geral, a atenção costuma recair sobre aspectos administrativos, políticos e estruturais mais amplos, enquanto as dimensões pedagógicas e organizacionais relacionadas a esse setor acabam aparecendo de forma secundária. Ao focalizar a Direção de Ensino, esta pesquisa procura justamente dar visibilidade a um espaço fundamental para o funcionamento institucional, especialmente porque é nele que se articulam múltiplas demandas educativas, curriculares, humanas e organizacionais.

Em segundo lugar, a importância do estudo está relacionada ao fortalecimento da memória institucional. Registrar, analisar e interpretar as experiências daqueles que participaram da criação e do desenvolvimento do Campus Jaguari significa contribuir para que essa história não permaneça dispersa apenas em lembranças individuais ou em registros fragmentados. Significa, também, reconhecer que a consolidação de uma instituição resulta de processos coletivos, de escolhas construídas no cotidiano e de compromissos assumidos por diferentes sujeitos ao longo do tempo. Assim, esta investigação busca colaborar não apenas com o campo acadêmico, mas também com a própria instituição, ao valorizar sua trajetória e produzir um registro que pode servir de referência para futuras leituras sobre sua história.

Outro aspecto que confere relevância a esta pesquisa é sua vinculação com o território. O Campus Jaguari não pode ser compreendido de forma isolada, como se sua trajetória estivesse desvinculada do contexto social, histórico e regional em que está inserido. Ao contrário, sua constituição está relacionada à expansão da Rede Federal, às demandas locais e regionais, às dinâmicas territoriais e às necessidades educativas que emergem desse espaço. Compreender o campus a partir das vozes da Direção de Ensino significa, portanto, analisar não apenas uma estrutura

institucional, mas também os vínculos que ela estabelece com a comunidade, com o território e com os processos de interiorização da educação pública.

Somente após situar a pesquisa, o tema e sua relevância é que considero importante explicitar minha aproximação com esse objeto de estudo. Minha trajetória acadêmica e profissional foi profundamente marcada pela educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente pela experiência vivida no Instituto Federal Farroupilha (IFFar).]

Foi no IFFar-São Vicente do Sul que tive a oportunidade de iniciar minha formação superior, ao integrar a segunda turma do curso de Gestão Pública, concluído em 2012. Essa experiência foi decisiva em minha vida, porque me permitiu acessar o ensino superior em uma instituição pública e conciliar os estudos noturnos com o trabalho realizado durante o dia. Desde então, a educação passou a ocupar um lugar central em minha trajetória, não apenas como formação acadêmica, mas como experiência de transformação pessoal, profissional e social.

É nesse ponto que a reflexão de Paulo Freire ajuda a traduzir o sentido mais profundo desse percurso, ao afirmar que “ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que nos tornamos parte” (FREIRE, 2001, p. 40). Essa compreensão de formação como processo histórico, humano e social dialoga diretamente com minha trajetória e com o próprio movimento desta pesquisa.

Ao longo de meu percurso, fui compreendendo que formar-se não significa apenas acumular títulos ou concluir etapas acadêmicas, mas construir-se na relação com os sujeitos, com as instituições, com o trabalho e com os contextos de que se participa.

Posteriormente, dei continuidade à minha formação por meio de uma pós-graduação em Inspeção Escolar e das licenciaturas em História, Geografia, Artes e Pedagogia. Somei, ainda, a formação em Música, motivada por minha identificação com a arte e pela compreensão de que música, história, arte e pedagogia se entrelaçam na constituição de práticas educativas mais sensíveis, humanas e formativas.

Essa diversidade de formações ampliou meu olhar sobre a educação e fortaleceu em mim a percepção de que os processos institucionais são marcados por

complexidade, diálogo e múltiplas dimensões. Foi justamente nesse percurso que a Direção de Ensino passou a chamar minha atenção de forma mais intensa, por se constituir como espaço de articulação entre diferentes cursos, sujeitos, áreas do conhecimento e demandas pedagógicas.

A escolha do IFFar-JA como lócus da investigação também não ocorreu de maneira casual. Essa instituição passou a ocupar um lugar significativo em minha trajetória de vida. Meu esposo e eu residíamos em Santa Rosa até sua transferência para o IFFar-JA, onde atua até o presente. Esse retorno à nossa região de origem possibilitou maior proximidade com a família e trouxe novos sentidos à organização da vida cotidiana.

Além disso, viver e trabalhar em Jaguari tornou possível um equilíbrio mais humano entre as demandas profissionais, a vida familiar e os compromissos acadêmicos. Nesse sentido, o IFFar-JA não foi apenas o espaço de realização da pesquisa, mas parte concreta da estrutura que sustentou a possibilidade de sua realização. Por isso, esta dissertação não nasce de um interesse distante ou meramente formal, mas de uma implicação real com o tema, com o território e com a instituição investigada.

No que se refere à organização do trabalho, no primeiro capítulo, Introdução, apresento o tema da pesquisa, o problema investigado, os objetivos geral e específicos e a relevância do estudo. Nesse capítulo inicial, delimito o foco da investigação e situo a importância de compreender a trajetória do IFFar-JA a partir das memórias da Direção de Ensino.

No terceiro capítulo, Referencial Teórico, discuto os fundamentos que sustentam a pesquisa, com ênfase nas categorias de memória institucional, organização pedagógica, Educação Profissional e Tecnológica, expansão da Rede Federal e história das instituições educativas. Trata-se de um capítulo que busca construir a base conceitual necessária para compreender o objeto em sua dimensão histórica, institucional e territorial.

No terceiro capítulo, Metodologia, apresento o percurso metodológico da investigação, explicitando a abordagem qualitativa, o caráter exploratório e descritivo do estudo, os procedimentos de coleta de dados, os sujeitos participantes, os

documentos analisados e a utilização da Análise de Conteúdo de Bardin como base para a interpretação do material produzido.

No quarto capítulo, Análise dos Dados, discuto os resultados construídos a partir das narrativas das participantes, dos documentos institucionais e dos registros mobilizados ao longo da pesquisa, buscando compreender como as experiências e decisões da Direção de Ensino contribuíram para a criação e o desenvolvimento do Campus Jaguari.

No quinto capítulo, Registros Visuais e História Institucional, analiso imagens relacionadas à trajetória do campus, compreendidas não apenas como ilustrações, mas como vestígios históricos que ajudam a interpretar a constituição material e simbólica da instituição, bem como suas permanências e transformações ao longo do tempo.

No sexto capítulo, Produto Educacional, apresento o documentário produzido no âmbito da pesquisa, intitulado A Criação e o Desenvolvimento do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari pelas Vozes dos(as) Diretores(as) de Ensino. Nesse capítulo, discuto sua concepção, fundamentação, estrutura, aplicabilidade e processo de validação, evidenciando-o como instrumento de registro, preservação e socialização da memória institucional.

Por fim, nas Considerações Finais, retomo os principais aspectos da investigação, destacando os resultados alcançados, as contribuições do estudo para o campo da EPT e para a memória institucional do IFFar-JA, bem como os limites e as possibilidades de continuidade da pesquisa.

Concluir esta dissertação significa reconhecer que a história das instituições educativas é construída por sujeitos, experiências, escolhas e compromissos. Significa, também, compreender que a memória não é apenas recordação, mas elemento fundamental para interpretar trajetórias, fortalecer pertencimentos e produzir novos sentidos para a educação pública. Assim, esta dissertação representa não apenas o fechamento de uma etapa acadêmica, mas também a afirmação de um compromisso com a valorização da memória institucional e com a compreensão mais humana e histórica dos espaços educativos.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou como as experiências e decisões dos(as) ex-diretores(as) e diretores (as) de ensino do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari influenciaram a criação e o desenvolvimento da instituição, compreendendo tais trajetórias não apenas como registros funcionais de uma gestão, mas como parte viva da memória institucional. Ao voltar o olhar para a Direção de Ensino, este estudo buscou iluminar um espaço muitas vezes situado nos bastidores da vida escolar, mas profundamente decisivo na organização pedagógica, na mediação dos desafios cotidianos e na consolidação da identidade institucional do campus.

O Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari, ao longo de mais de uma década de atuação, inscreveu-se no movimento mais amplo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), processo que, para além da criação material de novas unidades, representou a interiorização do direito à educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Nesse percurso, o campus foi sendo tecido por decisões, tensionamentos, reorganizações e escolhas que ultrapassaram a dimensão administrativa, alcançando a constituição de modos próprios de fazer, pensar e viver a educação profissional e tecnológica (EPT) em seu território.

Reconhecer e analisar os processos formativos vinculados à Direção de Ensino mostrou-se, portanto, um caminho necessário para compreender a trajetória institucional em sua complexidade. Examinar o passado, neste trabalho, não significou apenas retomar fatos, datas ou marcos legais, mas buscar os sentidos produzidos pelos sujeitos que participaram diretamente da construção do campus. Significou compreender que a história institucional também se faz por meio das vozes, das memórias, das permanências e das marcas deixadas por aqueles que, em diferentes tempos, assumiram a responsabilidade de organizar o ensino, enfrentar desafios e sustentar decisões em contextos muitas vezes atravessados por limites, urgências e possibilidades.

Nessa perspectiva, a pesquisa permitiu não apenas preservar aspectos da memória institucional, mas também compreender como determinadas decisões,

práticas e experiências repercutiram na organização do ensino e na constituição da vida pedagógica do campus. Ao reunir documentos institucionais e narrativas dos(as) ex-diretore(a)s de ensino, o estudo evidenciou que a história de uma instituição não se sustenta unicamente na formalidade dos registros oficiais, mas também na densidade humana das experiências vividas, nos saberes construídos no cotidiano e naquilo que a memória conserva, ressignifica e transmite.

A investigação desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza básica e de caráter exploratório, articulando pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e, em situações específicas, questionários. Tal percurso metodológico possibilitou entrelaçar diferentes fontes e ampliar o olhar sobre o objeto investigado, favorecendo a compreensão da Direção de Ensino como um espaço de organização, decisão, mediação e memória no interior da instituição. Mais do que levantar informações, tratou-se de escutar experiências e interpretar sentidos, reconhecendo que as narrativas dos sujeitos carregam consigo visões de mundo, modos de atuação e leituras singulares sobre a trajetória institucional.

A população-alvo do estudo foi composta pela atual diretora de ensino e pelos(as) ex-diretores(a)s de ensino que atuaram no Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari, no recorte temporal delimitado pela pesquisa. A escuta desses sujeitos permitiu acessar percepções, desafios, escolhas e compreensões construídas no exercício da função, revelando que a Direção de Ensino ocupa lugar estratégico na sustentação da instituição, especialmente por articular dimensões pedagógicas, administrativas e humanas que atravessam a vida escolar.

Ao valorizar essas trajetórias, a pesquisa contribuiu para o fortalecimento da memória institucional e para a ampliação das reflexões sobre a Direção de Ensino no campo da EPT. As narrativas analisadas demonstraram que a constituição de uma instituição educativa é resultado de um processo histórico coletivo, marcado por intencionalidades, disputas, resistências, aprendizagens e compromissos.

Assim, compreender o percurso do Campus Jaguari pelas vozes daqueles(as) que atuaram diretamente na Direção de Ensino significou reconhecer que a instituição também é feita daquilo que seus sujeitos viveram, decidiram, sustentaram e legaram ao longo do tempo.

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo IFFar– Campus Jaguari, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica. Como desdobramento da investigação, foi elaborado um produto educacional que articulou teoria e prática, memória e formação, história institucional e experiência vivida, com o propósito de valorizar a trajetória do campus e socializar, em linguagem acessível, parte das memórias que ajudam a compreender sua constituição histórica e pedagógica.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar como as experiências e decisões dos ex-diretor(a)s de ensino do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição.

.2 Específicos

- 1° Documentar as principais fases de desenvolvimento relacionadas a gestão educacional desde a criação do campus Jaguari.
- 2° Relacionar através de narrativas e memórias do diretor (a) de ensino durante o percurso histórico qual a importância da criação dessa instituição e contextualizá-la com a busca documental realizada.
- 3° Explorar a história do IFFar- Campus Jaquari através dos registros orais, e memórias visuais.
- 4° Elaborar um produto educacional no formato de documentário que explore a organização e as memórias dessa instituição.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Memória Institucional e Educação

As memórias institucionais e a educação andam juntas preservando a identidade e continuidade das práticas educacionais dentro das intuições de ensino, a valorização da memória docente e a integração entre esses saberes formam a identidade e permitem desenvolver estratégias para EPT, recuperar essas memórias trazidas pelos docentes que integram o corpo escolar é um recurso importante.

Desse modo, identificar boas práticas para tomada de decisões futuras valorizando o passado e os saberes docentes possibilita melhorias contínuas dentro da instituição. Conforme Tardif (2002) afirma:

A formação para o magistério esteve dominada, sobretudo pelos conhecimentos disciplinares, conhecimentos esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo, em seguida, serem aplicados na prática por meio de estágios ou de outras atividades do gênero. Essa visão disciplinar e aplicacionista da formação profissional não tem mais sentido hoje em dia, não somente no campo do ensino, mas também nos outros setores. Procuro mostrar como o conhecimento do trabalho dos professores e o fato de levar em consideração os seus saberes cotidianos permite renovar nossa concepção não só a respeito da formação deles,

10

Nesse sentido, repensar formações continuadas que valorizem não apenas conhecimentos disciplinares, mas também as experiências práticas e os saberes acumulados no decorrer da trajetória profissional do corpo docente na educação é de suma importância, pois reconhece a importância de compartilhar saberes e vivências, enriquecendo assim o processo formativo e auxiliando a superar os desafios enfrentados diariamente pelos educadores.

Em síntese, desenvolver competências profissionais de professores significa ir além dos estreitos limites da definição de professor como profissional preparando para ensinar. Sem dúvida, faz parte das competências de professor saber ensinar, saber dar aula, saber comunicar-se com os alunos, mas é também, saber participar ativamente numa equipe, é saber contribuir para formar uma organização para o trabalho escolar qualificante e participativa, isso é, ter capacidade subjetivas e sociocomunicativas para construir coletivamente a estrutura organizacional (Libâneo, 2015, p. 78).

Cabe ressaltar, a importância de saber ensinar e se comunicar bem com os estudantes, mas o trabalho do professor também envolve participar de equipes e ajudar a criar uma escola que valorize a colaboração de todos entes envolvidos no processo de educação, desse modo o educador deve estar disposto a trabalhar junto com todos os colaboradores da escola, contribuindo para um ambiente escolar onde todos possam aprender e se desenvolver juntos. Sobre a influência de todos os colaboradores da educação. Luck (2006, p. 30) ressalta:

Cabe lembrar que toda pessoa tem um poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. Todavia, a falta de consciência dessa interferência resulta em uma falta de consciência do poder de participação que têm, do que decorrem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem os contextos de atuação em educação.

A partir da organização e das memórias dessas vivências é possível contar as histórias que aconteceram desde a EPT, da criação dos IFs, da Campus Jaguari e da gestão dessa instituição.

As memórias dessas experiências quando organizadas e descritas demonstram os desafios e conquistas da gestão pedagógica em diferentes momentos, mostrando o quanto o instituto se adapta a diferentes contextos sociais e tecnológicos. Discorrer sobre essa história não é apenas uma forma de preservar o passado, mas também de auxiliar no enfrentamento de novos desafios da EPT, especialmente no que diz respeito à direção de ensino, que está sempre se adaptando às novas demandas em um mundo em constantes transformações.

3.2. Gestão Pedagógica

A Gestão Pedagógica é uma das questões mais significativas enfrentadas pelas instituições de ensino, logo envolve a necessidade de coordenar práticas educativas que atendam às demandas de estudantes, professores e da comunidade escolar.

A educação vai além de transmitir conteúdos estabelecidos pela mantenedora ela envolve planejamento de ações que se estendem a comunidade de forma com

que as famílias sejam acolhidas pela escola integrando a escola com as famílias tornando claro o papel de cada um na educação dos estudantes colaborando para formação de cidadão plenos.

Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia da Autonomia", critica a memorização mecânica e o modelo tradicional de ensino, onde o aluno apenas recebe o conhecimento de forma passiva. Para ele, essa "transferência" de saber não gera um aprendizado real, pois o estudante não participa ativamente da construção do conhecimento. Conforme enfatiza Freire (1996, p. 36):

A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de apreender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. É precisamente por causa desta habilidade de apreender a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mal aprendizado, o em que o aprendiz foi puro paciente da transferência do conhecimento feita pelo educador.

A Gestão Pedagógica Educacional atua como um elo entre a comunidade e a escola em diferentes pontos da organização da mesma, tornando a gestão democrática participativa, onde não somente os diretores escolares e a equipe pedagógica tem o poder de decisão, mas também pais, estudantes e a comunidade local têm vez e voz no planejamento escolar e na tomada de decisões. Como ressalta Camara (2017, p. 16):

A gestão educacional deve atuar como instrumento de integração, possibilitando a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar em todos os campos da organização da escola. Para isso, porém, é necessário que as noções administrativas gerais da gestão empresarial sejam apropriadamente compreendidas e aplicadas no meio educacional.

Desse modo, quando a autora fala de gestão empresarial ela não se refere em transformar a escola em uma empresa, mas usar estratégias empresariais positivas como organização, eficiência e planejamento estratégico em benefício da escola e seus estudantes.

Quando a Gestão escolar se apropria dessas estratégias ela facilita a integração entre escola e comunidade escolar promovendo um ambiente em que a participação de todos contribui para formação integral dos estudantes. A importância

da autonomia e da democratização da gestão escolar como respostas aos avanços teórico-práticos na educação é mencionada, conforme Wittmann e Klippel (2012, p.80) como sendo: “a autonomia e a democratização da gestão escolar são demandadas pelos avanços teórico-práticos da educação e de sua administração. Nesse cenário, os educadores estão reencontrando e reconstruindo o sentido e o prazer em educar”.

A conexão entre a autonomia na gestão e a adoção de práticas organizacionais eficazes é de grande importância para o desenvolvimento de uma educação que vai além de ensinar conteúdos, mas também forma cidadãos críticos e engajados. Como explica Souza (2023, p. 8):

Diante da articulação entre os princípios da Gestão Democrática, a Gestão Escolar, na figura de seus representantes, tem a incumbência de organizar todos os elementos que influenciam no trabalho pedagógico. Essa equipe deve estar focada no fortalecimento do trabalho coletivo, na ética profissional e no comprometimento político-pedagógico com a educação, o que implica em transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência.

Assim, a gestão se torna um facilitador, ao promover a organização curricular de forma a enriquecer o processo educativo e fortalece a comunidade escolar sobre o conceito de organização curricular Camara (2017, p. 26) afirma:

A organização curricular pode ser definida como o conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, na distribuição das disciplinas/áreas de estudo (as matérias, ou componentes curriculares); por série, grau, nível, modalidade de ensino e respectiva carga-horária.

Umas das questões administrativas e pedagógicas é a organização curricular ela influencia diretamente nos estudantes e professores, pois organiza como o nome mesmo diz o currículo, ou seja, os conteúdos, matérias e atividades. Orienta as práticas pedagógicas dos professores de acordo com sua formação e perfil profissional, adequado para a disciplina a ser ministrada. Dessa forma, de maneira equilibrada, os estudantes recebem a atenção adequada e têm a oportunidade de desenvolver as habilidades e competências propostas pela mantenedora. Como destaca Camara (2017, p. 83)

Atualmente, o conceito de gestão educacional emerge como um dos pontos-chave nos debates e no cotidiano das escolas, uma vez que as várias instituições de ensino desenvolvem competências e compromissos cada vez mais complexos e abrangentes

A globalização, as novas tecnologias e a diversidade de estudantes nas mais diferentes esferas sociais, envolvendo um planejamento cuidadoso, que não apenas integra a escola e a família, mas também se beneficia de estratégias empresariais adaptadas ao contexto educacional para promover um ambiente de aprendizagem que responde às demandas contemporâneas são alguns dos desafios enfrentados todos os dias pela gestão pedagógica, logo ela vai além de administrar, planejando e organizando tudo que envolve a educação. Isso inclui desde o que os estudantes vão aprender e como vão aprender, até como a escola interage com a comunidade e os pais.

3.3. Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A história da formação para o trabalho no Brasil remonta ao período colonial, com desenvolvimento significativo ao longo dos séculos. A chegada ao Brasil em 1500 marcou o início de um processo de colonização que também influenciou a educação no país, logo cabe salientar que a cultura dos povos originários não foi respeitada como nos traz Romanelli (2014, p. 8):

No que toca o Novo Mundo, elas foram aniquiladoras das culturas indígenas. Em casos como esses, recusamo-nos a chamar de troca o contato feito. O que em verdade ocorreu foi uma transferência pura e simples dos padrões culturais europeus para as terras das Américas.

Inicialmente, a educação estava centrada nas práticas missionárias dos jesuítas, que buscavam converter os povos indígenas ao cristianismo e educá-los segundo os padrões europeus da época segundo Romanelli (2014, p. 9):

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época.

O ensino não despertava interesse na grande massa pobre, pois não oferecia benefícios práticos em uma economia baseada na agricultura e no trabalho escravo.

O modelo educacional jesuítico era acessível apenas àqueles que não dependiam do trabalho para sua subsistência. Nas palavras de Souza e Santos (2019, s/p)

A obra educativa dos jesuítas, que estava integrada à política colonizadora e durante pouco mais de dois séculos foi responsável quase exclusiva pela educação no Período Colonial, além de ser um ensino totalmente acrítico e alheio à realidade na vida da colônia, foi aos poucos se transformando numa educação de elite e, conseqüentemente, num instrumento de ascensão social.

O Ato Adicional de 1834 foi importante pois descentralizou o poder, dando mais autonomia às províncias, mas ao mesmo tempo preservou o poder central sobre áreas consideradas mais importantes e estratégicas, como ensino superior, deste modo mostra o equilíbrio entre a descentralização e a necessidade de manter certas decisões nas mãos do governo central como descrito por Romaneli (2014, p. 9):

O Ato adicional de 1834 conferiu às províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimento próprios a promovê-la, excluindo, porém, de sua competência as faculdades de Medicina e Direito e as Academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral.

Esse sistema dual de ensino refletiu um caráter classista e acadêmico, perpetuando desigualdades educacionais ao longo do tempo. Saviani (2023 p. 29) argumenta que essa estrutura exacerbou as desigualdades educacionais, como destacado:

O Ato Adicional de 1834 teve o propósito de descentralizar a instituição primária, conferindo maior grau de autonomia às províncias, o que lhe permitiria maior margem de criatividade e adequação da instrução às suas necessidades e características específicas.

Com o passar dos séculos, especialmente a partir da Independência em 1822 e da proclamação da República em 1889, a educação no Brasil passou por diversas transformações. A criação de instituições educacionais formais, como as escolas normais no século XIX, visava atender à demanda por professores e promover a educação básica no país.

A Constituição de 1891 descentralizou o ensino no Brasil, mas não forneceu a estrutura necessária para que as províncias estabelecessem uma rede organizada de escolas. Como relata Brotherhood (2024, p. 10): “a Constituição de 1891 determinou que a reponsabilidade pela educação fosse atribuída aos estados, os quais deveriam

promover o ensino das ciências, das artes e das habilidades técnicas de trabalho, desvinculando-o do caráter religioso.”

Isso resultou no descaso com o ensino público, que acabou predominantemente nas mãos da iniciativa privada. Essa situação acentuou a divisão entre uma educação voltada para as elites, com foco nos cursos secundários e superiores, e um ensino primário e profissional bastante precário destinado às classes populares. Conforme consta no texto do § 6º do artigo 72 da Constituição de 1891: "a instrução é livre à iniciativa particular, incumbindo ao poder público, no que lhe disser respeito, regulá-la e suprir-lhe as deficiências."

Durante o Brasil Império, foi institucionalizada a educação profissional no Brasil por meio do decreto federal 7.566 de 23 de setembro de 1909 a criação das Casas de Educandos Artífices marcando um avanço na educação profissional primária e gratuita. Na República, as Escolas de Aprendizes Artífices de 1909 foram pioneiras na institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política pública (Brasil, 1909).

Inicialmente, essa formação era vista principalmente como uma medida social, pretendendo fornecer ocupação para aqueles menos afortunados. Essas escolas, que originalmente estavam sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passaram em 1930 para a supervisão do recém-criado Ministério da Educação.

Com o crescimento das indústrias, surgiu uma necessidade maior de formar trabalhadores qualificados. Isso fez com que a EPT se tornasse crucial, pois era necessário preparar as pessoas para trabalhar de maneira eficiente dentro do novo sistema industrial. Assim, a EPT ajudou a responder às demandas desse novo modelo produtivo, tornando-se uma peça chave para o desenvolvimento econômico da época, sobre esse contexto Pegorini (2020, p. 45) destaca:

A disputa pelo poder entre fazendeiros e industriais- que ocorreu em São Paulo em 1930- levou este último grupo a se organizar para buscar construir sua hegemonia, defendendo o ideário industrial com inspiração nas ideias tayloristas. Por esse motivo, criou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Cisesp) em 1929, a Organização Racional do Trabalho (ORT) em 1930, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), ambos em 1931.

Em 13 de janeiro de 1937, foi promulgada a Lei Nº 378 (Brasil, 1937), em que a educação técnica começou a ser considerada um componente estratégico para o progresso social e econômico da classe trabalhadora. Neste ano, a Constituição promulgada pelo presidente Getúlio Vargas converteu as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais. Em 1942, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias (Pacheco, 2011).

O Decreto-Lei Nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942 (Brasil, 1942), cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI) e dos Comerciais (SENAC). Com a criação desses sistemas, em 1946, o ensino técnico foi expandindo em áreas industriais e comerciais.

No início da década de 1960, com a promulgação da Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), começa-se a observar o surgimento de experiências inovadoras na educação brasileira (BRASIL, 1961). No entanto, essa fase logo entra em crise, dando lugar a uma nova abordagem: a pedagogia tecnicista como nos traz Saviani (2013 p. 16):

As reformas do ensino preparadas pelo governo militar decorrente do golpe de 1964 começam a ser implantadas em 1969 sob a égide da pedagogia tecnicista, que se torna a orientação oficial. Esta enfrenta, porém, a resistência de lideranças intelectuais expressivas que passam a elaborar e difundir a crítica à pedagogia oficial fortemente inspirada nas ideias constitutivas das teorias crítico-reprodutivistas.

A Lei Nº 5.692/71 reformulou o ensino de 1º e 2º graus, sendo aprovada sem a participação popular. Essa lei promoveu várias mudanças: o ensino de 1º grau passou a ter oito anos, focado em uma educação geral, enquanto o ensino de 2º grau, que durava de três a quatro anos, tornou-se obrigatoriamente profissionalizante até 1982 (Ramos, 2014).

Além disso, aumentou-se o número de matérias obrigatórias em todo o país, e as disciplinas mais reflexivas deixaram de ser ministradas no 2º grau. Como explica Ramos (2014, p. 39):

Com isto se fazia a crítica radical ao modelo hegemônico do ensino técnico de nível médio implantado sob a égide da Lei Nº 5692/71, centrada na contração da formação geral em benefício da formação específica.

Especialmente no ensino industrial, conhecimentos das áreas de Ciências Sociais e Humanas e, eventualmente, das Linguagens, tinham pouca relevância na formação dos estudantes.

Por conseguinte, com o objetivo de resgatar a função formativa da educação, os projetos originais da nova LDB estabeleceram que o ensino médio, como etapa final da educação básica, deveria ter, no mínimo, 2400 horas. A formação profissional, que não substituiria a formação básica, poderia ser adicionada a esse mínimo, preparando os estudantes para o exercício de profissões técnicas.

Conforme Ramos (2014), em dezembro de 1988, logo após a promulgação da Constituição, o deputado Octávio Elíseo apresentou um projeto de uma nova LDB, que refletia as principais demandas dos educadores progressistas, incluindo questões relacionadas ao ensino médio.

Esse movimento deu início a uma mobilização significativa em prol da aprovação de uma nova LDB, com o objetivo de promover avanços relevantes na educação nacional, focando na democratização e na universalização de uma educação de qualidade para todos.

No que diz respeito à educação profissional e ao ensino médio, o objetivo deste projeto era criar uma escola unificada e politécnica, superando a tradicional dualidade presente na história da educação brasileira. O longo debate sobre este projeto e o Substitutivo Jorge Hage foi influenciado pela apresentação de um novo projeto de LDB pelo Senador Darcy Ribeiro.

A aprovação da LDB de 1996 (Brasil, 1996) foi um processo complexo que envolveu intensos debates e várias etapas legislativas. O projeto de lei foi encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, passando por diversas comissões e audiências públicas para discussão e revisão.

Durante esse período, ocorreu uma significativa articulação política e influência de diferentes grupos de interesse, como educadores, parlamentares e representantes governamentais. O governo tomou das mãos dos educadores o controle do processo de discussão e aprovação da nova LDB, substituindo o projeto apoiado pelo movimento educacional por um novo, o governo federal conseguiu impor sua visão. Segundo Saviani (2013, p. 227),

Na prática, portanto, os Conselhos de Educação reduziam-se a órgãos de assessoria do representante do Executivo (o ministro ou os secretários de Educação). E, infelizmente, na atual LDB, aprovada em 1996, essa mesma situação também acabou por prevalecer, tendo sido rejeitada a proposta aprovada na Câmara dos Deputados que previa um Conselho Nacional de Educação com caráter deliberativo, administrativa e financeiramente autônomo e cujas decisões entrariam em vigor independentemente de homologação do ministro.

O texto da LDB foi sujeito a várias alterações e ementas ao longo do processo legislativo, refletindo as negociações e compromissos entre as partes envolvidas. A base parlamentar do governo FHC conseguiu mobilizar apoio suficiente para aprovar a versão final da lei, que foi sancionada pelo presidente e promulgada em dezembro de 1996. Como explica Saviani (2013, p. 17),

Com efeito, ao arrebatando das mãos dos educadores o controle do processo de discussão e aprovação da nova LDB por meio da articulação de um novoprojeto que removeu aquele defendido pelo movimento educacional organizado, o governo federal conseguiu fazer prevalecer sua visão.

A LDB de 1996 trouxe avanços significativos para o ensino tecnológico no Brasil. Ela estabeleceu diretrizes para a EPT de nível médio, integrando essa modalidade de ensino de maneira mais estruturada ao sistema educacional brasileiro.

Antes da LDB de 1996, a educação profissional era percebida de forma fragmentada e frequentemente desvinculada do ensino regular. De acordo com a Lei Nº 11.741, de 2008 (Brasil, 2008) que alterou a LDB de 1996, em seu Art. 39 afirma que: "a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia".

Com a nova legislação, o ensino técnico foi incorporado ao ensino médio, permitindo uma formação mais completa e alinhada às necessidades do mercado de trabalho. A LDB de 1996 (Brasil, 1996) também incentivou a criação de escolas técnicas integradas, promovendo a integração entre teoria e prática, fundamental para a preparação de profissionais qualificados em diversas áreas técnicas.

Contudo, os currículos técnicos frequentemente eram desenvolvidos de forma separada dos currículos acadêmicos, limitando a integração entre disciplinas como ciências e humanidades. Isso prejudicava tanto os estudantes do técnico, privados de uma ampla formação acadêmica, quanto os do regular, que perdiam acesso a

habilidades técnicas essenciais. Neste momento havia a necessidade de uma abordagem mais integrada na educação, para melhor atender às necessidades como exemplifica Pacheco (2011, p. 36):

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) dedica o Título VI, art. 61 a 67 ao traçado das diretrizes para a formação dos profissionais da educação, pouco acrescentando ao que já se apontara anteriormente.

Adicionalmente, a legislação determinou que a formação profissional técnica de nível médio fosse oferecida de maneira articulada ao ensino regular, assegurando aos estudantes uma formação integral que combina conhecimentos gerais, técnicos e específicos. Assim, a LDB de 1996 desempenhou um papel crucial na valorização e expansão do ensino técnico no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país ao melhor preparar os jovens para o mercado de trabalho, na opinião de Ramos (2014, p. 41):

O propósito embutido na reforma proposta era a compressão do ensino técnico entre a educação básica e a superior ou torná-lo uma simples alternativa a esta última: "Desta forma a educação profissional se coloca como complementar a Educação Básica e alternativa à Educação Superior.

A Política Nacional de Educação Profissional (PNE), (Brasil, 2014) implementada ao longo dos anos 2000 no Brasil, teve como objetivo principal orientar e promover o desenvolvimento da EPT no país. Ela foi criada para melhor articular e integrar os diferentes níveis de ensino, buscando alinhar a formação técnica às demandas do mercado de trabalho e às necessidades socioeconômicas do país.

A Lei Nº 10.172/2001 (Brasil, 2001), conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE) para 2001-2010, foi crucial para definir diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento educacional no Brasil na primeira década do século XXI. Isso incluiu todos os níveis de ensino, abrangendo também a educação profissional e tecnológica. Segundo Pacheco (2011, p. 56):

Na legislação vigente, o termo "rede" associado à educação profissional, até então, aparecia somente no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei no 10.172/2001, no item 7, Educação Tecnológica e Formação Profissional, como: rede federal de escolas técnicas; rede de escolas federais de nível técnico e tecnológico; rede de educação técnica federal; rede de instituições de educação profissional; rede de educação profissional; e rede de escolas agrotécnicas.

Desde 2003, quando começou o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal tem adotado políticas educacionais que vão contra as ideias de livre mercado ou neoliberalismo. Ao contrário dos governos anteriores, que seguiam políticas neoliberais e tendiam a enfraquecer a posição econômica e social da classe trabalhadora, aumentando a precariedade do trabalho, a desigualdade de renda e a dificuldade de acesso a serviços essenciais.

O governo Lula criou novas oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Com o objetivo de aumentar o acesso à educação e garantir que mais pessoas permaneçam e aprendam nos sistemas de ensino, várias medidas foram implementadas durante seus mandatos presidenciais Segundo Pacheco (2011, p, 6):

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) injetará R\$ 4 bilhões na educação pública, financiando da educação infantil ao ensino médio. No ensino superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni), maior programa de bolsas da história do país, com cerca de 300 mil bolsas já implementadas, e ainda em expansão, vem alterando na universidade brasileira não somente a composição de classe como também a étnica.

Entre 2003 e 2010, o governo federal promoveu a expansão da EPT com a instalação de 214 novas escolas, ampliando a Rede Federal e colaborando com outros sistemas de ensino. Esse período também marcou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

A iniciativa E-Tec Brasil aumentou as vagas em cursos técnicos por meio da educação a distância, beneficiando jovens nas periferias e regiões isoladas. Além disso, programas como o Proeja, Escola de Fábrica e ProJovem foram implementados para integrar a educação profissional com a educação básica e incluir jovens e adultos previamente excluídos dos sistemas de ensino. Pacheco (2011, p, 6) considera que:

A educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral. Nesse processo, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal.

A EPT através dos IFs não visa apenas transmitir conhecimento teórico, mas também desenvolver habilidades práticas e atitudes profissionais necessárias para o mundo do trabalho. Esse objetivo amplo exige a participação ativa de diversos atores no processo educativo, tornando todos os envolvidos, de certa forma, educadores.

Recentemente, em 28 de agosto de 2025 foi promulgada a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) que regulamentou a art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da EPT. A PNEPT tem como finalidade a formação integral e cidadã da população e articula um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que visem à promoção, à democratização, à qualificação da oferta, à equidade no acesso e na permanência e ao respeito à diversidade dos sujeitos e dos contextos educacionais em diálogo com o mundo do trabalho.

Através dessa nova lei busca-se estabelecer a conexão entre a educação, a inclusão social e a inserção socioproductiva, observadas as necessidades de desenvolvimento sustentável e socioeconômico do País e o estímulo à inovação, com integração entre os diferentes sistemas de ensino. Ela deverá ser articulada com outras políticas públicas estruturantes, como as de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de saúde, de cultura e de desenvolvimento sustentável, com vistas a fortalecer uma atuação governamental sistêmica, integrada e efetiva, em diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

Nesse sentido, mesmo fora do ambiente escolar, a família e a comunidade têm um impacto considerável na educação dos estudantes. Pais e familiares, ao apoiar e incentivar a jornada educacional dos jovens, desempenham um papel educador indireto. Comunidades que valorizam a educação e oferecem oportunidades de aprendizagem também contribuem significativamente para o desenvolvimento dos estudantes como argumenta Pacheco (2011, p 10):

Assim, diante dessas novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definir claramente o protagonismo daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e na sociedade como um todo. Os índices de sucesso escolar ou acadêmico, a valorização dos seus educadores, o conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas envolve a comunidade, demonstram o vigor da Rede.

A EPT, portanto, depende da colaboração de todos os envolvidos. Reconhecer que todos os que interagem com os estudantes são educadores destaca a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa na formação crítica e integral dessa população. Cada momento de interação, seja em sala de aula, no local de trabalho ou na comunidade, oferece oportunidades para aprendizado e desenvolvimento, desempenhando um papel crucial na formação abrangente e bem-sucedida dos futuros profissionais.

Neste sentido, a criação dos IFs colaborou para o processo de desenvolvimento educacional, atendendo às necessidades sociais, articulando teoria e prática e preparando os estudantes não somente para o mundo do trabalho, mas também para a formação pessoal.

3.4. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) teve como objetivo melhorar a qualidade da EPT, promovendo a inclusão social e regional e estimulando o desenvolvimento econômico e social. A sua implementação foi formalizada pela Lei Nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, como parte de uma reformulação e ampliação da rede de educação técnica e tecnológica do país (Brasil, 2008).

A ideia era oferecer uma educação técnica e tecnológica de alta qualidade, com uma abordagem integrada ao desenvolvimento regional e ao mundo do trabalho. Os IFs foram concebidos para serem autônomos e descentralizados, com uma gestão própria e um enfoque na inovação e na prática profissional. Como descrito por Ramos (2014, p. 79):

Esta instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Quando os IFs foram criados, eles receberam uma regra importante: pelo menos metade das vagas deveria ser destinada a cursos técnicos de nível médio, preferencialmente no formato integrado. Além disso, eles precisavam reservar pelo menos 20% das vagas para cursos de licenciatura e programas de formação de professores, focando principalmente em ciências e matemática, além de educação profissional.

Esses cursos foram criados quando do surgimento da Rede Federal e, assim, têm a obrigação legal de destinar mais de 50% de suas vagas aos cursos técnicos de nível médio, sendo a forma integrada a prioridade. Devem ainda reservar um percentual mínimo de 20% das vagas para os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, como uma política de constituição do quadro de professores da educação básica, em especial da formação para as áreas de ciências e de matemática e para a educação profissional (Pacheco, 2011).

Essas regras ajudam a garantir que os IFs desempenhem um papel importante na educação técnica e na formação de professores, o que melhora a qualidade da educação e assegura que mais estudantes tenham acesso a oportunidade a uma formação de qualidade e gratuita. Uma vez que evidencia a falta de professores:

No entanto, o país vive, historicamente, a realidade de falta de profissionais capacitados para atuar nas diferentes etapas da educação básica, o que implica na atuação de profissionais sem a formação necessária, em muitos contextos, ou na formação aligeirada de profissionais para a atuação nesse nível, comprometendo a qualidade do ensino (Ramos, 2014, p. 07).

Em 2019, havia mais de seiscentas e sessenta e uma (661) unidades associadas a trinta e oito (38) IFs, dois (02) Centros Federais de Educação (CEFETs), e vinte e duas (22) escolas técnicas vinculadas a universidades federais e ao Colégio Pedro II. (Brasil, 2024). Deste modo os IFs ajudam a melhorar o trabalho qualificado no Brasil de forma a não se limitar ao mundo do trabalho ou nos interesses das grandes empresas. A ideia é garantir que a educação de qualidade auxilie no avanço científico e tecnológico do país e na formação completa de seus estudantes.

De acordo com o Ministério da Educação, a expansão da Rede Federal, anunciada em março de 2024 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a contar, no segundo semestre daquele ano, com a emissão de Certificados de

Disponibilidade Orçamentária (CDO) para que os IFs dessem início aos processos licitatórios voltados à construção dos novos campi.

Conforme o planejamento ministerial, ao menos 47 obras, em 21 estados, deveriam ser licitadas até dezembro de 2024, enquanto outros 53 terrenos permaneciam em processo de doação às instituições. A iniciativa está em conformidade com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), com os objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 (Brasil, 2011), com os objetivos do PNE e com as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento.

Segundo Brasil (2024a, s/p),

O Plano de Expansão visa implantar, nos próximos 3 anos, 100 novas unidades de Institutos Federais pelo Brasil, em conformidade com o PPA 2023-2027, oferecendo ao país condições favoráveis à formação e à qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, à disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, à geração de emprego e renda para as juventudes e classe trabalhadora e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico dos territórios e por consequência da nação.

A expansão será viabilizada pelo Novo PAC, com investimento total de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 25 milhões serão para cada unidade: R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliário. Quando concluídos, os novos campi deverão garantir 140 mil vagas, sendo a maioria para cursos técnicos integrados.

Ao longo de sua trajetória, o IFFar foi se consolidando por meio da presença de diferentes unidades, cada uma delas inserida em realidades regionais específicas e em diálogo com as necessidades locais. Historicamente, a instituição estruturou-se com os campi de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana, formando uma rede que expressa a amplitude territorial e social do Instituto.

Em diferentes contextos, esses campi passaram a materializar a presença da educação profissional pública no interior do Rio Grande do Sul, contribuindo para a

formação de estudantes, para o fortalecimento das comunidades e para o desenvolvimento regional.

Em tempos mais recentes, esse movimento de expansão foi ampliado com a autorização dos campi Santiago e São Luiz Gonzaga, fazendo com que o IFFar passasse a contar com 13 campi autorizados, o que demonstra a continuidade de seu processo de crescimento institucional (Brasil, 2026, s/p; IFFar, 2026b, s/p).

Esse processo de ampliação não ocorreu de forma isolada, mas esteve articulado ao novo ciclo de expansão da RFEPCT anunciado pelo Governo Federal. Segundo Brasil (2024a, s/p), em março de 2024 foi anunciada a criação de 100 novos campi de IFs em todo o país.

Na sequência, conforme Brasil (2024b, s/p), o Ministério da Educação (MEC) passou a emitir os Certificados de Disponibilidade Orçamentária (CDO) para viabilizar os processos licitatórios das novas unidades. No caso do IFFar, esse cenário repercutiu diretamente na ampliação de sua estrutura e na abertura de novas possibilidades de atuação institucional, reafirmando sua inserção no movimento nacional de fortalecimento da EPT.

Além da expansão territorial, o IFFar também vem se consolidando pela ampliação de sua atuação acadêmica, especialmente no campo da pós-graduação stricto sensu. Nesse âmbito, destaca-se a oferta do Mestrado ProfEPT. De acordo com o ProfEPT, o programa tem como objetivo promover formação em EPT articulando a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de produtos educacionais (PE), em diálogo com o mundo do trabalho e com os desafios concretos da educação brasileira.

No IFFar (2026c, s/p), o curso é ofertado no Campus Jaguari, com aulas presenciais quinzenais e vagas destinadas à formação de profissionais que investigam, problematizam e produzem conhecimentos sobre a própria EPT. Além disso, o programa alcançou nota 4 na avaliação quadrienal da Capes, demonstrado seu amadurecimento e sua importância acadêmica.

É justamente nesse ponto que o Campus Jaguari assume um lugar de destaque na trajetória institucional do IFFar. Para além de integrar a estrutura multicampi do Instituto, Jaguari abriga o ProfEPT e se constitui como espaço de

formação, pesquisa e reflexão sobre a própria educação profissional e tecnológica. Assim, o campus não representa apenas mais uma unidade administrativa dentro do Instituto, mas um espaço que reúne ensino, pesquisa, memória institucional e produção de conhecimento.

Nesse sentido, ao situar o IFFar em sua constituição mais ampla, em sua presença local, em seu processo de expansão e em sua consolidação também no campo da pós-graduação, torna-se possível compreender com maior profundidade a importância do IFFar Campus Jaguari. É, portanto, a partir desse cenário que se justifica voltar o olhar, de forma mais específica, para sua trajetória histórica, institucional e pedagógica.

3.4.1 A Expansão do Instituto Federal Farroupilha

Segundo Brasil (2024a), o novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), direcionado para expansão dos IFs, representa o retorno dos investimentos na implementação de novas unidades em território brasileiro, uma vez que quase uma década se passou sem uma expansão institucionalizada.

Este programa fortalece uma das políticas educacionais mais exitosas da área de educação profissional de modo a garantir que a educação pública de qualidade alcance as regiões distantes das capitais e dos grandes centros urbanos, estabelecendo um dos maiores aportes na oferta de cursos técnicos no Brasil.

A expansão do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) para os municípios de Caçapava do Sul e São Luiz Gonzaga foi organizada a partir de audiências públicas e da escuta das demandas das comunidades locais. Nesse processo, foram definidos, para o Campus São Luiz Gonzaga, os eixos tecnológicos Informação e Comunicação e Ambiente e Saúde e, para o Campus Caçapava do Sul, os eixos Recursos Naturais e Informação e Comunicação.

Em 2024, o IFFar informou que, após o envio dos planos de implantação à Setec/MEC, previa ofertar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em 2025 e iniciar os cursos regulares em 2026. Contudo, esse cronograma foi parcialmente reformulado.

Em março de 2026, o MEC autorizou o funcionamento do Campus São Luiz Gonzaga, cuja oferta de cursos deve iniciar no segundo semestre de 2026, no momento apenas atividades administrativas estão acontecendo em sede provisória, enquanto as obras da sede definitiva seguem em andamento e aguardando a contratação de professores e técnicos para a abertura de novos cursos (IFFar, 2026).

O Campus Caçapava do Sul permanece em processo de implantação; as obras tiveram início em janeiro de 2025 e a instituição mantém tratativas para utilização provisória de infraestrutura da Unipampa, sem que, até o momento, tenha sido localizada autorização de funcionamento do MEC para essa unidade (Brasil, 2026).

O último Campus a ser autorizado através da Resolução Nº 12/2026 do Comitê Gestor do PAC pelo governo federal, foi o de Santa Maria que ofertará cerca de 1,4 mil vagas gratuitas entre cursos técnicos e superiores a partir da instalação sede do IFFar no município. Essa resolução não “cria” juridicamente o Campus por si só, mas garante a previsão de recursos federais, formaliza a implantação no planejamento do governo e permite iniciar etapas como comissão de implantação e definição de cursos, entre outras providências (Brasil, 2026).

Nesse contexto, o IFFar, que historicamente contava com 11 campi, ampliou sua estrutura institucional com a autorização de São Luiz Gonzaga e com a transformação do Centro de Referência de Santiago em campus pleno, passando a totalizar 13 campi.

3.4.2 Institutos Federal Farroupilha - Campus Jaguari

A trajetória histórica do Campus Jaguari é marcada por várias mudanças ao longo das décadas, adaptando-se às demandas educacionais e econômicas da região. As origens do campus datam de 1954, quando o local foi instituído como Posto Agropecuário do Chapadão. Posteriormente, passou por diferentes fases

institucionais, sendo gerenciado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como Núcleo de Treinamento Agrícola entre 1967 e 1988.

Figura 1: Núcleo de Treinamento Agrícola (1984)



Fonte: UFSM

Em 1989, um convênio com a prefeitura foi realizado na criação da Escola Municipal Agrícola (IFFar, 2024d). No ano de 2013, foi oficialmente fundado o Campus Jaguari, resultante da transformação do Núcleo Avançado do IFFar - Campus São Vicente do Sul em um campus autônomo. Desde então, o Campus Jaguari se consolidou como um importante centro de educação técnica e superior, oferecendo cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, além de graduação e pós-graduação.

A partir de 2014, o Campus passou a realizar seu próprio processo seletivo, inicialmente com os cursos técnicos em Agroindústria e a Licenciatura em Educação do Campo. Em 2016, iniciou-se a oferta do curso técnico em Sistemas de Energia Renovável, ampliando a oferta de cursos, às demandas da sociedade.

Em abril de 2024, o Campus Jaguari contava com 42 docentes, 37 técnicos administrativos em educação e 34 funcionários terceirizados, assistindo 571 estudantes matriculados em oito cursos, abrangendo o ensino técnico integrado e subsequentemente ao ensino médio, além de graduação e pós-graduação. (IFFar, 2024d).

Esse Campus possui uma área total de 100 hectares, distribuída em diferentes setores para atividades de produção vegetal, animal e administrativa, dentre elas a produção de energia. As áreas incluem 16,3 hectares para cultivos agrícolas anuais, 2,8 hectares para cana-de-açúcar, 1,5 hectares para vitivinicultura, 0,6 hectares para olericultura e plantas medicinais, e 1,5 hectares para fruticultura, no setor de produção vegetal.

No setor de produção animal, são dedicados 47,5 hectares à bovinocultura de corte, 0,4 hectares à avicultura e 0,3 hectares à apicultura. Outros setores abrangem 0,1 hectare para processamento vegetal e animal, 0,5 hectare para mecanização agrícola, 7,0 hectares para área administrativa e pátio, 24,0 hectares para mata nativa e capoeira, e 2,9 hectares para faixa de domínio do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes. Essas áreas evidenciam a estrutura versátil do campus, que apoia diversas atividades educacionais e de pesquisa (IFFar, 2024a).

As figuras a seguir demonstram todas essas instalações, sua infraestrutura e os espaços utilizados nessa instituição. Através delas é possível visualizar a arquitetura do Campus, a direção de ensino e outras repartições essenciais, como salas de aula, laboratórios e áreas de convivência, bem como demais departamentos, reforçando a importância de um ambiente bem estruturado para a formação de profissionais qualificados em diferentes áreas do conhecimento.

Figura 2: Pórtico IFFar- Campus Jaguari.



Fonte: A pesquisadora (2024).

Essa é uma estrutura projetada para oferecer segurança e controle na entrada de pessoas ao campus. Essa instalação serve como um ponto de monitoramento onde os vigilantes podem identificar e registrar a entrada e saída de visitantes, estudantes e servidores, contribuindo para a segurança do ambiente escolar.

Figura 3: Contêineres de Tecnologia da Informação (TI) e Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT)



Fonte: A pesquisadora (2024)

Os contêineres de Tecnologia de Informação (TI) e do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT) no campus destaca a modernização das instalações. Ao fundo, a garagem da frota, instalada em local estratégico, próxima à entrada e saída do Campus, oferece abrigo protegido aos veículos de forma a preservar a frota.

Figura 4: Entrada do espaço de convivência dos estudantes.



Fonte: A pesquisadora (2024)

O espaço de convivência dos estudantes possui uma entrada acolhedora e simples, projetada para promover a interação entre os estudantes. No interior, há uma geladeira, uma pia e um armário para armazenamento de algum alimento. Uma mesa de ping-pong, um banco para três lugares e também dispõe de uma televisão.

Figura 5: Porta de acesso ao Refeitório.



Fonte: A pesquisadora (2024)

O refeitório do IFFar, campus Jaguari, é o local onde os estudantes e servidores realizam suas refeições diárias. Ele oferece um ambiente acolhedor para alimentação e socialização, promovendo a interação entre os estudantes. O cardápio é elaborado pela nutricionista, a alimentação dispõe de opções saudáveis e balanceadas. Além disso, o refeitório é um ponto de encontro importante para os estudantes, contribuindo para a construção de laços.

Em abril de 2018, durante o evento AbrilTech, o IFFar lançou o sistema IFFar Refeição, permitindo que a comunidade acadêmica consulte os cardápios de refeições e lanches oferecidos nos campi. A plataforma, acessível pelo link <http://refeicoes.iffarroupilha.edu.br>, é a primeira etapa de um projeto que, no segundo semestre, também permitirá aos estudantes agendar suas refeições (IFFar, 2018b).

Figura 6: Área administrativa e auditório.



Fonte: A pesquisadora (2024)

Na figura acima, encontramos diversas repartições, como auditório, direção geral, sala dos professores, coordenações de cursos, dentre outros setores. No auditório, um espaço multifuncional, nele é realizado palestras, eventos acadêmicos e algumas aulas de mestrado. O auditório é equipado com tecnologia audiovisual. Além disso, existem banheiros disponíveis para o conforto dos usuários, localizados estrategicamente, assim como passagens cobertas que garantem proteção contra intempéries.

Figura 7: Bloco Educacional de Ensino



Fonte: A pesquisadora (2024).

Na área de ensino, podemos observar contêineres adaptados que funcionam como laboratórios, proporcionando um ambiente prático e inovador para os estudantes. Na entrada, há um amplo saguão, utilizado como espaço de convivência, onde eles podem interagir e socializar.

Ao fundo, destaca-se o prédio principal, que abriga amplas salas de aula, a direção de ensino e uma biblioteca ampla e moderna, oferece um espaço confortável e tranquilo para estudo e pesquisa, além de sala dos professores, dentre outros setores. Além disso, a passagem dos contêineres até o bloco é feita por uma passarela coberta, garantindo proteção e conforto durante o deslocamento entre os espaços.

Figura 8: Laboratório de Processamento de Alimentos



Fonte: A pesquisadora (2024).

O Laboratório de Processamento de Alimentos do IFFar Campus Jaguari, em operação desde sua origem, se consolida a partir de 2022 como um espaço de ensino, pesquisa e extensão. Além das atividades regulares, o laboratório acolhe estagiários e bolsistas, com foco no processamento de alimentos, especialmente nas quartas e sextas-feiras.

O laboratório dialoga com a realidade rural dos estudantes, incentivando a agroindustrialização, que promove a geração de renda e o desenvolvimento local. A proposta fortalece valores culturais, sustentabilidade e qualidade de ensino (IFFar, 2023c).

Figura 9: Coordenação de Assistência Estudantil, (CAE).



Fonte: A pesquisadora (2024)

A Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do IFFar- Campus Jaguarí apoia os estudantes por meio de auxílios financeiros, acompanhamento social e pedagógico, garantindo a inclusão e permanência dos estudantes.

As imagens do campus demonstram o ambiente onde os diversos cursos são oferecidos, reforçando o compromisso da instituição com a qualidade da educação e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos estudantes. Esses espaços, tanto nas áreas técnicas como superiores, demonstram a conexão entre o ambiente acadêmico e as necessidades profissionais da região, como será detalhado no quadro cursos oferecidos pelo IFFar-JA.

A instituição oferece formações nas áreas técnicas e tecnológicas, além de cursos de extensão, superiores, especializações e mestrado. Essa diversidade visa fornecer diversas opções de qualificação para os estudantes e a comunidade local.

Dentro desse contexto, apresentamos no quadro abaixo os devidos cursos ofertados no Campus no ano de 2024.

Quadro 1: Cursos ofertados no campus Jaguari.

1.1 Curso Técnico Integrado modalidade PROEJA:

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ-REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Técnico integrado em Comércio modalidade PROEJA -	18 anos ou mais, não ter cursado o Ensino Médio	Oportunizar aos jovens e adultos a possibilidade de concluírem o Ensino Médio Integrado a formação profissional de Técnico em Comércio, permitindo que construam seus próprios caminhos de inserção e/ou qualificação para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania transformadora.	2021 ¹	Presencial

1.2 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ-REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Técnico integrado em Sistemas de Energia Renovável	Conclusão do Ensino Fundamental	O Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado tem como objetivo formar profissionais capacitados a executar o projeto, a instalação e a manutenção de sistemas de energia renovável domiciliar e comercial.	2015 ²	Presencial

¹ Resolução CONSUP nº 56/2021 aprova a criação do Curso.

² Resolução CONSUP nº 41 de 12 de maio de 2015 aprova a criação do Curso e o funcionamento. Projeto Pedagógico do Curso aprovado pela Resolução CONSUP nº 125 de 27 de outubro de 2015. Ajuste Curricular do PPC, aprovado pela Resolução CONSUP nº 65, de 24 de outubro de 2019.

Técnico integrado em Agricultura	Conclusão do Ensino Fundamental	Formar profissionais com conhecimento científico e tecnológico, capacidade crítica e visão política e social, preparados para atuar de forma competente na gestão da produção agrícola e agroindustrial, com foco em soluções econômicas, menores impactos ambientais e sustentabilidade, especialmente na agricultura familiar, seguindo os princípios da agroecologia.	2018 ³	Presencial
Técnico integrado em Administração (CR Santiago)	Conclusão do Ensino Fundamental	Formar profissionais aptos para atuarem em Instituições Públicas, Privadas e do Terceiro Setor, desempenhando funções de apoio administrativo nas áreas de gestão de pessoas, contabilidade, finanças, marketing e produção.	2020 ⁴	Presencial

1.3 Cursos Técnicos Subsequentes:

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ- REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Técnico Subsequente em Administração (CR Santiago)	Conclusão do Ensino Médio	Formar técnicos em administração capazes de atuar com responsabilidade e inovação, seguindo as normas legais. Eles poderão criar oportunidades de negócio, gerar renda e contribuir para a sustentabilidade de empresas públicas, privadas e do terceiro setor.	2022 ⁵	Presencial

³ Resolução CONSUP nº 018, de 27 de março de 2018, aprova a criação do Curso e funcionamento. Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado pela Resolução CONSUP nº 37, de 25 de junho de 2018. Ajuste Curricular do PPC, aprovado pela Resolução CONSUP nº 87, de 11 de dezembro de 2019.

⁴ Resolução CONSUP nº 015/2020, de 13 de maio de 2020, aprova a criação do Curso. Resolução CONSUP nº 022/2020, de 19 de maio de 2020, aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza seu funcionamento

⁵ Resolução CONSUP nº 17/2018, de 27 de março de 2018, aprova a criação do Curso.

Técnico em Eletrotécnica Subsequente (CR Santiago)	Conclusão do Ensino Médio	Formar profissionais para trabalhar como Técnico em Eletrotécnica, com responsabilidade e pensamento crítico. Esses profissionais serão capazes de aprender e aplicar conhecimentos sobre o planejamento e a instalação de sistemas elétricos, sempre garantindo a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e usuários.	2023 ⁶	Presencial
--	---------------------------	--	-------------------	------------

1.4 Curso Superior de Tecnologia

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ- REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Sistemas Elétricos	Conclusão do Ensino Médio	Preparar profissionais qualificados para planejar, instalar, operar, montar e realizar a manutenção de sistemas que utilizam fontes de energia renovável.	2018 ⁷	Presencial

1.5 Superior de Licenciatura em Pedagogia EaD

Projeto Pedagógico do Curso aprovado e funcionamento do curso autorizado pela Resolução nº 036/2018, de 25 de junho de 2018.

Ajustes Curriculares do PPC aprovados pela Resolução CONSUP nº 80, de 11 de dezembro de 2019, e pela Resolução Ad Referendum nº 14, de 15 de agosto de 2022, homologada pela Resolução CONSUP nº 46, de 26 de setembro de 2022.

⁶ Curso criado pela Resolução Ad Referendum CONSUP nº 20, de 27 de dezembro de 2022, homologado pela Resolução CONSUP nº 35, de 20 de julho de 2023.

Projeto Pedagógico do Curso aprovado e funcionamento do curso autorizado pela Resolução CONSUP nº 36, de 20 de julho de 2023.

⁷ Resolução CONSUP nº 016/2018 aprova a criação do Curso.

Resolução CONSUP nº 040/2018 aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza seu funcionamento.

Resolução CONSUP nº 68/2022, de 19 de dezembro de 2022, aprova o ajuste curricular no Projeto Pedagógico do Curso.

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ- REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Licenciatura em Pedagogia	Conclusão do Ensino Médio	Formar professores em nível superior para a docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental capacitados para atuar nas diferentes modalidades de ensino e/ou nas demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, dentre elas na gestão educacional	2022 ⁸	EAD

1.6 Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ- REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Especialização em Metodologias e Práticas para a Educação Básica (EaD)	Diploma de licenciatura ou equivalente, ou diploma de nível superior com experiência comprovada na Educação Básica, conforme o edital.	Capacitar profissionais da educação para promover a gestão democrática e a qualidade do ensino, aprofundando conhecimentos teórico-práticos e propondo intervenções na realidade escolar.	2021	presencial e EAD
Especialização em Gestão Escolar	Portadores de diploma de nível superior em Licenciaturas ou equivalente, ou portadores de diploma de nível superior com atuação comprovada na Gestão Escolar	Capacitar profissionais da educação para promover a gestão democrática e a qualidade do ensino, aprofundando conhecimentos teórico-práticos e propondo	2021	EAD

⁸ Resolução CONSUP nº 12/2022 aprova a criação do Curso.

Resolução CONSUP nº 41/2022 aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza seu funcionamento.

		intervenção na realidade escolar.		
--	--	-----------------------------------	--	--

1.7 Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

CURSO CAMPUS JAGUARI	PRÉ-REQUISITOS	OBJETIVOS DOS CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO	MODALIDADE
Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)	Todos concorrentes devem possuir diploma ou declaração de conclusão de curso de graduação reconhecido ou validado pelo MEC. Para Vagas Destinadas a Servidores(as): Ser servidor técnico-administrativo ou docente do quadro permanente ativo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (incluindo estagiários Para Vagas de Ampla Concorrência: Comprovar atuação, entre 2023 e 2024, por: Pelo menos um semestre completo (6 meses) ou 80 horas no total, em espaços formais ou não-formais, sem exercício de práticas de ensino ou em gestão de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica,	O curso tem como objetivo capacitar profissionais na Educação Profissional e Tecnológica, unindo conhecimentos práticos do mundo do trabalho com saberes acadêmicos, para atuar em contextos formais e informais de ensino, desenvolvendo pesquisas e assim por diante.	2016	Presencial e EAD

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A oferta diversificada de cursos contribui para o aprimoramento e desenvolvimento das habilidades dos estudantes, vindo a ter um resultado significativo na vida social deles, de forma a fortalecer a economia local e contribuir

para o progresso da comunidade. Promovendo dessa forma o crescimento integral e garantindo que estejam prontos para atuar no mundo do trabalho, com integridade e compromisso com o bem-estar coletivo. Nesse sentido Pacheco (2011, p. 65), menciona que:

Essa diversidade não pode ser confundida com dispersão. Não se trata de um conjunto aleatório de cursos. O objetivo primeiro dos Institutos Federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção.

Os cursos apresentados nos quadros destacam a diversidade de ofertas desse Campus, evidenciando seu compromisso com a formação de qualidade e o desenvolvimento regional.

3.5 Memória Institucional e Educação

As memórias institucionais e a educação andam juntas preservando a identidade e continuidade das práticas educacionais dentro das intuições de ensino, a valorização da memória docente e a integração entre esses saberes formam a identidade e permitem desenvolver estratégias para educação profissional e tecnológica (EPT), recuperar essas memórias trazidas pelos docentes que integram o corpo escolar é um recurso importante.

Desse modo, identificar boas práticas para tomada de decisões futuras valorizando o passado e os saberes docentes possibilita melhorias contínuas dentro da instituição. Conforme Tardif (2002) afirma:

A formação para o magistério esteve dominada sobretudo pelos conhecimentos disciplinares, conhecimentos esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo, em seguida, serem aplicados na prática por meio de estágios ou de outras atividades do gênero. Essa visão disciplinar e aplicacionista da formação profissional não tem mais sentido hoje em dia, não somente no campo do ensino, mas também nos outros setores. Procuro mostrar como o conhecimento do trabalho dos professores e o fato de levar em consideração os seus saberes cotidianos permite renovar nossa concepção não só a respeito da formação deles, mas também de suas identidades, contribuições e papéis profissionais (Tardif, 2002, p. 23).

Nesse sentido, repensar formações continuadas que valorizem não apenas conhecimentos disciplinares, mas também as experiências práticas e os saberes acumulados no decorrer da trajetória profissional do corpo docente na educação é de suma importância, pois reconhece a importância de compartilhar saberes e vivências, enriquecendo assim o processo formativo e auxiliando a superar os desafios enfrentados diariamente pelos educadores.

Em síntese, desenvolver competências profissionais de professores significa ir além dos estreitos limites da definição de professor como profissional preparando para ensinar. Sem dúvida, faz parte das competências de professor saber ensinar, saber dar aula, saber comunicar-se com os alunos, mas é também, saber participar ativamente numa equipe, é saber contribuir para formar uma organização para o trabalho escolar qualificante e participativa, isso é, ter capacidade subjetivas e sociocomunicativas para construir coletivamente a estrutura organizacional (Libâneo, 2015, p. 78).

Cabe ressaltar, a importância de saber ensinar e se comunicar bem com os estudantes, mas o trabalho do professor também envolve participar de equipes e ajudar a criar uma escola que valorize a colaboração de todos entes envolvidos no processo de educação, desse modo o educador deve estar disposto a trabalhar junto com todos os colaboradores da escola, contribuindo para um ambiente escolar onde todos possam aprender e se desenvolver juntos. Sobre a influência de todos os colaboradores da educação. Luck (2006, p. 30) ressalta:

Cabe lembrar que toda pessoa tem um poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. Todavia, a falta de consciência dessa interferência resulta em uma falta de consciência do poder de participação que têm, do que decorrem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem os contextos de atuação em educação.

A partir da organização e das memórias dessas vivências é possível contar as histórias que aconteceram desde a EPT, da criação dos IFs, da Campus Jaguari e da gestão dessa instituição.

As memórias dessas experiências quando organizadas e descritas demonstram os desafios e conquistas da gestão pedagógica em diferentes momentos, mostrando o quanto o instituto se adapta a diferentes contextos sociais e tecnológicos. Discorrer sobre essa história não é apenas uma forma de preservar o passado, mas também de auxiliar no enfrentamento de novos desafios da EPT, especialmente no que

diz respeito à direção de ensino, que está sempre se adaptando às novas demandas em um mundo em constantes transformações.

Dentro desse contexto e desde que começaram a ser criados os campi do IFFar e considerando a organização e as memórias dessa instituição o objetivo da nossa pesquisa tem como foco analisar como as experiências e decisões dos ex-diretores (as) de ensino do IFFar Campus Jaguari e influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição.

4 METODOLOGIA

4.1. Tipo de Pesquisa

A metodologia desta pesquisa baseou-se em uma abordagem exploratória, descritiva, documental, bibliográfica e de cunho qualitativo, com foco na análise das narrativas e experiências de ex-diretore(a)s de Ensino do IFFar- Campus Jaguari. A metodologia buscou analisar como as experiências e decisões dessas pessoas influenciaram na criação e no desenvolvimento do Campus.

Essa pesquisa evidenciou as contribuições destes para o processo de construção e fortalecimento do Campus, possibilitando uma análise das decisões e suas contribuições para as memórias institucionais e para a EPT. As contribuições para a criação e o desenvolvimento dessa instituição requerem a adoção de metodologias capazes de captar as complexas interações sociais envolvidas nesse processo. Segundo Minayo (1993, *apud* Lakatos e Marconi, 2003, p. 303):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, implicações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e das características que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis.

Logo ao evidenciar o contexto histórico e as memórias institucionais, busca-se destacar a importância desses elementos que contribuíram para a criação e o desenvolvimento dessa instituição. Sampieri, Collado e Lucio destacam que “o Enfoque Qualitativo utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação” (2013, p. 303).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa e exploratória complementa-se tendo sido as duas fundamentais para a presente pesquisa. A investigação exploratória possibilitou a descoberta e a delimitação inicial do objeto de estudo, enquanto a abordagem qualitativa aprofundou a análise, para Lakatos e Marconi (2013, p. 304), “o pesquisador tem a liberdade de escolher o método e a teoria que servirão para realização de seu trabalho”.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória se beneficiou dessa abordagem, pois permitiu ao pesquisador refinar os objetivos e direcionar as etapas subsequentes do trabalho investigativo para alcançar uma compreensão mais ampla e detalhada do contexto histórico e das memórias institucionais.

Para a realização da investigação exploratória, foram utilizados diferentes instrumentos e fontes de dados, incluindo, referenciais bibliográficos, como livros e artigos acadêmicos que tratam de gestão educacional e memórias institucionais. Documentação histórica do campus, como atas, relatórios e registros institucionais bem como Legislações relacionadas à criação e regulamentação do campus.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória é indicada quando o tema estudado ainda é pouco explorado, e o objetivo é obter maior entendimento sobre ele. Neste caso, o desenvolvimento do projeto exigiu uma investigação preliminar das memórias e documentos históricos, visando identificar os principais marcos históricos da instituição.

A dimensão descritiva da pesquisa detalha aspectos específicos do fenômeno estudado, conforme afirmam Cervo, Bervian e Silva (2006), ao afirmar que “a pesquisa descritiva se desenvolve, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos”.

Conforme Gil (2008, p. 47):

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

Através das entrevistas semiestruturadas ou questionários com ex-diretor(a)s de ensino, foi possível captar as narrativas e reflexões pessoais sobre esse processo de interesse do nosso estudo. Essas memórias individuais foram articuladas com as dinâmicas organizacionais, contextualizando-as com as análises documentais desde a criação do campus.

A Análise de Conteúdo (AC) segundo Bardin (2016, p. 15) pode ser compreendida, portanto, como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez

mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

De acordo com Bardin (2016), “tal procedimento metodológico é desenvolvido sob etapas que são sugeridas por ele: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa estrutura metodológica é essencial para que o pesquisador compreenda e interprete o conteúdo de forma abrangente e detalhada”.

Essa pesquisa buscou contribuir para a construção de um relato histórico consistente e significativo sobre a participação do IFFar Campus Jaguari na expansão da EPT. As análises foram realizadas através da Análise de Conteúdo, que permitiria a sistematização e interpretação dos dados coletados, fornecendo subsídios para uma compreensão aprofundada das narrativas e reflexões captadas.

4.2. Local da Pesquisa

A pesquisa foi centrada no IFFar – Campus Jaguari, localizado na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), mais especificamente no município de Jaguari, na localidade de Chapadão.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Jaguari é uma cidade com área territorial de aproximadamente 674,7 km² e uma população estimada em 10.579 habitantes em 2022. A densidade demográfica é de 15,67 habitantes por quilômetro quadrado.

Conforme informações disponibilizadas no portal oficial da Prefeitura de Jaguari, a cidade possui uma rica história de colonização, marcada pela chegada de imigrantes, principalmente italianos, embora outras etnias, como poloneses, alemães e austríacos, também tenham contribuído para o desenvolvimento da região, a influência italiana foi predominante, refletida na cultura, gastronomia, arquitetura e celebrações locais (Jaguari, 2024).

Essa herança cultural e histórica ressalta a importância de investigar os processos institucionais e educacionais para o desenvolvimento local, considerando as ações dos gestores de ensino do IFFar – JA.

Segundo Garcez et al. (2018), o IFFar está presente em 11 municípios do Rio Grande do Sul, com campus nas cidades de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana, além da Reitoria localizada em Santa Maria/RS. Nesse estágio de nova expansão surgem mais três Campis – Caçapava do Sul, Santa Maria e São Luiz Gonzaga, além do campus de Santiago.

O IFFar também conta com Polos de Educação a Distância (EaD) e Centros de Referência em mais de 30 cidades, incluindo Carazinho, Santiago, Candelária e São Gabriel, ampliando o acesso à educação pública. A Reitoria é responsável pela gestão e coordenação de todas as unidades, garantindo a integração e a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos Campis do IFFar.

4.3. Amostra

A pesquisa foi realizada com os ex-diretore(a)s de ensino que estiveram à frente da instituição nos últimos 10 anos e que participaram da gestão do campus. Quanto a categoria da amostra ela caracterizou-se por ser uma amostra não probabilística, logo a amostra utilizou critérios específicos definidos pela pesquisadora, como critérios de inclusão e exclusão. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 195):

Nas amostras não probabilísticas, a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas de causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem faz a mostra. Aqui o procedimento não é mecânico nem baseado em fórmulas de probabilidade, mas depende do processo de tomada de decisões de um pesquisador ou de um grupo de pesquisadores, portanto, as amostras selecionadas obedecem a outros critérios de pesquisa.

A partir de uma conversa prévia com o atual diretor geral de ensino do IFFar - campus Jaguari foi solicitado a ele quais os ex-diretore(a)s de ensino que tiveram contribuições importantes nas decisões e nas políticas educacionais e que influenciaram o desenvolvimento da instituição.

A partir do fornecimento desses nomes pelo diretor geral utilizou-se critérios de inclusão e exclusão evitando dessa forma disparidade com a proposta do projeto em estudo.

4.4 Critérios de Inclusão

Considerando que o projeto teve como objetivo conhecer o Campus de Jaguari, delineamos alguns critérios para que os indivíduos fossem selecionados para essa amostra, entre eles:

- Ser servidor público efetivo, ter ocupado o cargo de diretor(a) de ensino ou ex-diretor(a) de ensino no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, em qualquer período desde sua criação (2013 a 2024).
- Possuir portaria devidamente publicada com registro formal de atuação como diretor(a) de ensino no Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari, conforme documentos institucionais.
- Estar disponível para participar de entrevistas ou responder questionários, fornecendo relatos sobre suas experiências e decisões durante o exercício da função.

4.5 Critérios de Exclusão

Para garantir a objetividade e a qualidade dos resultados, alguns critérios de exclusão foram adotados na seleção dos participantes desta pesquisa. Dessa forma, foram excluídos da pesquisa os servidores que:

- Exerceram a função de diretor de pesquisa e de extensão, ou qualquer outra direção que não seja a de ensino.
- Exerceram a função de diretor de ensino pró tempore em qualquer período desde a criação do IFFar- Campus Jaguari.
- Tivessem exercido a função de diretor de ensino em qualquer outro campus da instituição, que não fosse o de Jaguari.
- Não ter exercido o cargo de Diretor(a) de Ensino entre 2013 e 2024 período correspondente ao foco da pesquisa.

A partir desses critérios de inclusão e exclusão foram considerados oito (8) participantes aptos a pesquisa.

4.6. Coletas de Dados

Antes do início da etapa de coleta de dados, foram solicitadas as autorizações necessárias junto às instâncias responsáveis. Inicialmente, foi solicitada autorização à Reitoria do IFFar para a realização da pesquisa, formalizada por meio do Termo de Autorização Institucional (TAI) (Apêndice A). Em seguida, foi realizado contato com a Direção Geral do IFFar – Campus Jaguari, por e-mail institucional ou WhatsApp, a fim de apresentar o projeto de pesquisa, seus objetivos, etapas, procedimentos metodológicos e aspectos éticos. Nesse momento, também foi solicitada autorização para o desenvolvimento da pesquisa junto à DE e aos(às) ex-diretore(a)s, formalizada por meio da Declaração de Autorização e Consentimento do IFFar – Campus Jaguari (Apêndice B).

A documentação e o projeto de pesquisa foram submetidos ao CEP do IFFar, obtendo aprovação formal para sua realização, conforme Parecer de Aprovação Ética – CEP/IFFar (Apêndice N). Após essa autorização, foi iniciado o contato com a atual DE do Campus Jaguari, por meio de e-mail institucional ou mensagem via WhatsApp, contato este previamente solicitado ao(à) diretor(a)-geral da unidade. Nessa comunicação, foram apresentados os objetivos e as características da pesquisa, bem como os fundamentos metodológicos e éticos que a sustentaram, esclarecendo eventuais dúvidas e reafirmando o compromisso com uma abordagem ética, respeitosa e transparente junto aos participantes.

Além disso, foram solicitados os contatos do(a)s ex-diretore(a)s de ensino, por e-mail profissional ou WhatsApp, para agendamento de dia e horário para apresentação da pesquisa, a qual pôde ser realizada de forma presencial ou por Google Meet, conforme a preferência de cada participante.

Todos os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos, as etapas e os procedimentos da pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Entrevista (Apêndice C), disponibilizado por e-mail profissional ou WhatsApp, com prazo de resposta de até quinze dias.

Juntamente com o TCLE, foi encaminhado também o Termo de Confidencialidade (TC) – Entrevista (Apêndice D).

A etapa de coleta de dados seguiu um cronograma previamente estabelecido, respeitando a disponibilidade dos envolvidos e os prazos definidos para a execução do estudo. A pesquisa documentou, ainda, as principais fases do desenvolvimento relacionadas à organização educacional desde a criação do campus e articulou, por meio das narrativas e memórias da DE e do(a)s ex-diretore(a)s de ensino, a relevância histórica da instituição ao contexto identificado na análise documental realizada.

A coleta de dados foi conduzida em duas frentes principais. Na primeira, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice K), com o objetivo de explorar em profundidade as experiências, decisões e contribuições da DE e do(a)s ex-diretore(a)s no contexto da organização educacional do campus.

A entrevista semiestruturada foi adaptada de Dornelles (2016), Righes (2021), Saraiva Neto (2023) e Silveira (2016). Essas entrevistas foram organizadas em duas partes. A primeira voltou-se ao histórico profissional dos participantes, à sua formação acadêmica, à trajetória de ingresso no serviço público e ao contexto de sua atuação enquanto direttore(a)s de ensino. Essas informações contribuíram para situar as respostas no cenário organizacional do campus, sem comprometer a privacidade dos participantes, e compreenderam nove questões abertas.

A segunda parte da entrevista foi dedicada à criação e ao desenvolvimento do IFFar – Campus Jaguari. Buscou-se investigar como as experiências e decisões do(a)s direttore(a)s de ensino influenciaram esse processo, compreendendo a concepção que orientou a implantação do campus, sua importância para a região, os principais desafios enfrentados e os acertos mais significativos ao longo desse percurso. Essa seção também possibilitou o resgate de reflexões sobre as práticas adotadas na DE e sobre momentos marcantes que contribuíram para a consolidação da instituição. As perguntas dessa etapa foram estruturadas em quinze (15) questões abertas.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, mediante agendamento prévio, em dia e horário definidos conforme a disponibilidade dos participantes. O local de realização pôde ser sugerido pelos próprios participantes, podendo ocorrer na

instituição ou em outro espaço previamente definido. Cada entrevista foi conduzida de forma individual, sem tempo rigidamente estipulado, respeitando o ritmo, a disponibilidade e a contribuição de cada participante para os objetivos da pesquisa.

Além disso, as entrevistas foram gravadas com o auxílio do aplicativo OBS Studio e, posteriormente, transcritas e analisadas pela pesquisadora. Após esse processo, a transcrição foi encaminhada novamente ao participante, para que pudesse acessar suas respostas e validá-las, caso se sentisse confortável em autorizar sua utilização na pesquisa.

Sendo assim, será possível aproximar-nos dos sujeitos da pesquisa e captar as informações necessárias de maneira aprofundada. Nesse contexto, a entrevista foi utilizada como instrumento-chave de coleta de dados. De acordo com Marconi e Lakatos, a entrevista:

É um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi; Lakatos, 2011, p. 80).

Segundo Minayo (2002, p. 57), a entrevista “não significa uma conversa despresticiosa e neutra”, e sim uma conversa “com propósitos bem definidos”.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado com a finalidade de possibilitar o diagnóstico e a compreensão aprofundada do objeto investigado, por meio de uma abordagem subjetiva, com questões abertas. Essa estrutura favoreceu a livre expressão dos participantes, permitindo acessar julgamentos, crenças, emoções, interesses, expectativas e experiências construídas ao longo de suas trajetórias na DE.

Nos casos em que o(a)s ex-diretor(a)s não puderam comparecer presencialmente, foi disponibilizada a possibilidade de participação on-line por meio do Google Meet. Nessas situações, a pesquisadora encaminhou, com antecedência mínima de sete dias, o link de acesso para a reunião previamente agendada.

Alternativamente, quando o(a) participante não possuía disponibilidade ou preferia não participar da entrevista, seja presencialmente ou de forma on-line, foi oferecida a possibilidade de resposta ao questionário em formato assíncrono.

Nesses casos, o(a) participante pôde preencher o formulário disponibilizado no Apêndice L, cujo link foi encaminhado previamente por e-mail ou WhatsApp, de modo a garantir maior flexibilidade de participação, respeitando a disponibilidade e a preferência de cada sujeito da pesquisa. O questionário foi respondido no prazo de até quinze dias após seu envio ao(à)s ex-diretore(a)s.

Antes do preenchimento do questionário, o(a) participante manifestou sua concordância em participar da pesquisa por meio da assinatura on-line do TCLE, disponibilizado conforme o Apêndice E.

O questionário semiestruturado teve como objetivo investigar de que forma as experiências e decisões do(a)s ex-diretore(a)s de ensino contribuíram para a criação, o desenvolvimento e o fortalecimento do IFFar – Campus Jaguari. Por meio desse instrumento, buscou-se reconhecer e valorizar histórias, vivências individuais e experiências coletivas relacionadas à DE, evidenciando os relatos e as narrativas que compõem essa trajetória institucional.

Segundo Silva (2012, p. 22), o questionário possibilita que o sujeito da pesquisa “reflita e responda livremente às perguntas disponíveis nessa ferramenta”, tendo como função permitir o surgimento de informações não previstas ou ainda desconhecidas.

Conforme destacam Cervo et al. (2006), o questionário constitui um dos instrumentos mais utilizados na coleta de dados em pesquisas, devendo ser adaptado conforme os objetivos do estudo. Trata-se de um instrumento composto por uma sequência organizada de perguntas, respondidas por escrito, sem a necessidade da presença de um entrevistador. De modo geral, o pesquisador encaminha o questionário ao respondente, que o devolve após o preenchimento pelo mesmo canal de envio (Marconi; Lakatos, 2011).

Simultaneamente, foi realizada análise documental abrangente, com foco em portarias, relatórios de gestão, atas, Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e outros registros institucionais que complementaram as informações obtidas nas entrevistas. Os PPCs, em especial, foram examinados por apresentarem elementos relacionados à organização pedagógica dos cursos, às diretrizes curriculares e às estratégias educacionais implementadas, refletindo decisões e encaminhamentos adotados pela DE e pelo(a)s ex-diretore(a)s ao longo do tempo.

Essa análise documental foi fundamental para a construção de um panorama acerca das decisões e práticas da DE do Campus Jaguari no período investigado, além de ampliar a compreensão sobre os impactos dessas ações na estrutura e no desenvolvimento institucional. Nesse sentido, por meio da leitura de documentos oficiais, relatórios de gestão, registros administrativos e demais materiais pertinentes à pesquisa, foi possível identificar padrões, desafios enfrentados e estratégias adotadas ao longo do tempo.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a valorização da memória institucional e ofereceu subsídios para reflexões acerca da DE no âmbito do IFFar – Campus Jaguari. Sobre a análise documental, Lüdke e André (1986, p. 38) afirmam que ela pode se “constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Nessa perspectiva, a análise dos documentos institucionais mostrou-se essencial para compreender a história do campus e reconhecer de que modo a instituição tem contribuído com a sociedade ao longo de sua trajetória.

4.7. Análise de Dados

Este estudo foi composto por entrevistas semiestruturadas com os ex-diretore(a)s ou questionários enviados de forma remota aos participantes que não puderam comparecer presencialmente ou que optaram por não participar de vídeo chamadas, e registros históricos para contextualizar os marcos. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com foco na coleta e análise detalhada das informações.

Ademais, o desenvolvimento deste estudo seguiu as etapas do método de análise de conteúdo (AC), garantindo assim que os dados coletados fossem analisados e interpretados com clareza. Utilizamos esse método com o propósito de explorar memórias e narrativas, identificando categorias emergentes que contribuíram para compreender a atuação da Direção de Ensino no IFFar - Campus Jaguari no momento em que estiveram atuantes neste cargo.

Segundo Bardin (1977), a AC organiza-se em etapas bem definidas, que ajudam o pesquisador a conduzir o estudo de maneira organizada, desde o planejamento inicial até a interpretação final dos resultados

Nas palavras de Bardin (1977, p. 95): "as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação."

Segundo Bardin (1977, p. 95-96), a pré-análise é uma etapa inicial que organiza o material de forma flexível e aberta, permitindo que o pesquisador estabeleça contato com os documentos, identifique impressões gerais e desenvolva hipóteses que orientarão as etapas seguintes. Segundo Franco:

Estes três fatores não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros; a escolha dos documentos depende dos objetivos da investigação, o alcance dos objetivos só será possível a partir da disponibilidade dos documentos; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou pode até ser que as hipóteses venham a ser construídas em função da identificação de certos indicadores (Franco, 2005, p. 47).

Nesse contexto, a leitura flutuante é o momento em que o pesquisador entra em contato com os documentos, captando impressões gerais e permitindo que hipóteses diretrizes para o estudo sejam desenvolvidas de forma gradual. Com o progresso da leitura, ela se torna mais precisa, direcionada pelas necessidades do estudo.

A escolha dos documentos, por sua vez, pode ser feita previamente ou ajustada conforme os objetivos da investigação. Por exemplo, uma diretora de ensino de campus de uma região produtora de uvas poderia selecionar registros acadêmicos, relatórios de projetos agrícolas e estudos locais relacionados à viticultura. Esses documentos serviriam para identificar padrões de ensino e pesquisa que valorizem as tradições locais e promovam inovações técnicas no cultivo de uvas.

Esse olhar permite compreender melhor as práticas educacionais, identificar estratégias que deram certo e refletir sobre os desafios enfrentados. Além disso, ajuda a fortalecer a gestão no Campus e trazer melhorias que beneficiem toda a comunidade acadêmica. Segundo Bardin (1977, p. 31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Documentos e objetivos dos investigadores, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise.

A análise tem como objetivo compreender os significados mais profundos presentes nos dados coletados, organizando as informações de maneira clara e estruturada. Para alcançar esse propósito, podem ser adotadas estratégias como a separação dos conteúdos em categorias temáticas ou a identificação de palavras e termos mais recorrentes, o que ajuda a revelar padrões e conexões importantes, trazendo um olhar mais detalhado e humano sobre o material analisado.

Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra, garantindo que os depoimentos dos participantes fossem preservados com fidelidade e analisados em profundidade. As respostas foram examinadas para identificar temas principais ou tópicos recorrentes que estivessem relacionados aos objetivos da pesquisa, a interpretação desses temas foi orientada por teorias previamente selecionadas. Além disso, quando aplicados questionários, estes foram desenvolvidos para captar informações específicas e importantes, respeitando a subjetividade de cada participante.

Nesse contexto, o método de AC proposto por Bardin (2016) se destaca como uma ferramenta valiosa, pois possibilita compreender não apenas o que está explicitamente presente nas narrativas, mas também os significados mais profundos e sutis que ela carrega.

Essa etapa inicial é fundamental para compreender o conteúdo e identificar os primeiros temas e categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa. Em seguida, os dados foram explorados com o objetivo de identificar conexões e compreender práticas de gestão e memórias do(a)s ex-diretor(a)s no contexto histórico e educacional do campus.

Por fim, os resultados foram interpretados de maneira a compreender as decisões tomadas pelo(a)s ex-diretor(a)s ao longo do tempo, identificar marcos históricos relevantes e documentar as práticas de gestão que contribuíram para o fortalecimento da instituição.

Os resultados esperados dessa análise incluem uma compreensão mais ampla sobre os desafios enfrentados, as soluções encontradas e as estratégias utilizadas pelos gestores para promover a melhoria contínua no campo da educação. A partir dessa análise, foi possível construir um panorama significativo que valorize o passado do campus, enquanto oferece subsídios concretos para reflexões e ações futuras.

4.8. Aspectos Éticos

No Brasil, os primeiros passos para estabelecer diretrizes éticas em pesquisas foram dados com a publicação da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em outubro de 1996. Antes disso, o país seguia princípios gerais baseados em documentos internacionais como o Código de Nuremberg (1947) e a Declaração de Helsinque (1964), mas ainda carecia de regras específicas para sua realidade, segundo Marques Filho (2007 p. 2):

Apesar do Código de Nuremberg, os abusos continuaram a ocorrer. Beecher chama a atenção para o crescente número de pesquisas com seres humanos, nas décadas de 50 e 60, em boa parte conduzidas de forma eticamente inadequada, sendo publicadas em revistas de alto padrão científico. O Código de Nuremberg foi revisto na 18ª Assembleia da Associação Médica Mundial, em 1964, sendo aprovada a Declaração de Helsinque, que introduzia a necessidade de revisão dos protocolos por comitês independentes. A denominação Declaração de Helsinque foi mantida nas versões posteriores realizadas em Tóquio (1975), Veneza (1983), Hong Kong (1989), Somerset West (1996).

Dessa forma, com a implementação da Resolução nº 196/96 no Brasil, foram criadas normas claras para proteger as pessoas envolvidas em pesquisas científicas, garantindo respeito à dignidade, segurança e aos direitos dos participantes. Esse marco representou um avanço na construção de uma base ética para a ciência no país.

Por conseguinte, a Resolução nº 196/96 do CNS, que estabeleceu a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). Essas regulamentações evoluíram ao longo do tempo, resultando na publicação de outras normativas, como as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, que detalham as diretrizes éticas para pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

A Resolução nº 466/2012 reforça a importância do respeito à dignidade humana, autonomia e direitos dos participantes. Ela estabelece que todo projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deve garantir que os participantes estejam plenamente informados sobre os objetivos, riscos e benefícios do estudo, é indispensável obter o TCLE – Questionário (Apêndice E), ao qual será anexado o Termo de Confidencialidade (TC) – Questionário (Apêndice F), garantindo assim a concordância, compreensão e sigilo dos participantes sobre os procedimentos envolvidos os termos estarão disponibilizados no link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd2qFM6Eew6F6miarKIRLGTYubOaR5h4cZuyL3CRUfM9AQ8Pw/viewform?usp=header>, que será enviado de forma online aos participantes.

Dessa maneira, assegura-se praticidade no preenchimento e registro da anuência, garantindo que todos os requisitos éticos sejam devidamente atendidos. Esse documento não é apenas uma formalidade, mas um compromisso ético de proteção à privacidade, confidencialidade e segurança física, emocional e moral dos participantes. Além disso, a resolução destaca que a pesquisa deve ser conduzida de forma a promover justiça e equidade, prevenindo práticas que possam causar danos ou desrespeitar os direitos humanos.

Dentro desse contexto, a Resolução nº 510/2016 traz especificidades para pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo a natureza processual e dialogal dessas investigações. De acordo com essa normativa, é necessário considerar os potenciais riscos aos participantes, incluindo danos físicos, emocionais, sociais, legais e econômicos que pudessem surgir no decorrer da pesquisa.

Não obstante, de acordo com o Art. 18 da Resolução nº 510/2016, "a identificação e a classificação dos riscos nos projetos de pesquisa devem levar em conta o potencial de dano que o participante pode sofrer" (Brasil, 2016).

Logo, o artigo enfatiza que a identificação e a classificação desses riscos devem levar em conta o contexto específico da pesquisa e os impactos comparáveis aos riscos enfrentados na vida cotidiana do participante. Assim, o pesquisador deve

avaliar se os métodos e abordagens utilizados representam uma carga maior do que o habitual, garantindo que a pesquisa seja conduzida com responsabilidade ética.

Nesse sentido, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) desempenha um papel central, fundamentado nesses princípios históricos e normativos. O CEP atua como um colegiado interdisciplinar e independente, com caráter deliberativo, consultivo e educativo, promovendo a reflexão ética e garantindo que os estudos respeitem os direitos e a dignidade dos participantes. No caso do IFFar, o CEP também está alinhado aos princípios institucionais, reforçando o compromisso com o desenvolvimento científico responsável e ético.

Dessa forma, ao unir as orientações das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, consolida-se a necessidade de pesquisas que não apenas promovam o avanço do conhecimento, mas também assegurem a proteção integral dos participantes, contribuindo para uma ciência mais justa, inclusiva e comprometida com o bem-estar coletivo.

Os materiais físicos obtidos através da coleta dos dados ficarão sob a custódia do pesquisador, armazenados em um local protegido por um período de cinco (05) anos. Após esse prazo, serão eliminados por meio de trituração. As gravações de áudio e as transcrições serão salvas em um dispositivo digital removível, como um pen drive, enquanto os dados dos questionários no Google Forms também serão preservados pelo mesmo tempo. Decorrido o período estabelecido, todos os arquivos digitais serão apagados de forma definitiva, em conformidade com as normas éticas e regulamentações legais aplicáveis à gestão de dados de pesquisa.

4.9. Riscos aos Participantes

Os riscos associados a esta pesquisa foram considerados de nível baixo e relacionados a aspectos psicológicos e emocionais. Entre eles, poderia haver cansaço ou desconforto ao responder perguntas, incômodo com gravações de áudio e vídeo, insegurança em expressar ideias ou preocupação com a confidencialidade, ainda que o anonimato fosse garantido desde o início da pesquisa.

Levando em consideração os preceitos éticos da Resolução Nº 466/2012, houve ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se assim com o máximo de benefícios e o mínimo de riscos e a garantia de danos previsíveis foram evitados. Todos os dados coletados foram mantidos em sigilo, e nenhum tipo de identificação foi associado às respostas apresentadas.

A participação na pesquisa ocorreu de forma inteiramente voluntária, com respeito à autonomia e à liberdade de decisão dos participantes. Todos foram previamente esclarecidos sobre os objetivos do estudo, as formas de participação e seus direitos, podendo solicitar informações a qualquer momento, recusar o convite ou interromper sua participação sem qualquer prejuízo.

A pesquisa não previu pagamento aos participantes e também não gerou custos para sua colaboração. A produção dos dados ocorreu por diferentes modalidades, de acordo com a disponibilidade de cada participante. Foram realizadas entrevistas presenciais no Campus Jaguari e no Campus São Vicente do Sul do IFFar no Campus Jaguari, a pesquisadora deslocou-se de São Vicente do Sul até o referido campus, assumindo integralmente os custos. Também foi realizada uma entrevista remota, por meio da plataforma Google Meet, com envio prévio do link de acesso ao participante.

Além disso, foi disponibilizado um questionário por meio do Google Forms como alternativa à entrevista. Nessa modalidade, três participantes contribuíram com a pesquisa. Entre os convidados que não participaram, um informou não considerar sua colaboração importante para o estudo. Outro não respondeu às tentativas de contato realizadas por e-mail, ligação telefônica e mensagem via WhatsApp.

Durante a coleta de dados, não houve necessidade de disponibilização de equipamentos ou recursos materiais, como computador, internet ou webcam, pois todos os participantes possuíam condições adequadas para participar. Também não foram registrados episódios de mal-estar, desconforto, constrangimento ou abalo emocional durante a realização da pesquisa.

Da mesma forma, não foram constatados danos materiais, morais, emocionais ou de qualquer outra natureza decorrentes da participação no estudo. Por essa razão,

não foi necessário encaminhamento para serviços de saúde, apoio psicológico ou qualquer medida de reparação.

Ainda assim, a pesquisa foi organizada com o cuidado de prever, de forma ética e responsável, situações que eventualmente pudessem exigir acolhimento ou suporte aos participantes. Nesse sentido, foram elaborados documentos específicos, como a Declaração para Encaminhamento ao Serviço de Saúde, constante no Apêndice G, e a Declaração de Recursos Materiais e Orçamento Financeiro, apresentada no Apêndice H. Embora essas medidas não tenham sido necessárias na prática, sua previsão demonstrou o compromisso da pesquisa com o cuidado, o respeito e a proteção dos participantes em todas as etapas do estudo.

4.10. Benefícios aos Participantes

Os benefícios desta pesquisa para os participantes e ex-diretore(a)s de ensino do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) Campus Jaguari, abrangem tanto aspectos diretos quanto indiretos.

Desse modo, dentre os benefícios diretos, estão a oportunidade de contribuir para a preservação da memória institucional, documentando suas experiências e decisões que foram fundamentais para a criação e o desenvolvimento do campus. Esse processo não apenas valoriza a gestão enquanto diretor (a) de ensino, mas também oferece um espaço de reflexão sobre suas trajetórias e contribuições, promovendo um sentimento de reconhecimento e pertencimento.

Além disso, a pesquisa pode proporcionar um momento de valorização pessoal e profissional, ao trazer à tona as práticas de gestão e as estratégias que moldaram o desenvolvimento do campus. Essa valorização se dá por meio do registro e do reconhecimento de suas memórias e perspectivas, possibilitando que sua atuação seja compreendida como parte da construção da identidade da instituição.

Dentre os benefícios indiretos, está a contribuição para fortalecer a identidade institucional do IFFar Campus Jaguari. As reflexões oriundas da pesquisa podem inspirar gestores atuais e futuros, fornecendo exemplos de práticas e decisões que tiveram impacto positivo no desenvolvimento da instituição. Logo, esses resultados

podem vir a aprimorar políticas e estratégias institucionais, baseando-se em lições aprendidas com o passado e aplicáveis no presente ou futuro.

Por fim, ao participar deste estudo, os participantes não apenas contribuíram para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também ajudaram a construir um legado que reforça a importância da educação e da memória institucional na transformação da sociedade.

Portanto, esta pesquisa buscou valorizar os participantes, destacando suas contribuições individuais e coletivas para o fortalecimento do Campus Jaguari e da comunidade educacional como um todo.

4.11 Validação do Instrumento de Pesquisa

Como educadora e pesquisadora, compreendo que a construção de um instrumento de pesquisa exige atenção tanto aos aspectos metodológicos quanto à escuta das trajetórias institucionais.

Antes da aplicação principal da entrevista ou questionário, as questões passaram por uma fase de validação com dois profissionais da Rede Federal que não integraram a amostra da pesquisa principal, mas que atuam ou atuaram em contextos semelhantes a população-alvo deste estudo, composta pelos (as) ex-diretores (as) e atual diretor (a) de ensino do IFFar – Campus Jaguari.

Esses sujeitos foram convidados a responder o instrumento considerando a realidade de seu próprio campus, com o objetivo de verificar a clareza, a relevância e a coerência das questões com a proposta de acolher memórias institucionais. As informações obtidas nessa etapa não foram utilizadas na análise final, em conformidade com o planejamento metodológico que prevê a aplicação definitiva apenas após a aprovação do projeto na etapa de qualificação.

Durante a fase de validação, foram observados não apenas o tempo de resposta e a lógica de sequência do questionário, mas também a forma como os participantes sentiram se ao responder: se o conteúdo era acessível, respeitoso e capaz de estimular a reflexão sobre suas trajetórias.

Mais do que uma exigência metodológica, essa etapa reafirmou minha convicção de que a educação profissional pública precisa estar atenta às vozes de quem a constrói cotidianamente. Como afirmam Pacheco e Fiorucci (2023), a formação humana integral é o alicerce do projeto político-pedagógico da Rede Federal nas palavras dos autores: “Vimos que a concepção de formação humana integral, ou seja, a formação dos sujeitos em sua completude, omnilateral, é o fundamento primeiro da proposta político-pedagógica então pensada para as instituições da Rede Federal” (Pacheco; Fiorucci, 2023, p. 26).

Dessa forma, a pesquisa piloto não se resumiu a uma etapa técnica de testagem, mas se tornou parte de um processo de construção coletiva do conhecimento. Validar o questionário com sujeitos que partilham da experiência da educação pública, ainda que em diferentes campus, reafirma a unidade político-pedagógica dos IFs, mesmo tendo diferentes contextos regionais a escuta sensível se faz necessária.

As questões foram elaboradas com o objetivo de captar elementos que permitiram a análise das experiências, decisões e memórias do(a)s ex-diretore(a)s de ensino, a fim de compreender sua influência na criação e no desenvolvimento da instituição.

Dessa forma, aplicar um questionário validado é oferecer um instrumento que respeita o tempo, a história e a memória de quem se dispõe a narrar sua trajetória de gestão. É, sobretudo, reconhecer que na educação pública cada resposta serve como testemunho, sendo considerado um legado a partir de um aprendizado partilhado.

A seguir, são apresentados os quadros que sistematizaram a análise das questões que compuseram o instrumento de pesquisa, organizadas em dois eixos temáticos: informações sociodemográficas dos participantes e trajetórias na gestão do ensino no IFFar, porém de outros campi que não fossem os de Jaguarí.

No quadro 2, anexado logo abaixo são apresentadas as informações sociodemográficas que servem como ponto de partida para compreender as condições individuais e profissionais do(a)s direttore(a)s de ensino participantes. Tais dados fornecem indícios sobre a trajetória de formação, inserção na Rede Federal e vínculo com o IFFar, permitindo observar possíveis relações entre essas

características e a forma como esses(as) sujeitos vivenciaram suas experiências no cargo de diretor(a) de ensino. Além de compor o pano de fundo da análise, essas informações auxiliam na identificação de padrões, singularidades e contextos que atravessam suas práticas e decisões em diferentes realidades institucionais do IFFar.

Quadro 2: Informações sociodemográficas

QUESTÕES	IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO	CONTRIBUIÇÃO DA RESPOSTA PARA A PESQUISA	ORIGEM DA QUESTÃO
Qual é o seu nome completo?	Permite identificar o participante.	Dar sentido às narrativas individuais na pesquisa institucional.	Adaptada da dissertação de Saraiva Neto (2023)
Qual a idade que você tinha no período em que assumiu a direção de ensino?	Facilita compreender em que momento da vida o pesquisado assumiu o cargo de diretor(a) de ensino	Contribui para refletir sobre a relação entre idade, maturidade e práticas de liderança no contexto da EPT.	Adaptada da dissertação de Saraiva Neto (2023)
Como você se identifica em relação ao gênero?	Permite analisar a representatividade de gênero em cargos de direção institucional.	Favorece a reflexão sobre equidade e diversidade no espaço educacional.	Elaborada pela pesquisadora
Qual é a sua formação acadêmica?	Possibilita identificar a trajetória formativa dos sujeitos da pesquisa.	Auxilia na análise da relação entre formação acadêmica e práticas pedagógicas e de direção de ensino.	Adaptada da entrevista de Pacheco (2021)
Quantos anos de experiência você possui na área da educação?	Mensura a trajetória profissional na educação.	Oferece subsídios para compreender a influência da experiência na educação	Adaptada de Saraiva Neto (2023)
Quantos anos de experiência você possui na EPT?	Permite especificar a experiência acumulada na EPT.	Contribui para avaliar o grau de familiaridade e comprometimento com a EPT.	Elaborada pela pesquisadora
Qual é a sua categoria funcional no IFFar?	Identifica a função exercida no âmbito institucional.	Permite compreender o lugar social e administrativo ocupado pelos sujeitos da pesquisa.	Elaborada pela pesquisadora
Há quanto tempo você trabalha no IFFar?	Dimensiona o vínculo institucional e a experiência acumulada no IFFar.	Relaciona o tempo de serviço com a participação em processos de consolidação do campus.	Adaptada de Gerlach (2022)
Qual seu histórico profissional?	Permite compreender como a trajetória de inserção e permanência	Contribui para analisar como as experiências anteriores moldaram as	Adaptada de Saraiva Neto (2023)

	no serviço público e educacional contribuiu para a formação profissional e influencia ou influenciou a atuação na direção de ensino no IFFar.	práticas exercidas durante o período em que o participante ocupou ou ocupa o cargo de diretor(a) de ensino no IFFar.	
--	---	--	--

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Nesse quadro foi possível verificar que as informações sociodemográficas oferecem subsídios para a compreensão do perfil do(a)s diretores(a)s de ensino que participaram da pesquisa. Aspectos como idade no momento da nomeação, formação acadêmica, tempo de experiência na educação e vínculo com o IFFar contribuem para contextualizar as trajetórias desses sujeitos e estabelecer relações entre seus percursos formativos e suas práticas no exercício da direção de ensino. Esses dados foram fundamentais para compreender como tais elementos influenciaram sua atuação na criação e no desenvolvimento do Campus Jaguari.

No quadro 2 trazemos os relatos relacionados às memórias e às trajetórias construídas durante o período em que o(a)s participantes estiveram à frente da direção de ensino. As respostas revelaram experiências distintas, mas igualmente significativas, envolvendo decisões institucionais, implementação de políticas públicas, enfrentamento de desafios estruturais e humanos, além da consolidação de ações voltadas à permanência e ao êxito do(a)s estudantes. As narrativas também evidenciam a importância da direção de ensino como instância que articula práticas pedagógicas, relações institucionais e políticas educacionais no contexto da EPT. Ao considerar essas contribuições, a pesquisa reafirma a relevância de registrar e valorizar as experiências vividas por esse(a)s profissionais como parte da memória institucional do campus.

Quadro 3: Memórias e Trajetórias na Direção de Ensino no IFFar

QUESTÕES	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2	ORIGEM DA QUESTÃO
Como suas decisões influenciaram na criação e desenvolvimento do campus?	Não participou da criação, mas atuou no desenvolvimento, especialmente no pós-pandemia,	Atuou desde o início; foi o primeiro a ir ao campus ocupado pela URI; conheceu todo o trabalho inicial e relata	Adaptada de Saraiva Neto (2023)

	reconfigurando o ensino.	que as decisões iniciais foram desconsideradas.	
Quais as principais características do campus e sua importância regional?	Campus rural com mais de 300 hectares e diversidade de laboratórios; forte atuação regional, formação de jovens de várias regiões.	Destacou a gênese da criação e a importância da política de acolhimento e permanência, alimentação gratuita, e implantação de novos cursos.	Adaptado de Pacheco (2021)
Quais os principais desafios enfrentados como diretor(a) de ensino?	Transporte escolar inadequado, campus a 30 km da cidade.	Dificuldade de diálogo e pouco número de alunos.	Elaborada pela pesquisadora
Quais os momentos mais positivos na implantação do campus?	Retorno presencial pós-pandemia, reencontro de servidores e alunos com saúde.	Criação de novos cursos e acolhimento dos estudantes; política de permanência e êxito.	Adaptado de Gerlach (2022)
Algo poderia ter sido feito de forma diferente?	A distância da cidade traz dificuldades; reflexão sobre desafios do transporte.	Gênese da criação foi desconfigurada; acredita que deveria ter mantido o projeto inicial.	Adaptado de Pacheco (2021)
Qual foi o momento mais marcante como diretor(a)?	Retorno presencial após pandemia.	Criação e acolhimento dos primeiros estudantes; implantação da política de permanência.	Elaborada pela pesquisadora
Alguma norma impactou sua gestão?	Alterações normativas durante e após a pandemia para adaptação do ensino.	Política de permanência, alimentação escolar e recuperação paralela.	Baseada em documentos do IFFar
Quais cursos da EPT foram criados durante sua gestão?	Técnico em Química Integrado, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente, Técnico em Redes de Computadores Subsequente.	Técnico em Alimentos Integrado, EJA EPT, Pedagogia EAD, Alimentos EAD.	Elaborada pela pesquisadora
Como evoluiu a proposta pedagógica do campus?	Atualizações periódicas e adequação às necessidades dos campi.	Mudanças importantes como recuperação paralela, monitorias, e projetos de ensino.	Adaptado de Gerlach (2022)
Quais programas de governo estavam vigentes?	Pé de Meia, Bolsa Formação para EJA/EPT, PIBID.	Pé de Meia, alimentação escolar, programas de permanência.	Adaptada de análise documental do IFFar
Qual foi a importância da moradia estudantil?	Imprescindível para a permanência dos estudantes, com suporte da assistência estudantil.	Fundamental para rendimento e permanência, especialmente para estudantes que saem de casa jovens.	Elaborada pela pesquisadora

Desafios enfrentados por estudantes de baixa renda?	Dependência do auxílio da instituição para transporte e permanência.	Renda familiar e trabalho informal impactavam a permanência; muitas dificuldades.	Adaptado de Saraiva Neto (2023)
Participação das famílias nas atividades do campus?	Embora nem sempre expressiva, houve momentos importantes como a organização de transporte fretado.	Famílias fundamentais para permanência e acolhimento dos estudantes.	Elaborada pela pesquisadora
Acha importante compartilhar essas memórias?	Sim, pois muitos aspectos da gestão não são conhecidos por todos.	Sim, quer mostrar a importância do campus para a comunidade.	Adaptado de Gerlach (2022)
Deseja compartilhar registros fotográficos?	Não no momento.	Sim, possui muitos registros.	Elaborada pela pesquisadora

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A pesquisa piloto realizada demonstrou que o instrumento de coleta de dados está bem estruturado e adequado aos objetivos propostos. Esses participantes forneceram retornos importantes sobre a clareza, relevância e coerência das perguntas relacionadas às suas trajetórias e às memórias institucionais.

Nas respostas às questões sobre a influência das decisões na criação e desenvolvimento do campus, o Participante 1 relatou não ter participado da criação inicial, mas destacou sua atuação significativa na reconfiguração do ensino após a pandemia. Já o Participante 2 esteve envolvido desde o início da criação, relatando que decisões iniciais importantes foram posteriormente desconsideradas, indicando uma possível ruptura ou mudança significativa nas diretrizes iniciais.

Ambos os participantes destacaram desafios específicos enfrentados no exercício de suas funções. O Participante 1 mencionou dificuldades relacionadas ao transporte inadequado e à localização distante do campus em relação à cidade, destacando questões logísticas como fundamentais para o sucesso das atividades educacionais. O Participante 2 destacou dificuldades relacionadas ao baixo número de alunos e à comunicação interna, o que sugere desafios na gestão participativa e no engajamento da comunidade escolar.

Sobre os momentos mais positivos na implantação do campus, o Participante 1 destacou o retorno presencial pós-pandemia como especialmente significativo, por permitir o reencontro saudável entre servidores e alunos. O Participante 2 enfatizou a

criação de novos cursos e a implantação de políticas eficazes de permanência e êxito, demonstrando a importância de ações institucionais voltadas para a inclusão e acolhimento estudantil.

Ambos ressaltaram a importância da moradia estudantil e dos programas socioeconômicos como essenciais para garantir acesso e permanência dos estudantes. A participação das famílias também foi mencionada, com o Participante 1 destacando iniciativas pontuais, como o transporte fretado, e o Participante 2 ressaltando o papel central das famílias no acolhimento e permanência estudantil.

Essas respostas demonstram que, apesar das diferentes perspectivas e contextos dos participantes, existe uma sintonia na percepção da importância das políticas de apoio estudantil e da gestão sensível às especificidades locais. Nesta fase de validação houve a afirmação da importância de considerar as diferentes vivências e memórias institucionais na construção de uma gestão educacional mais inclusiva e participativa. Esses retornos recebidos mostraram que o instrumento está bem estruturado, respeitando o tempo, as palavras e as vivências de quem o respondem.

Considerando a natureza qualitativa desta pesquisa e seu compromisso com a escuta sensível e aprofundada das experiências vividas, optou-se prioritariamente pela realização de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Essa escolha fundamenta-se na compreensão de que a entrevista possibilita a construção de um espaço dialógico, onde o(a)s participantes podem compartilhar suas memórias e reflexões de forma mais livre e contextualizada, revelando aspectos subjetivos e históricos que dificilmente emergiriam em instrumentos mais estruturados.

Contudo, compreende-se que, por diferentes razões pessoais, profissionais ou logísticas, nem todo(a)s o(a)s participantes tiveram disponibilidade para uma entrevista presencial ou virtual. Nesses casos, foi oferecida a alternativa de participação por meio do envio de um questionário aberto, com as mesmas perguntas previstas para a entrevista. A intenção foi garantir a participação daquele(a)s que desejavam contribuir com o estudo, respeitando seus tempos e realidades, sem comprometer o rigor ético e metodológico da pesquisa.

A escuta das trajetórias de direção de ensino, neste contexto, não se limita à coleta de informações, mas representa um gesto de reconhecimento e valorização das experiências que contribuíram para a formação da identidade institucional. Por isso, tanto a entrevista quanto o questionário foram conduzidos de forma respeitosa, ética e comprometida com o sentido humanizador que sustenta esta investigação.

4.12. Produto Educacional

O produto educacional (PE) consiste no desenvolvimento de um documentário que apresenta a evolução histórica do IFFar Campus Jaguari. Este recurso foi fundamentado nas memórias dos ex-diretore(a)s de ensino, bem como em documentos históricos, permitindo aos usuários explorar visualmente e de forma envolvente a trajetória da instituição. O objetivo central foi criar uma ferramenta educativa que facilite o entendimento do histórico institucional, proporcionando amplo acesso a informações relevantes e memórias significativas.

Nesse sentido, a opção pelo documentário como produto educacional também se justificou pela possibilidade de registrar e valorizar as ações da Direção de Ensino, setor fundamental que, mesmo não estando diretamente em sala de aula com os estudantes, atua constantemente nos bastidores para garantir condições adequadas de aprendizagem, implementação e aperfeiçoamento dos cursos oferecidos.

Como afirma Tomaim (2009, p. 53), o documentário representa um "refúgio em imagens e sons dos traços ou restos de uma memória viva, da 'verdadeira imagem do passado'". Assim, utilizar esse formato permite reconhecer e divulgar o protagonismo das experiências dos ex-diretore(a)s de Ensino do IFFar-JÁ, ressaltando sua contribuição para a qualidade da educação ofertada, bem como permitindo à comunidade escolar refletir sobre a importância histórica e social do trabalho realizado pela Direção de Ensino na trajetória da instituição.

O documentário abordou momentos marcantes da instituição sob a perspectiva dos diretores e ex-diretores de ensino, trazendo à tona memórias, histórias e experiências que contribuíram para a construção do campus. Eventos como a fundação, inaugurações importantes e mudanças institucionais serão apresentados

com detalhes sobre datas, contextos e impactos no crescimento do IFFar Campus Jaguari.

A narrativa foi enriquecida por depoimentos pessoais que deram vida aos fatos, promovendo um olhar sensível e reflexivo sobre decisões e acontecimentos que marcaram a trajetória da instituição.

A produção audiovisual teve como proposta não apenas registrar fatos, mas também transmitir a emoção, o envolvimento e a dedicação de quem fez parte dessa história. Para isso, foram utilizados arquivos digitais, fotografias e documentos históricos que deram ainda mais profundidade e significado ao material apresentado.

Esse material será disponibilizado no YouTube ou em outra plataforma de acesso gratuito, por meio de um website, garantindo fácil acesso à comunidade acadêmica e ao público em geral, ampliando ainda mais seu alcance e impacto.

Mais do que um recurso educativo, o documentário busca ser uma iniciativa relevante e estratégica da memória institucional do IFFar Campus Jaguari. A intenção é que ele inspire pertencimento, orgulho e compreensão do caminho trilhado até aqui, valorizando as contribuições de diferentes pessoas ao longo do tempo. Como bem coloca Simson (2003, *apud* Chagas, 2024, p. 5), “a preservação da memória não é apenas um ato individual, mas uma construção coletiva que visa transmitir experiências às gerações presentes e futuras”.

Nestes termos, o documentário de memória tem, no exercício do passado recordado, uma instância geradora de identidades. A experiência de assistir ao filme pode gerar nos espectadores uma cadeia de sentimentos e percepções e, dentre elas, o reconhecimento de determinados significados comuns referentes ao passado recordado (Barbosa, 2019, p. 33).

Em tempos em que a vida cotidiana é marcada por pressa, stress e superficialidade, o documentário surge como uma forma de resistência. Como destaca Tomaim (2009, p. 57):

O homem moderno está subordinado ao esquecimento e à perda da experiência. O cotidiano atarefado, sempre apressado e estressado deste homem não lhe permite experimentar o mundo, contemplar o que este tem para oferecer-lhe em um momento de recolhimento.” O documentário, nesse contexto, propõe-se como uma pausa, um espaço para o olhar, para a escuta e para a construção de sentidos mais profundos sobre a realidade vivida.

Que cada pessoa que assistir a esse documentário possa sentir-se parte dessa trajetória, reconhecendo nela um pouco de si, de sua história, de suas memórias.

Sabendo da sensibilidade envolvida na coleta de imagens e falas, foi elaborado um Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz (Apêndice M), voltado exclusivamente aos participantes que fizeram parte do documentário. Isso devido ao fato de que nem todos os envolvidos na pesquisa participaram diretamente do produto audiovisual. O termo foi enviado por meio da plataforma Google Docs através do link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfX6M4GGax6IZfIJUxFB0EN-qoBp2ZDqInXti-SQrBLfi36-w/viewform?usp=header>, facilitando o acesso e preenchimento de forma prática e segura.

Esse termo específico contém todas as informações necessárias, de forma clara e acessível, inspiradas em modelos já consolidados em pesquisas acadêmicas. Ele garante que os participantes compreendam exatamente como suas imagens e falas foram utilizadas, resguardando sua privacidade, dignidade e liberdade de escolha.

Mais do que uma exigência formal, esse termo representou um gesto de cuidado e respeito com cada pessoa que contribuiu com sua história. Ele reafirmou o compromisso ético de proteção da identidade dos participantes e garantiu que a pesquisa fosse conduzida com justiça, equidade e sensibilidade ao longo de todo o processo.

Importa destacar que o documentário foi desenvolvido somente após a conclusão das etapas da pesquisa, como a aplicação dos questionários e a análise dos dados, assegurando, assim, que o produto final estivesse fundamentado em informações consistentes e construído de forma ética e responsável.

O documentário apresenta-se como uma forma acessível de preservação das memórias institucionais. Sua linguagem simples e a possibilidade de acesso por meio de plataformas digitais permitem que seja utilizado por professores, estudantes e gestores como recurso pedagógico e formativo, contribuindo para o ensino, para a valorização da memória institucional e para o fortalecimento da identidade do campus.

Nesse sentido, foram previstas ações voltadas à socialização e à utilização pedagógica do documentário. Entre elas, destaca-se o encaminhamento do material

à Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguari, com a finalidade de subsidiar práticas formativas, especialmente em momentos de acolhimento de novos servidores, formação continuada de docentes e atividades institucionais voltadas à reflexão sobre a trajetória do campus.

Além disso, o documentário poderá ser utilizado em sala de aula, em componentes curriculares ou projetos interdisciplinares, como forma de aproximação dos estudantes com a história da instituição e com os processos que marcaram sua criação e desenvolvimento. Também se prevê sua divulgação em espaços institucionais e eventos acadêmicos, ampliando seu alcance e potencial de contribuição para a comunidade escolar e acadêmica.

Dessa forma, o produto educacional ultrapassa o caráter documental e assume um papel formativo, contribuindo para a construção e preservação da memória institucional, bem como para o fortalecimento dos vínculos entre os sujeitos e o espaço educativo. Com isso, avança-se para a próxima etapa, na qual foram organizadas e sistematizadas as ações necessárias à efetivação desse projeto.

5. ANÁLISE DOS DADOS – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos dados produzidos por análise documental e por entrevistas/questionários, com o objetivo de compreender como as decisões de gestão educacional, articuladas às políticas públicas de EPT, conduziram a criação, a consolidação e o desenvolvimento do IFFar – Campus Jaguarí, e como isso se inscreveu no território por meio das trajetórias estudantis e das memórias institucionais.

Este trabalho segue os quatro eixos tecnológicos que foram elaborados tendo como foco os objetivos específicos desse estudo, conforme quadro 4, articulando políticas públicas, percurso histórico e memórias (orais e visuais), culminando no produto educacional. Os trechos de fala são identificados apenas por códigos, preservando o anonimato do participante.

Quadro 4: Eixos tecnológicos

1º	Fases de desenvolvimento e criação do campus Jaguarí a partir das políticas públicas de gestão educacional
2º	Percurso histórico da criação dessa instituição através das narrativas e memórias dos diretores de Ensino
3º	A história do IFFar- Campus Jaguarí através de registros orais e memórias visuais.
4º	Produto educacional

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para atender à necessidade de uma organização mais clara da apresentação da trajetória do IFFar - Campus Jaguarí a dissertação estruturada em eixos temáticos. Essa divisão tem o objetivo de organizar as diferentes camadas que compõem a história da instituição, permitindo uma análise com fluidez entre a gestão pública, o percurso administrativo e a memórias coletivas. Assim, cada eixo funciona como um plano de leitura complementar, integrando registros documentais, visuais e orais em uma narrativa que culmina na elaboração do produto educacional.

5.1 Fases de desenvolvimento e criação do Campus Jaguari relacionadas à gestão educacional

A reconstrução histórica do IFFar – Campus Jaguari parte de fontes oficiais (decretos, leis, portarias, resoluções, PDIs e PPCs) e de bibliografia especializada, em abordagem qualitativa. O foco é o processo: como as políticas nacionais e as escolhas locais se traduziram em ofertas, arranjos pedagógicos, parcerias e impactos no território.

Antes mesmo da rotina acadêmica começar efetivamente, o Campus Jaguari já nascia com registros e dados institucionais fixados em documentos oficiais do IFFar. Em 2011, com o anúncio da Fase III de expansão da Rede Federal feito pela Presidência da República, o IFFar foi contemplado com duas novas unidades, uma em Santo Ângelo e a outra em Jaguari, o que desencadeou o processo de criação do Campus Jaguari e ampliou a presença institucional da instituição na região (Garcez et al., 2018, p. 19).

No Relatório de Gestão Exercício 2012, produzido pelo IFFar no início de 2013, consta que o campus Jaguari foi inaugurado em 5 de dezembro de 2012, vindo a compor as unidades consolidadas do IFFar e totalizando oito campus. Esse documento especifica que, no momento da elaboração, as atividades do campus Jaguari estavam ainda vinculadas ao campus São Vicente do Sul, o que reflete a fase de transição administrativa e estrutural daquele ano (IFFAR, 2013).

Nesse documento, há também detalhes reveladores da composição institucional daquela época: ao informar que o campus Jaguari não possuía profissionais de TI naquele exercício (Relatório de Gestão 2012, p. 16), mostra-se que a estrutura inicial não incluía todas as áreas técnicas consideradas essenciais e possível afirmar que o campus começou literalmente do chão. O relatório indica que, embora o IFFar contasse com 34 servidores de TI distribuídos pelos campis, nenhum estava alocado em Jaguari naquele momento (IFFar, 2013).

Quanto à governança institucional, o relatório relata que o campus Jaguari, recém-criado, teve como diretora-geral pro tempore a professora Tanira Marinho Fabres, nomeada na transição de gestão do IFFar (IFFAR, 2013). Esse primeiro cargo

de direção demonstra a história do campus com a dinâmica de nomeações e eleição institucional do IFFar naquele ano de transição.

Em 2012, segundo esse mesmo relatório, o IFFar atravessava um período de instabilidade política: houve três reitores no ano, com nomeações pro tempore — como o professor Jesué Graciliano da Silva, e em seguida a posse da professora Carla Comerlato Jardim, eleita. A transição incluiu também a implantação formal da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, até então prevista no estatuto, com a portaria que designou Carla Comerlato Jardim como titular (IFFar, 2013).

Este cenário de campus recém-inaugurado, sem estrutura plena em algumas áreas técnicas, com uma direção provisória e uma instituição-mãe em processo de internalização, tornou-se ponto de partida para o arranjo institucional de Jaguari nos anos seguintes (2014–2016).

A partir desse chão, as ações posteriores (PDI, ajustes de PPC, normatizações de cursos e expansão) ganharam significado: não foram apenas medidas simbólicas, mas respostas necessárias à realidade incipiente do campus em processo emancipatório do campus SVS.

Para a visão do panorama das diretrizes e resoluções que consolidam o desenho acadêmico-pedagógico (2014–2025), ver Quadro 5.

Quadro 5: Criação e planejamento institucional

Documento	Ano	Conteúdo central	Relação com a gestão educacional	Relevância institucional
Lei nº 6.905	2007	Estabelece diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica, visando à criação dos Institutos Federais	Define o modelo organizacional dos IFs como autarquias multicampi, pluricurriculares, com autonomia administrativa, patrimonial e pedagógica	Representa o marco inicial da política de reorganização, conferindo importância estratégica à interiorização e à integração ensino–pesquisa–extensão
Lei nº 11.892	2008	Criação dos Institutos Federais; definição da estrutura multicampi e missão institucional	Base legal para o surgimento do IFFar e diretrizes gerais da gestão educacional	Institui juridicamente a Rede Federal e consolida a missão de interiorização e democratização da

				educação profissional e tecnológica
Portaria nº 080/2013 (DOU)	2013	Autorização do funcionamento do Campus Jaguari	Marco jurídico de institucionalização do campus, viabilizando gestão administrativa e pedagógica	Reconhece formalmente o Campus Jaguari, legitimando sua atuação acadêmica e sua estrutura de gestão
PDI 2014–2018	2014	Planejamento inicial do IFFar; definição de cursos, políticas de ensino, extensão e pesquisa	Orientou a primeira fase de gestão educacional do Campus Jaguari	Estabelece metas fundacionais para cursos, infraestrutura e integração institucional
PDI 2019–2026	2019	Planejamento estratégico de médio prazo; foco em expansão e regionalização	Reforça a interiorização e a consolidação da gestão integrada no IFFar	Projeta o papel do campus como agente de desenvolvimento regional e consolida a identidade institucional

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

O Quadro acima funciona como a partitura normativa que dá forma ao campo institucional. O Quadro a seguir registra a passagem da partitura para a execução. A sociologia das organizações ajuda a compreender esse trânsito: regras e papéis produzem rotinas, rotinas sedimentam práticas e práticas consolidam identidades. No Campus Jaguari, esse processo assume caráter polifônico. Áreas distintas entram em diálogo, ajustam tempos, compartilham recursos e constroem coordenação. O resultado não é a soma de setores, mas uma sonoridade institucional que se reconhece no território.

Na resiliência, a instituição sustenta a continuidade de serviços essenciais diante de restrições e reajusta o andamento sem perder a regularidade do pulso público. No reposicionamento, há modulação de prioridades, redistribuição de recursos e atualização de instrumentos de gestão para preservar pertinência regional e qualidade. Em linguagem musical, a governança atua como regência. Garante unidade de interpretação, cuida da dinâmica e promove escuta entre os naipes administrativos e acadêmicos.

As referências a decisões e estruturas utilizadas neste capítulo se apoiam em documentos oficiais, atos normativos, atas e relatórios institucionais, editais e registros

públicos. O quadro a seguir reúne essas evidências e orienta a análise das quatro fases a seguir, com foco no desenvolvimento institucional do campus.

Quadro 6: Da Instalação à Consolidação: os Movimentos Organizacionais do IFFar Campus Jaguari

Ano	Conteúdo/ato	Relação com a gestão	Relevância institucional
2014	PDI 2014–2018 (IFFAR): diretrizes e metas do ciclo inaugural.	Orienta abertura de cursos, infraestrutura e gestão pedagógica.	Diretrizes institucionais e resoluções de consolidação acadêmico-pedagógica Base de planejamento do campus após a instalação.
2014	Res. 003/2014: homologa ajuste curricular da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC).	Atualiza PPC e assegura continuidade acadêmica.	Ajusta oferta inicial de graduação.
2014	Res. 130/2014: ajuste do PPC do Técnico em Agroindústria Integrado.	Equaliza currículo ao padrão institucional.	Harmoniza a oferta ao eixo produtivo local.
2014	Res. 133/2014: ajuste do PPC do Técnico em Agroindústria Integrado PROEJA.	Adequa desenho da modalidade EJA/EPT.	Consolida a EJA/EPT no campus.
2015	Res. 040/2015: cria o Técnico em Sistemas de Energia Renovável (Subsequente).	Expande a oferta técnica alinhada ao território.	Estrutura o eixo de energias renováveis.
2015	Res. 041/2015: cria o Técnico em Sistemas de Energia Renovável (Integrado).	Amplia itinerário formativo no EM integrado.	Integra formação geral e técnica.
2015	Res. 091/2015: aprova PPC da pós-graduação Lato Sensu “Educação do Campo e Agroecologia”.	Organiza a verticalização da formação docente.	Aproxima extensão/pesquisa da realidade rural.
2015	Diretrizes nacionais para a pós-graduação profissional em rede (ProfEPT) – SETEC/MEC e CONIF.	Orienta a qualificação docente e a verticalização da oferta; leva a Direção de Ensino a alinhar PPCs, cargas horárias e projetos integradores à lógica de produto educacional e pesquisa aplicada	Prepara o Campus Jaguari para ingressar na rede de pós-graduação profissional, fortalecendo a identidade EPT (ensino–pesquisa–extensão) e a inserção territorial
2016	Res. 39/2016 (PROEJA): regulamenta a EJA/EPT no IFFAR.	Define princípios, PPC, avaliação e responsabilidades.	Institui a modalidade como política estável de inclusão.

2016	Res. 052/2016: aprova o PPC do Técnico em Agroindústria Integrado.	Formaliza parâmetros formativos do curso.	Consolida oferta em arranjos agroindustriais.
2016	Res. 053/2016: suspensão temporária do Técnico em Agroindústria Integrado.	Gestão de portfólio e adequação de oferta.	Ajusta a oferta às condições institucionais.
2016	Res. 078/2016: homologa alteração dos PPCs da LEdoC.	Atualiza componentes e organização didática.	Mantém aderência curricular.
2017	Res. 074/2017: suspensão temporária do Técnico em Agroindústria PROEJA.	Gestão de oferta por demanda/condições locais.	Reequilibra a modalidade EJA/EPT.
2017	Res. 082/2017: aprova PPC da pós-graduação "Educação do Campo e Agroecologia".	Fortalece formação continuada.	Integra EPT, docência e território.
2018	Res. 016/2018: cria o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos (CST-SE).	Expande a graduação tecnológica.	Diversifica a formação superior do campus.
2018	Res. 018/2018: cria o Técnico em Agricultura Integrado.	Amplia a EPT com foco agropecuário.	Consolida vocação regional.
2018	Res. 037/2018: aprova o PPC do Técnico em Agricultura Integrado.	Formaliza matriz e práticas/estágio.	Estabiliza a oferta agrícola.
2018	Res. 040/2018: aprova o PPC do CST-SE.	Organiza currículo, estágio e extensão.	Estrutura a graduação em energia.
2018	Res. 049/2018: extingue LEdoC (Ciências Agrárias e da Natureza).	Reestrutura o portfólio de graduação.	Realinha a atuação formativa.
2019	PDI 2019–2026 (IFFAR): diretrizes ampliadas do período.	Reafirma interiorização e integração E-P-E.	Base de planejamento do ciclo atual.
2019	Res. 28/2019: diretrizes da EPT (nível médio).	Padroniza matriz, componentes, PPI/estágio e fluxos.	Referência para todos os PPCs técnicos.
2019	Res. 29/2019: Política de Ações Afirmativas.	Regras de ingresso, comprovação e acompanhamento (PPE/PROEN).	Democratiza acesso com suporte institucional.
2019	Res. 52/2019: regulamenta o AEE.	Define fluxos e responsabilidades (CAI/NAPNE/NPI/CAE).	Estrutura rede de permanência/êxito.

2019	Res. 064/2019 / 065/2019 / 080/2019 / 087/2019: ajustes em PPCs (SER Sub/Int; Administração Sub; Agricultura Int).	Atualiza currículos e cargas horárias.	Assegura coerência com diretrizes e demandas locais.
2019	PPCs PROEJA FIC (Assistente Financeiro; Eletricista SER; Operador de Supermercados).	Oferta por edital/cooperação municipal.	Inclusão socioprofissional na EJA/EPT.
2020	Res. 55/2020: governança da oferta (criar/suspender/extinguir).	Estabelece etapas, critérios e vínculo ao PDI.	Dá previsibilidade/transparência às decisões.
2020	Res. 41/2020: estágios (presencial/remoto).	Harmoniza práticas de estágio na instituição.	Garante continuidade formativa.
2020	Res. 62/2020: curricularização da extensão (graduação).	Define percentuais, componentes e avaliação.	Reforça a indissociabilidade E-P-E.
2020	PPC Técnico em SER (Integrado) — versão “a partir de 2020”.	Integra práticas e base tecnológica ao currículo.	Marca a identidade energética do campus.
2020	PPC Técnico em SER (Subsequente) — versão “a partir de 2020”.	Organização por competências e práticas.	Atende egressos do EM e requalificação.
2021	Res. 49/2021: graduação e colegiados/NDE.	Organiza a arquitetura decisória e o ciclo de avaliação/planejamento.	Qualifica acompanhamento dos PPCs.
2021	Res. 056/2021 / 060/2021: criação do Técnico em Comércio PROEJA e flexibilização avaliativa.	Amplia EJA/EPT e ajusta avaliação do PPC.	Consolida itinerário PROEJA.
2022	Res. 009/2022: aprova PPC do Técnico em Comércio PROEJA.	Consolida matriz e fluxos didáticos.	Qualifica a modalidade no campus.
2022	Res. 041/2022: aprova PPC da Licenciatura em Pedagogia (EaD).	Expande formação docente.	Integra campi e rede básica.
2022	Res. 016/2022 / 018/2022: aprova PPCs Lato Sensu (Metodologias; Gestão Escolar – EaD).	Verticaliza formação continuada.	Responde a demandas das redes de ensino.
2022	Res. 031/2022: suspende o Técnico em SER (Subsequente).	Reequilibra portfólio de cursos.	Ajusta oferta à demanda.

2022	Res. 068/2022: ajuste curricular do CST-SE.	Atualiza perfis/competências e matriz.	Mantém aderência setorial.
2022	PPC Técnico em Administração (Subsequente) — 2022, vigente a partir de 2023/I.	Alinha oferta à Res. 55/2020 e ao mercado.	Amplia empregabilidade regional.
2023	PPC Licenciatura em Pedagogia (EaD) — versão 2023/I.	Organização EaD, colegiado/NDE e avaliação.	Expande formação de professores.
2023	PPC CST em Sistemas Elétricos — versão 2023.	Nova matriz, estágio, TCC/ACS e extensão.	Atualiza a graduação tecnológica.
2023	Res. 017/2023: extingue LEdoC (Ciências Agrárias).	Reestrutura a carteira de cursos.	Realinha atuação formativa.
2024	Res. 017/2024: suspende temporariamente o CST em Sistemas Elétricos.	Gestão de portfólio/recursos.	Ajuste conforme matrículas/infraestrutura.
2024	Res. 020/2024 (adendo ao PDI 2019–2026): registra suspensão do CST-SE e inclui Especialização em Práticas Agrícolas Sustentáveis.	Atualiza planejamento institucional.	Reposiciona a oferta do campus.
2025	Res. 003/2025: aprova/autoriza a Lato Sensu “Práticas Agrícolas Sustentáveis” (EaD).	Consolida estratégia de formação no eixo agro.	Fortalece inovação agrícola regional.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

5.1.1 Arranjo inicial institucional de 2014 a 2016

A chegada do Campus Jaguari à rotina acadêmica começou pelo básico, o que dá chão à escola: instalar e ancorar a instituição no cotidiano. Nesse começo, a Direção de Ensino atuou como ponte entre a norma e a vida que acontece nas salas, nos corredores e no planejamento de cada aula.

Foi essa ponte que conduziu a criação dos primeiros espaços formais de decisão coletiva, definiu papéis e responsabilidades de docentes e técnicos, organizou o calendário letivo para dar previsibilidade, padronizou planos de ensino para alinhar objetivos, conteúdos, métodos e avaliação e instituiu rotinas de avaliação e conselhos de classe para acompanhar o estudante ao longo do processo, e não só no fim.

Também coordenou as acolhidas às turmas iniciais, o nivelamento para reduzir diferenças de base e o acompanhamento de estágios, garantindo a previsibilidade pedagógica de que as primeiras ofertas precisavam para acontecer com segurança.

Esse arranjo não nasceu do nada: assentou-se num marco legal costurado desde a década anterior. O Decreto nº 6.095/2007 orientou a integração que daria origem aos IFs (Brasil, 2007); a Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal, definindo sua natureza, missão e estrutura multicampi ou seja vários campi sob uma mesma instituição (Brasil, 2008); e a Portaria MEC nº 1.291/2013 detalhou parâmetros de expansão, reconhecendo o campus avançado como unidade vinculada administrativamente a um campus ou em casos excepcionais à Reitoria a prioridade para ensino e extensão em cursos técnicos de Formação Inicial e Continuada ou FIC (Brasil, 2013, art. 3º, II), ou seja, arcabouço jurídico disse por que e como expandir, para que a escola crescesse com sentido e organização.

Dentro desse desenho um dos seus objetivos da interiorização é o de levar educação pública de qualidade para mais perto das pessoas, o território de Jaguari iniciou atividades em 2009 como Núcleo Avançado do Campus SVS; foi elevado à categoria de campus em agosto de 2011; e em 10 de janeiro de 2013, recebeu autorização de funcionamento pela Portaria nº 080/2013, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e administração (IFFar, 2018). Em termos práticos, isso significou autonomia acadêmica crescente e serviços educacionais mais próximos da comunidade.

Em 2014, o campus começou a ganhar corpo de escola em funcionamento. Enquanto laboratórios chegavam e as salas eram distribuídas, a Direção de Ensino organizava o passo a passo do pedagógico. Na virada de junho, duas definições ajudaram a dar ritmo diário: Thiago Santi Bressan assumiu a frente do planejamento e desenvolvimento institucional alinhando obras, prazos e prioridades com as necessidades de ensino; e Maria Rute Depoi da Silva passou a coordenar o ensino, ficando a cargo das reuniões com coordenações de curso, da padronização de planos e rotinas avaliativas, da organização dos horários das turmas, dos conselhos de classe, entre outras atribuições centrais dessa a coordenação de planejamento e

pedagógico passaram a caminhar juntos, para reduzir imprevistos e sustentar a qualidade da instituição.

Com a autorização formal consolidada, a Direção de Ensino costurou o dia a dia com método: homologou e implementou os primeiros, alinhou cargas horárias com as coordenações equilibrando teoria, prática e extensão, organizou horários de aula e de trabalho docente dando cadência ao semestre, estruturou recuperação paralela para que a avaliação também servisse para aprender e articulou políticas de Permanência e Êxito.

No mesmo movimento, integrou os núcleos de inclusão às rotinas dos cursos: NAPNE que atua na acessibilidade e necessidades específicas, o NEABI que aborda a educação das relações étnico-raciais e culturas afro-brasileira e indígena e NUGEDIS promove o respeito a diversidade e direitos.

Em outras palavras, o currículo passou a considerar as diferenças como princípio educativo, e a escola organizou apoios concretos para que mais estudantes entrem, permaneçam e concluam. O resultado foi um ambiente de estabilidade pedagógica em que a expansão institucional deixou de ser apenas um ato normativo e virou prática cotidiana de estudantes e professores.

Em 4 de janeiro de 2016, no auditório do Chapadão, aconteceu a posse da nova direção do Campus Jaguari. Assumiu a Direção-Geral o professor Thiago Bressan, com a presença da reitora Carla Comerlato Jardim e de autoridades municipais. Nessa transição, a Direção de Ensino atuou de novo como ponte de continuidade pedagógica: alinhou calendário letivo, PPCs e rotinas de avaliação com as coordenações de curso, garantindo que a mudança administrativa não interrompesse o cotidiano acadêmico (Câmara Municipal de Jaguari, 2016). No mesmo ano, o DOU de 31/08/2016 formalizou a nomeação na Direção de Ensino, evidenciando a consolidação da chefia na fase ainda de instalação.

Como roteiro de fundo, o PDI 2014 (IFFar, 2014) reafirmou princípios pedagógicos, estruturou o PDI, explicitou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e previu piso orçamentário e projeções plurianuais para a implantação. Na prática, a gestão passou a operar por encadeamento entre planejamento estratégico, normatização acadêmica e detalhamento pedagógico.

Nos primeiros anos do campus, quando o relógio acadêmico ainda estava sendo acertado e o quadro de horários aprendia a respirar junto com a comunidade, havia uma pergunta que aparecia nos intervalos, nas acolhidas, nos conselhos de classe: como formar quem forma? Não era curiosidade de manual; era necessidade de chão. Entre 2014 e 2016, enquanto PPCs eram ajustados, núcleos de inclusão ganhavam rotina e o planejamento deixava de ser improvisado, amadureceu a ideia de um caminho de formação em serviço, com pesquisa que nasce da prática e volta para ela (Brasil, 2008; IFFar, 2014).

O ano de 2014 marcou a transição do planejamento à execução do PDI 2014–2018 foi o mapa que organizou os primeiros passos do campus: nele estavam as metas de infraestrutura, o cronograma de consolidação da gestão pedagógica e a definição das ofertas iniciais (IFFar, 2014). A partir dele, a Direção de Ensino passou a ter diretrizes claras para articular ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável.

Ainda em 2014, três resoluções desenharam a tessitura acadêmica inicial: a Resolução nº 003/2014, que homologou o ajuste curricular da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), garantindo coerência entre o PPC e as especificidades da formação docente rural; a Resolução nº 130/2014, que atualizou o PPC do Técnico em Agroindústria Integrado, aproximando a formação técnica das demandas produtivas locais; e a Resolução nº 133/2014, que redefiniu o desenho da modalidade PROEJA, consolidando a Educação de Jovens e Adultos articulada à EPT (IFFar, 2014a; IFFar, 2014b; IFFar, 2014c).

No ano seguinte, 2015, a história do campus começou a dialogar com o futuro energético da região. As Resoluções nº 040 e 041/2015 criaram o Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável nas modalidades subsequente e integrada, ampliando o itinerário formativo e acrescentando um novo eixo tecnológico alinhado à sustentabilidade territorial (IFFar, 2015a; IFFar, 2015b).

O mesmo período trouxe a Resolução nº 091/2015, que aprovou o PPC da pós-graduação lato sensu Educação do Campo e Agroecologia, consolidando a verticalização formativa e o vínculo entre docência e pesquisa aplicada (IFFar, 2015c).

Esse movimento dialogava com as Diretrizes Nacionais para a Pós-Graduação Profissional em Rede (ProfEPT), lançadas pela SETEC/MEC e CONIF em 2015, que orientaram o alinhamento entre qualificação docente, planejamento institucional e pesquisa vinculada à prática profissional (Brasil, 2015). O campus, que já vinha experimentando práticas de integração ensino–pesquisa–extensão, encontrou nesse documento a justificativa formal para avançar rumo à pós-graduação em rede, consolidando o tripé da EPT no território.

Em 2016, o processo de institucionalização ganhou força normativa. A Resolução nº 039/2016 regulamentou o PROEJA no IFFar, definindo princípios, responsabilidades e instrumentos avaliativos que conferiram estabilidade à modalidade como política de inclusão (IFFar, 2016a).

No mesmo ano, a Resolução nº 052/2016 aprovou o novo PPC do Técnico em Agroindústria Integrado, formalizando parâmetros de formação e práticas de estágio, enquanto a Resolução nº 053/2016 autorizou a suspensão temporária do curso, numa decisão de gestão de portfólio voltada a equilibrar a oferta e a qualidade (IFFar, 2016b; IFFar, 2016c).

Por fim, a Resolução nº 078/2016 homologou alterações no PPC da LEdoC, atualizando componentes curriculares e estrutura didática, mantendo a aderência entre currículo e realidade local (IFFar, 2016d). Cada uma dessas medidas foi como um tijolo na fundação do campus, marcando o amadurecimento de sua capacidade de planejar, executar e revisar continuamente suas ofertas formativas.

Foi nesse clima de escola que se olha por dentro que o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) encontrou nome e corpo na Rede Federal. A decisão nacional de criar um mestrado em rede, com foco na EPT e na produção de produtos educacionais ligados a problemas reais, deu linguagem ao que muitos campi, como o de Jaguari, já vinham tentando fazer silenciosamente: investigar o cotidiano para melhorá-lo.

Em 16 de setembro de 2016, o Conselho Superior do IFES aprovou a criação do ProfEPT e seu Regulamento Interno (Resolução Consup 161/2016), formalizando um gesto político e pedagógico simples e potente: dizer que o que acontece na sala

de aula é matéria de ciência, e que os professores e técnicos dos IFs são autores dessa ciência (IFES, 2016).

No Campus Jaguari, o ProfEPT não chegou como brilho distante. Aqui, ele caiu como nome para uma prática: desde 2014, os ajustes de PPCs (LEdoC; Técnico em Agroindústria, inclusive PROEJA), a organização do calendário, a cultura dos conselhos e a chegada de cursos que dialogavam com o território (como Sistemas de Energia Renovável) indicavam um caminho de verticalização da formação e de pesquisa aplicada. Em 2015, a especialização em Educação do Campo e Agroecologia abriu uma porta de pós-graduação com sotaque local: estudar para intervir melhor no lugar em que vivemos (IFFar, 2015).

Os registros institucionais revelam a travessia do plano geral para a capacidade instalada, com fluxos decisórios delineados, critérios de uso dos espaços definidos, regras de tramitação consolidadas e a memória sistemática das deliberações preservada. Sobre esse alicerce, a escola deixa de apenas montar-se e passa a operar com estabilidade, preparando o terreno para um novo momento em que rotinas amadurecem, papéis se firmam e a gestão pedagógica encontra fluidez e previsibilidade.

A formalização da Direção de Ensino do Campus Jaguari iniciou-se em 2015, quando um conjunto de portarias, todas datadas de 24 de abril e publicadas no Boletim de Serviço nº 04/2015, consolidou o primeiro arranjo de gestão pedagógica local. A Portaria nº 0522/2015 exonerou Neiva Lilian Ferreira Ortiz da função de Diretora de Ensino; em seguida, a Portaria nº 0523/2015 nomeou Bruna Vielmo Camargo Pinto para o mesmo cargo, estabelecendo a primeira nomeação efetiva da Direção de Ensino do campus. Complementarmente, a Portaria nº 0525/2015 designou Juliana Limana Malavolta como Diretora de Ensino substituta, garantindo continuidade nas ausências da titular. Essas nomeações marcaram o início do processo de estruturação administrativa e pedagógica do campus, evidenciando a transição entre a fase de implantação e o funcionamento regular das atividades acadêmicas (IFFar, Boletim de Serviço nº 04, abr. 2015).

A partir dessas definições iniciais, a Direção de Ensino assumiu papel de eixo organizador do cotidiano acadêmico, atuando na mediação entre normas institucionais

e práticas pedagógicas, o que preparou o campus para as etapas seguintes de consolidação entre 2016 e 2019.

5.1.1.1 O ProfEPT no IFFar – Campus Jaguari

No Campus Jaguari, a integração entre ensino, pesquisa e extensão foi se tornando, aos poucos, parte da rotina. O que antes parecia três caminhos separados passou a se encontrar em um mesmo propósito. Quando a Rede Federal acendeu a luz do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, o ProfEPT, o Campus Jaguari já estava de olhos abertos.

A pergunta que guiava a nova etapa, “como formar quem forma”, ganhou método e sentido. As dúvidas do dia a dia se transformaram em problemas de pesquisa, as soluções didáticas ganharam forma de produtos educacionais e as reuniões pedagógicas, agora apoiadas por estudos e leituras, passaram a ter lastro teórico e intencionalidade formativa.

A sala de aula começou a dialogar com os projetos e os projetos aprenderam a ouvir o território. A verticalização formativa, compreendida como um percurso que pode iniciar na Educação Básica e seguir até a Pós-Graduação *stricto sensu*, foi construída na prática, ampliando as possibilidades para quem ensina e para quem aprende.

Nesse caminho, consolidou-se uma cultura de produção de conhecimento e de desenvolvimento de produtos educacionais, com cada pesquisa comprometida em transformar o cotidiano, seja nas práticas pedagógicas, na gestão acadêmica ou nas ações de inclusão e permanência estudantil. Não houve pressa nem glamour, mas sim um processo paciente, feito de pequenos gestos e de trabalho coletivo (IFFar, 2022).

Ao tratar do período entre 2014 e 2016, o ProfEPT não aparece como um acréscimo posterior, mas como um fio que costura o passado e o futuro. A criação do mestrado profissional em rede dialogou com as experiências que o Campus Jaguari já vinha desenvolvendo, transformando a prática docente em objeto de reflexão e aprimoramento. Com o passar dos anos, essa relação se aprofundou e o ProfEPT

chegou ao campus não como uma novidade, mas como o reconhecimento institucional de algo que já fazia parte do seu modo de ser e de ensinar (IFFar, 2015, IFFar, 2022).

Essa caminhada se renova a cada ingresso e, em 2025, ganhou novas vozes com a Turma 8. Nos dias 10 e 11 de abril de 2025, o IFFar Campus Jaguarí iniciou o ano letivo do ProfEPT com uma acolhida que ultrapassou os protocolos formais. As direções sistêmicas, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a coordenação do curso e docentes das linhas de pesquisa receberam os novos mestrandos, apresentaram os grupos de pesquisa e os espaços do campus, e encerraram a tarde com uma aula inaugural ministrada por Mariglei Severo Maraschin, do CTISM da UFSM, sobre EPT e os desafios do pesquisador (IFFar, 2025).

Na ocasião, a coordenação esteve sob a responsabilidade da professora Vanessa de Cássia Pistóia Mariani, que destacou a missão do programa de formar profissionais da EPT em espaços formais e não formais, considerando o trabalho como princípio educativo. A professora lembrou que mais de cento e dez dissertações e produtos educacionais foram produzidos ao longo de oito turmas, impactando diretamente as demandas locais e regionais.

A Pró-Reitoria ressaltou a relevância institucional do programa para a qualificação dos servidores e para indicadores como o Índice Geral de Cursos (IGC), que apresenta excelente taxa de conclusão e baixos índices de evasão.

A acolhida prosseguiu no dia seguinte, com a apresentação das linhas e grupos de pesquisa, visita guiada e momentos de integração, além da previsão de novas atividades ao longo do semestre, fortalecendo o vínculo acadêmico desde o início (IFFar, 2025).

Esse percurso local dialoga com as diretrizes nacionais e com os movimentos de consolidação da Rede Federal. Em Jaguarí, essas orientações foram traduzidas em práticas concretas, conferindo previsibilidade aos calendários, clareza aos fluxos acadêmicos e unidade aos processos de seleção, oferta e avaliação.

Os registros institucionais revelam como o campus foi capaz de transformar políticas amplas em decisões de gestão adequadas à sua realidade territorial,

fortalecendo o vínculo entre a pós-graduação e o contexto social em que está inserido (IFFar, 2022).

Em 2024, a consolidação do ProfEPT ganhou novo fôlego com o apoio da CAPES, que reforçou o compromisso com a formação de mestres voltada para a prática da EPT. Em Jaguari, essa política se materializa em gestos simples e significativos. Há o professor que retorna aos estudos e chega na segunda-feira com uma nova pergunta, há a orientação que começa em uma sala do Instituto e termina na escola onde o mestrando atua, há a ideia que nasce no corredor e se transforma em material didático, protocolo de gestão ou trilha formativa. Cada pesquisa carrega o território em suas linhas e devolve conhecimento em forma de ação e transformação (IFFar, 2022).

O ProfEPT no Campus Jaguari aprofunda a integração entre ensino, pesquisa e extensão como prática cotidiana. A verticalização formativa se afirma como um caminho natural de desenvolvimento humano e institucional, e a cultura de produção educacional se consolida como um compromisso ético com a melhoria da educação pública.

O mestrado não se apresenta como um prêmio, mas como um processo contínuo, que se constrói coletivamente com a comunidade, em sintonia com o ritmo da vida escolar. A cada turma, o campus reafirma sua identidade como espaço de formação, pesquisa aplicada e esperança.

O que começou entre 2014 e 2016 como um arranjo institucional amadureceu como um projeto de futuro compartilhado, no qual o trabalho se transforma em conhecimento e o conhecimento retorna em forma de cuidado com a EPT e com o território (IFFar, 2022, IFFar, 2025).

Mesmo sem representação formal nas coordenações nacionais do ProfEPT até 2025, o Campus Jaguari consolidou um protagonismo silencioso e consistente. A ausência de docentes nas instâncias centrais não reduziu o papel da instituição, mas, ao contrário, fortaleceu o movimento interno de autonomia e a consolidação de uma identidade local sólida.

A formação de mestres, o desenvolvimento de produtos educacionais e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão se tornaram compromissos diários com

o território. Dessa forma, o campus se destaca não apenas por aderir às políticas nacionais, mas por transformá-las em uma experiência viva de EPT, crítica, enraizada e socialmente transformadora (IFFar, 2022, IFFar, 2025).

Nesse sentido, mais do que uma instituição instalada em Jaguari, o campus tornou-se parte da vida da comunidade, carregando histórias, desafios, conquistas e esperanças construídas por muitas mãos.

5.1.2 Consolidação organizacional, 2017 a 2019

Encerrada a fase de ancoragem entre 2014 e 2016, o Campus Jaguari entrou em um tempo de consolidação. Se os primeiros anos haviam sido de instalação e arranjos provisórios, agora o cotidiano ganhava estabilidade. Normas, práticas e memórias convertiam-se em cultura organizacional, e a escola passava a operar com previsibilidade, com a Direção de Ensino fazendo a ponte entre as decisões de gestão e a vida das salas de aula, em diálogo constante com o território (IFFar, 2018).

Em setembro de 2017, a designação de uma Direção-Geral pró-tempore assegurou a continuidade administrativa enquanto a comunidade se preparava para escolher o primeiro diretor eleito. Nesse intervalo, a Direção de Ensino manteve o calendário letivo, garantiu a regularidade das avaliações, acompanhou estágios e projetos integradores, revisou PPCs com as coordenações e coordenou conselhos de classe. Foi um trabalho de bastidor que protegeu o ritmo escolar e reafirmou a vocação do campus para decisões ancoradas na realidade local e regional (IFFar, 2018).

No início de 2018, a mudança na Coordenação-Geral de Ensino foi conduzida com método. Em fevereiro, Maurício Osmall Jung deixou a função e Cristina Angonesi Zborowski foi designada para substituí-lo, assumindo também a Direção de Ensino substituta. Os encaminhamentos foram registrados; processos de avaliação e de estágio seguiram em andamento; e a comunidade praticamente não sentiu a transição. O semestre manteve fluidez e estabilidade, evidenciando maturidade institucional e cuidado com a rotina pedagógica, sempre orientada às necessidades do território (Brasil, 2018; IFFar, 2018).

Em maio de 2018, iniciou-se a consulta à comunidade para a escolha da Direção-Geral. Ao longo do processo, a Direção de Ensino mediou gestão e cotidiano pedagógico, organizou devolutivas, ajustou horários e garantiu a circulação ágil das decisões colegiadas. A posse de Carlos Roberto Devincenzi Socal, em 30 de agosto de 2018, com ampla votação, encerrou o ciclo de transição e abriu a etapa de normalização: pactuação do calendário seguinte, homologação de PPCs pendentes, recomposição de colegiados e alinhamento das políticas de permanência e êxito às metas da nova gestão, com atenção às especificidades produtivas e socioculturais da região central do Rio Grande do Sul (IFFar, 2018).

O ano de 2019 consolidou esse patamar de organização. O PDI 2019–2026 ampliou o horizonte de planejamento, reforçou a coordenação multicampi como modo de governar com interiorização e reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dando direção comum às escolhas de cada campus — no caso de Jaguari, reafirmando o compromisso com eixos formativos que dialogam com agricultura, energias e serviços locais (IFFar, 2019a).

No mesmo compasso, normas internas ganharam corpo e definiram um piso institucional: a Resolução CONSUP nº 028/2019 organizou a estrutura dos cursos técnicos (matriz, componentes, práticas profissionais e estágios); a Resolução CONSUP nº 029/2019 instituiu a Política de Ações Afirmativas (ingresso, comprovação e acompanhamento); e a Resolução CONSUP nº 052/2019 estabeleceu o Atendimento Educacional Especializado (fluxos e responsabilidades entre CAI, NAPNE, NPI e CAE). Esse conjunto estruturou serviços de suporte, distribuiu responsabilidades e qualificou o circuito de permanência e êxito, olhando para o estudante real que chega ao campus e para o trabalho que o espera no território (IFFar, 2019b; IFFar, 2019c; IFFar, 2019d).

Internamente, os registros evidenciam revisão contínua de documentos, ajustes de procedimentos e maior transparência nas decisões. Isso reduziu assimetrias entre setores, qualificou a coordenação do trabalho e preparou o campus para desafios mais complexos, inclusive na relação com parceiros municipais e cadeias produtivas regionais. É uma consolidação que se mede pelo que permanece e melhora, mais do que por anúncios, e que se traduz no cotidiano de cursos, colegiados e estágios (IFFar, 2019).

Em dezembro de 2019, a sucessão na Direção de Ensino foi formalizada no DOU, com exonerações e novas nomeações, organizando titularidade e substituição e garantindo que a escola seguisse sem sobressaltos. Trata-se de um rito administrativo que, quando bem conduzido, protege a continuidade pedagógica e a confiança institucional (Brasil, 2019).

Cada nomeação revela quem assumiu a tarefa de ser ponte entre norma e sala de aula. Assim, o que poderia ser apenas burocracia se transforma em memória institucional, uma narrativa em que cada transição não representou ruptura, mas sim um passo dentro de uma caminhada contínua.

5.1.3 Continuidade e adaptações em contexto pandêmico, 2020 a 2022

O período é marcado por restrição orçamentária e emergência sanitária. A administração aciona instrumentos de governança para assegurar continuidade institucional, reprograma cronogramas, redefine prioridades, formaliza protocolos de trabalho e intensifica o monitoramento de processos críticos. A Resolução nº 55 (IFFar, 2020) estabeleceu critérios para criação, suspensão e extinção de cursos vinculados ao PDI, conferindo previsibilidade às decisões. A Resolução nº 41 (IFFar, 2020), atualiza regras de estágios e práticas em formatos presenciais e remotos.

Por outro lado, a Resolução nº 62 do mesmo ano trata da curricularização da extensão na graduação e reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No cotidiano, a continuidade de serviços se materializa na regularidade dos colegiados, na preservação de atendimentos essenciais e na reorganização da logística interna, com ciclos mais curtos de avaliação e de devolutiva. A arquitetura decisória da graduação é explicitada e qualificada, o que melhora o acompanhamento e a coerência dos processos. Esse conjunto se converte em aprendizado institucional.

5.1.4 Caminhos de desenvolvimento do Campus Jaguari, 2023 a 2025

Com a superação do cenário crítico, o campus ingressa em movimento de desenvolvimento orientado ao território e à responsabilidade pública. Instrumentos de

planejamento são atualizados e o portfólio institucional é reordenado com base em pertinência regional, disponibilidade de recursos e evidências de impacto. Conforme IFFar (2024), o adendo ao PDI 2019–2026 registrado na Resolução nº 20 documenta decisões de gestão de portfólio e reposiciona a oferta.

A Resolução nº 17 do ano de 2024 suspende temporariamente o curso superior específico no âmbito do reposicionamento. A Resolução nº 3 (IFFar, 2025) aprova a Especialização em Práticas Agrícolas Sustentáveis na modalidade a distância, consolidando a aposta em inovação aplicada e transferência de conhecimento para o território.

A maturidade institucional se expressa na capacidade de modular prioridades com base em evidências, otimizar infraestrutura, qualificar a gestão de pessoas e deliberar com previsibilidade e transparência. As atualizações e reestruturações conectadas a decisões colegiadas e a critérios públicos. O conjunto sinaliza continuidade com horizonte promissor para o desenvolvimento do campus, em alinhamento às metas do planejamento institucional e às necessidades regionais.

5.1.5 A Direção de Ensino na História do IFFar Campus Jaguarí (2014–2025)

A construção da história do IFFar Campus Jaguarí está intimamente ligada às pessoas que ocuparam a Direção de Ensino, função que, desde os primeiros anos, foi mais do que um cargo administrativo. Ela simbolizou o elo entre as políticas públicas e o cotidiano pedagógico, entre as decisões institucionais e o trabalho vivo das salas de aula. A cada nova gestão, o setor foi ganhando identidade, estabilidade e sentido, acompanhando o próprio amadurecimento do campus e da comunidade que o cerca.

A professora Neiva Lilian Ferreira Ortiz foi uma das primeiras servidoras a atuar no campo pedagógico quando o campus ainda era um núcleo avançado, em processo de estruturação. Oriunda do Campus SVS, ela trouxe consigo uma trajetória consolidada na área de Linguagens, especialmente na docência de Língua Portuguesa e Literatura. Sua formação em Letras e sua experiência no ensino médio contribuíram para organizar as primeiras práticas pedagógicas, as rotinas administrativas e a articulação entre os docentes. Em um período de poucos recursos e muitas tarefas compartilhadas, ela representou a etapa de base, quando o desafio

era transformar um espaço provisório em um ambiente educativo funcional e colaborativo (IFFar, 2015).

Em 2015, a Direção de Ensino passou a ser conduzida pela professora Bruna Vielmo Camargo Pinto, bióloga formada pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e mestre em Biodiversidade Animal pela UFSM. Servidora do Campus São Borja, ela já possuía experiência como coordenadora de ensino e de extensão. No Campus Jaguari, foi nomeada Diretora de Ensino pela Portaria nº 523/2015 e desempenhou um papel decisivo na criação das primeiras comissões acadêmicas, na estruturação do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) e na elaboração de projetos pedagógicos de cursos (IFFar, 2015).

Com olhar voltado à sustentabilidade e à formação ambiental, articulou o ensino às potencialidades locais e ajudou a dar coesão ao projeto institucional. Sua passagem marcou o início da consolidação pedagógica e administrativa do campus, firmando práticas que perduram até hoje.

A seguir, assumiu a professora Juliana Limana Malavolta, doutora em Química Orgânica pela UFSM. Vinda do Campus SVS, ela tinha uma trajetória acadêmica voltada à pesquisa e à experimentação científica. Em Jaguari, foi responsável por consolidar a integração entre ensino, pesquisa e extensão e pela criação da Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza, um marco na história do campus e da instituição (IFFar, 2016). A sua gestão fortaleceu a formação docente, a interdisciplinaridade e a cultura científica entre os estudantes, contribuindo para que o campus assumisse uma identidade voltada à investigação e à inovação.

No período seguinte, entre 2016 e 2017, a Direção de Ensino foi assumida pela professora Maria Teresinha Verle Kaefer, pedagoga formada pela Universidade Regional do Noroeste (UNIJUI) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora do Campus São Borja, Maria Teresinha já havia exercido cargos de gestão e participado de grupos de pesquisa voltados à Educação de Jovens e Adultos e à Educação Popular (Lattes, 2025).

Sua trajetória é marcada pela militância freiriana e pelo compromisso com a formação humana e emancipadora. Em Jaguari, conduziu a direção com ênfase no

diálogo, na escuta e na valorização docente, promovendo reflexões sobre currículo integrado e identidade institucional. A sua passagem consolidou a ideia de que a Direção de Ensino não é apenas um espaço administrativo, mas um campo político e pedagógico de construção coletiva.

A trajetória acadêmica e profissional de Marlova Giuliani Garcia se entrelaça com a própria história da consolidação da EPT no interior do RS, especialmente no contexto de construção e fortalecimento do IFFar, Campus Jaguari. Sua caminhada na educação teve início ainda na formação em Magistério, concluída em 1999, revelando desde cedo sua escolha pela docência como caminho de vida.

Esse percurso foi sendo tecido com dedicação e compromisso por meio da graduação em Pedagogia, da especialização em Gestão Educacional, do mestrado em Educação e, mais recentemente, do doutorado em Extensão Rural, concluído em 2024, evidenciando uma trajetória marcada pela busca permanente pelo conhecimento e pelo desejo de contribuir com a formação humana e social por meio da educação (Garcia, 2026).

Sua formação não representa apenas o acúmulo de títulos acadêmicos, mas expressa a construção de uma identidade docente comprometida com a transformação social. Sua caminhada revela uma educadora que compreende a escola como espaço de vida, de encontro e de possibilidades, onde o ensinar e o aprender se constituem como processos profundamente humanos, atravessados por histórias, memórias e afetos. Nesse sentido, sua atuação na Rede Federal ultrapassa os limites da função administrativa e se insere no campo das experiências que constroem e fortalecem instituições educacionais comprometidas com a emancipação dos sujeitos.

Antes de sua atuação no IFFar, Marlova construiu uma significativa trajetória no IF do Acre, onde exerceu funções como docente e gestora, incluindo a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Direção Geral substituta. Essas experiências contribuíram para o desenvolvimento de uma compreensão sobre a direção de ensino, entendida não apenas como organização de processos, mas como cuidado com as pessoas, com os estudantes, com os professores e com o próprio sentido da educação pública (Garcia, 2026).

No IFFar, Campus Jaguari, sua presença se insere em um momento singular da história da instituição, quando o campus ainda construía suas bases, suas rotinas e sua identidade. Sua atuação como docente, coordenadora pedagógica e, posteriormente, Diretora de Ensino, a partir de 2017, revela uma trajetória marcada pelo compromisso com a construção coletiva da instituição. Assumir a Direção de Ensino em um campus em consolidação significa, muitas vezes, trabalhar entre o que já está posto e aquilo que ainda precisa ser construído, mediando expectativas, organizando processos e, sobretudo, acreditando no potencial transformador da educação.

Sua participação em ações formativas institucionais evidencia essa compreensão da educação como construção coletiva. Em notícia institucional, destaca-se que essas ações buscavam “ressaltar a importância das ações de integração entre coordenadores, supervisores, orientadores, professores e apoio”, revelando que a educação não se constrói de forma isolada, mas na relação entre aqueles que compartilham o cotidiano da instituição (IFFar, 2016). Essa perspectiva evidencia uma gestão que valoriza o diálogo, o trabalho coletivo e a construção de vínculos, compreendendo que a escola é, antes de tudo, um espaço de relações humanas.

Sua atuação também esteve profundamente vinculada à construção de espaços pedagógicos vivos, dinâmicos e significativos. A organização de feiras pedagógicas, atividades formativas e espaços de socialização do conhecimento demonstra sua compreensão da educação como experiência, como vivência e como construção coletiva de sentidos. Esses momentos, marcados pelo envolvimento de estudantes e professores, representam mais do que atividades institucionais: constituem-se como espaços de expressão, de criação e de fortalecimento da identidade institucional (IFFar, 2017).

Os laboratórios de ensino, as atividades pedagógicas e os espaços formativos também se constituíram como territórios de aprendizagem, onde o conhecimento ganha forma por meio da prática, da experimentação e do encontro entre saberes. Esses espaços representam, simbolicamente, o compromisso com uma educação que

se constrói no fazer, no experimentar e no vivenciar, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e contribuindo para a formação integral dos estudantes (IFFar, 2017).

Sua presença também se fez significativa nos momentos de expansão da instituição, como no início das atividades do Centro de Referência de Santiago. Conforme registrado em notícia institucional, “estavam presentes neste dia os diretores [...] e a professora Marlova Giuliani Garcia”, evidenciando sua participação em um momento histórico para a ampliação do acesso à educação pública na região (IFFar, 2018). Esse momento representa, simbolicamente, a materialização de um projeto educacional que busca levar oportunidades a diferentes territórios, reafirmando o compromisso da Rede Federal com a democratização do acesso à educação.

Ao longo de sua trajetória, sua atuação também contribuiu para aproximar a instituição da comunidade, fortalecendo o vínculo entre o campus e o território em que está inserido. A abertura do campus à comunidade, por meio de eventos e atividades institucionais, representa o reconhecimento da educação como prática social, construída em diálogo com a realidade e com as pessoas que fazem parte dela (IFFar, 2018).

Nesse sentido, sua trajetória revela que a Direção de Ensino é mais do que uma função institucional: é um espaço de cuidado, de construção e de compromisso com a educação e com as pessoas que fazem parte dela. Sua atuação contribuiu significativamente para a consolidação do Campus Jaguari, não apenas em sua dimensão estrutural e pedagógica, mas também em sua dimensão humana, ajudando a construir uma instituição que carrega em sua história as marcas daqueles que acreditaram em sua missão.

Sua caminhada se inscreve, assim, na história do campus como parte do processo de construção de uma instituição pública comprometida com a formação, com a inclusão e com a transformação social. Sua trajetória revela o papel fundamental da gestão pedagógica na construção das instituições educacionais e reafirma que a educação é, antes de tudo, um ato de compromisso com o presente e com o futuro.

Entre 2018 e 2019, a professora Cristina Angonesi Zborowski, licenciada em Ciências Biológicas pela URI e docente atuante desde os primeiros anos do campus, assumiu a Direção de Ensino, temporariamente, em um momento de estabilidade e continuidade institucional. Período este de reorganização dos colegiados de curso, pela revisão dos processos de avaliação e pelo acompanhamento pedagógico dos cursos técnicos e superiores. Com sensibilidade e firmeza, manteve a coesão entre os setores e fortaleceu o diálogo entre direção, docentes e estudantes (IFFar, 2018). Cristina foi uma gestora de transição, cuja contribuição assegurou a continuidade das políticas e dos valores que haviam sido consolidados desde a fundação.

No final de 2019, o professor Astor João Schönell Júnior assumiu a Direção de Ensino. Graduado em Física pela UFSM, doutor em Astrofísica pela UFRGS e pós-doutor pela UFSM, Astor já atuava no Campus Jaguari como docente das áreas de Física e Ciências da Natureza.

A sua experiência em pesquisa e divulgação científica trouxe uma nova perspectiva à gestão, marcada pela valorização da ciência, pela inovação tecnológica e pela aproximação com a comunidade acadêmica (Lattes, 2025). Durante a sua gestão, foram incentivados projetos de iniciação científica e ações de popularização da ciência, consolidando a cultura investigativa e crítica no cotidiano escolar (UFRGS, 2017).

A partir de 2021, a Direção de Ensino passou a ser conduzida pela professora Marielle Medeiros de Souza, doutora em Química Orgânica pela UFSM e docente do Campus Jaguari desde sua criação. Marielle construiu toda a sua trajetória profissional dentro do IFFar, tendo atuado como professora, coordenadora de cursos e integrante de diversos núcleos institucionais. Reconhecida pela competência técnica e pela sensibilidade humana, ela representa a fase de maturidade do campus, marcada pela integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão participativa (Lattes, 2025).

Marielle é uma das figuras mais atuantes do IFFar. Sua presença é constante nas ações pedagógicas, científicas e comunitárias do campus, articulando o trabalho docente com as demandas sociais da região. Em 2022, coordenou o projeto de ensino “Gestão em Foco”, promovendo o diálogo entre estudantes e profissionais do mundo

do trabalho, com o objetivo de aproximar a formação técnica da realidade contemporânea e reafirmar o valor do ensino público (IFFar, 2022).

Em 2023, representou o campus em reuniões com parlamentares e lideranças políticas, mediando projetos e apresentando demandas por infraestrutura e recursos, como na visita das vereadoras Agnes Patias e Cátina Monteiro (IFFar, 2023a). Também conduziu a colação de grau da primeira turma do Curso Superior de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional, um marco na consolidação da oferta de formação docente em Jaguari (IFFar, 2023b).

Em 2024, como diretora-geral substituta, Marielle participou da assinatura das portarias que autorizaram as obras de reforma e ampliação do refeitório estudantil e a construção da nova biblioteca, investimentos que somaram mais de dois milhões de reais, destinados a melhorar os espaços de ensino, pesquisa e convivência do campus (IFFar, 2024). Essas conquistas reforçam sua capacidade de articulação e liderança, resultando em avanços concretos para a comunidade acadêmica.

No ano de 2025, liderou uma das ações mais simbólicas de sua gestão: a inauguração do Banco Vermelho, espaço de reflexão sobre o enfrentamento à violência contra a mulher. Na ocasião, afirmou que o gesto “deve se tornar um aprendizado, lembrando que o respeito e o diálogo são caminhos de convivência, e que o espaço cultivado inspire práticas educativas e humanas, porque educar também é lutar contra a violência” (IFFar, 2025). Suas palavras sintetizam o modo como compreende a educação: como um ato ético, humano e transformador.

Durante sua gestão, Marielle também acompanhou os desdobramentos da diplomação da primeira turma do Centro de Referência de Santiago, representando o campus em cerimônias e debates sobre a expansão da Rede Federal (IFFar, 2024). Sua atuação alia ciência, empatia e compromisso público, transformando a Direção de Ensino em um espaço de inovação, acolhimento e diálogo permanente.

A trajetória das diretoras e do diretor de ensino do Campus Jaguari revela a linha evolutiva de uma instituição que cresceu com o território. Cada um deles trouxe consigo uma bagagem de experiências, saberes e olhares, compondo uma rede de memórias que explica o desenvolvimento do campus. O que antes era um espaço em implantação, hoje é uma instituição consolidada, reconhecida por sua qualidade, por

seu envolvimento comunitário e por sua capacidade de formar sujeitos críticos e comprometidos com a sociedade.

A seguir, o Quadro 7 apresenta uma síntese cronológica das gestões da Direção de Ensino do IFFar Campus Jaguari, destacando a formação, a origem institucional e as principais contribuições de cada docente que esteve à frente do setor.

Quadro 7: Linha Histórica da Direção de Ensino do IFFar Campus Jaguari (2014–2025)

Diretor(a)	Período	Formação Acadêmica	Origem Institucional	Contribuições Principais	Fontes
Neiva Lilian Ferreira Ortiz	2014–2015	Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Franciscana	Campus São Vicente do Sul	Organização inicial das rotinas pedagógicas e articulação entre docentes.	IFFar, 2015.
Bruna Vielmo Camargo Pinto	2015	Mestre em Biodiversidade Animal (UFSM)	Campus São Borja	Estruturação do Núcleo Pedagógico Integrado e criação das comissões acadêmicas.	Portaria nº 523/2015; Integra IFFar, 2025.
Juliana Limana Malavolta	2015–2016	Doutora em Química Orgânica (UFSM)	Campus São Vicente do Sul	Implantação da LEDOC Ciências da Natureza e fortalecimento da pesquisa aplicada.	Lattes, 2025; IFFar, 2016.
Maria Teresinha Verle Kaefer	2016–2017	Mestre em Educação (UFRGS)	Campus São Borja	Implementação do currículo integrado e práticas freireanas de formação docente.	Lattes, 2025.
Marlova Giuliani Garcia	A partir de 05/10/2017 (Portaria nº 1244/2017)	Doutorado em Extensão Rural	Campus Jaguari	Gestão pedagógica do campus na função de Diretora de Ensino, acompanhando organização e consolidação do ensino	Portaria nº 1244/2017 – Boletim de Serviço do IFFar; Integra – Portfólio de pessoas: Marlova Giuliani Garcia (IFFar)
Cristina Angonesi Zborowski	2018–2019	Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática Universidade	Campus Jaguari	Reestruturação de colegiados e aperfeiçoamento dos processos avaliativos.	IFFar, 2018.

		Franciscana (UFN)			
Astor João Schönell Júnior	2019–2020	Doutor em Astrofísica (UFRGS); Pós-doutor (UFSM)	Campus Jaguari	Promoção da cultura científica e incentivo à iniciação à pesquisa.	Lattes, 2025.
Marielle Medeiros de Souza	2021–2025	Doutora em Química Orgânica (UFSM)	Campus Jaguari	Gestão participativa e humanizadora, ampliação da infraestrutura, protagonismo institucional e criação do Banco Vermelho.	IFFar, 2022; 2023; 2024; 2025.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

A sucessão das gestoras e do gestor de ensino do IFFar Campus Jaguari evidencia uma construção institucional marcada por continuidade, compromisso e diversidade de trajetórias. Desde a atuação pioneira de Neiva Lilian Ferreira Ortiz, que lançou as bases administrativas e pedagógicas do núcleo, até a liderança sensível e inovadora de Marielle Medeiros de Souza, que consolidou a maturidade institucional do campus, cada gestão deixou uma marca indelével.

A trajetória desses profissionais demonstra que a Direção de Ensino é mais do que uma função administrativa. Ela é um espaço de articulação política, ética e humana, responsável por traduzir a missão da Rede Federal em práticas concretas de ensino e formação cidadã. O percurso de 2014 a 2024 revela que o Campus Jaguari cresceu sustentado pelo trabalho coletivo, pela escuta e pela capacidade de transformar desafios em possibilidades, reafirmando que educar é também construir história, memória e futuro.

Ao compreender a Direção de Ensino como um espaço institucional de articulação entre normativas, organização curricular e acompanhamento dos processos formativos, torna-se pertinente avançar da dimensão organizacional para a análise histórica de sua constituição. Se, por um lado, a Direção de Ensino estrutura calendários, fluxos acadêmicos e organização dos cursos, por outro, suas decisões participam da consolidação das práticas institucionais e da definição dos rumos formativos do campus.

Nessa perspectiva, examinar o percurso histórico de criação da instituição por meio das narrativas dos Diretores de Ensino implica reconhecer que a história institucional é construída tanto por documentos oficiais quanto pelas experiências e interpretações daqueles que atuaram diretamente na organização inicial do ensino. As memórias desses sujeitos permitem identificar contextos, desafios, critérios de decisão e encaminhamentos adotados nos diferentes momentos da implantação e desenvolvimento do campus.

Dessa forma, a próxima seção apresenta o processo de criação e consolidação da instituição a partir das narrativas dos Diretores de Ensino, buscando analisar como suas decisões e experiências contribuíram para a organização dos cursos, a estruturação do trabalho docente e a constituição da identidade institucional no contexto da expansão da EPT.

5.2 Percurso histórico da criação do IFFar- Campus Jaguari através das narrativas e memórias dos diretores de Ensino

As questões iniciais da pesquisa buscaram caracterizar o perfil socioprofissional do(a)s ex-Diretor(a)s de Ensino (DEJ), compreendendo que suas trajetórias pessoais, acadêmicas e institucionais influenciaram diretamente os sentidos atribuídos à criação e ao desenvolvimento do Campus Jaguari. A análise das narrativas demonstrou que a história institucional não se constrói apenas por atos normativos ou documentos oficiais, mas também pelas interpretações, memórias e decisões daquele(a)s que ocuparam posições estratégicas na estrutura organizacional.

A relação entre memória e história institucional permite compreender que os processos educativos também são construídos a partir das experiências vividas pelos sujeitos que participaram de sua constituição sobre esse tema. Le Goff (1990, p. 423) afirma: “A memória é um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”.

A identificação do(a)s participantes por meio da sigla DEJ, seguida de numeração aleatória, assegura o anonimato e desloca o foco da análise para o

conteúdo discursivo, permitindo que a investigação privilegie os sentidos atribuídos ao processo histórico de implantação e consolidação da unidade.

A partir da codificação das entrevistas e questionários, foram identificadas unidades de registro que, agrupadas por aproximação semântica, deram origem a quatro eixos analíticos.

Esse procedimento dialoga com a metodologia da análise de conteúdo, que permite organizar e interpretar os discursos produzidos pelos participantes da pesquisa. Bardin (2016, p. 48) afirma que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas que possibilitam sistematizar comunicações, identificar categorias e compreender os significados presentes nos discursos analisados. Conforme podemos ver no quadro 8, os nossos resultados serão demonstrados através de categorização analítica e unidades de registro.

Quadro 8: Unidades de Registro e Categorias Analíticas

Unidades de Registro	Categorias Analíticas
Formação acadêmica; trajetória profissional; tempo de ingresso; lugar de fala	Perfil Socioprofissional e Inserção Institucional
Implantação; definição de cursos; trabalho coletivo; liderança; pandemia	Implantação e Gestão da Direção de Ensino
Vocação agrícola; interiorização; programas federais; desenvolvimento regional	Identidade Territorial e Políticas Públicas
Moradia; transporte; assistência estudantil; tensões; reestruturações	Permanência, Tensões e Consolidação Institucional

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026)

A organização das unidades de registro apresentada acima orienta o percurso analítico desta pesquisa. A partir das narrativas do(a)s ex-Diretor(a)s de Ensino, foi possível identificar temas recorrentes relacionados às trajetórias formativas, ao processo de implantação institucional, à identidade territorial do campus e aos desafios vinculados à permanência estudantil.

A sistematização

dessas unidades em categorias analíticas possibilita compreender como as experiências individuais relatadas nas entrevistas se articulam à história institucional do IFFar – Campus Jaguari. Dessa forma, as categorias orientam a leitura das narrativas, permitindo observar como diferentes dimensões do processo de criação e desenvolvimento do campus aparecem nas memórias dos participantes. A partir dessa organização temática, a primeira dimensão analisada refere-se ao perfil socioprofissional e à inserção institucional do(a)s ex-Diretore(a)s de Ensino.

5.2.1 Perfil Socioprofissional e Inserção Institucional dos(as) DEJ

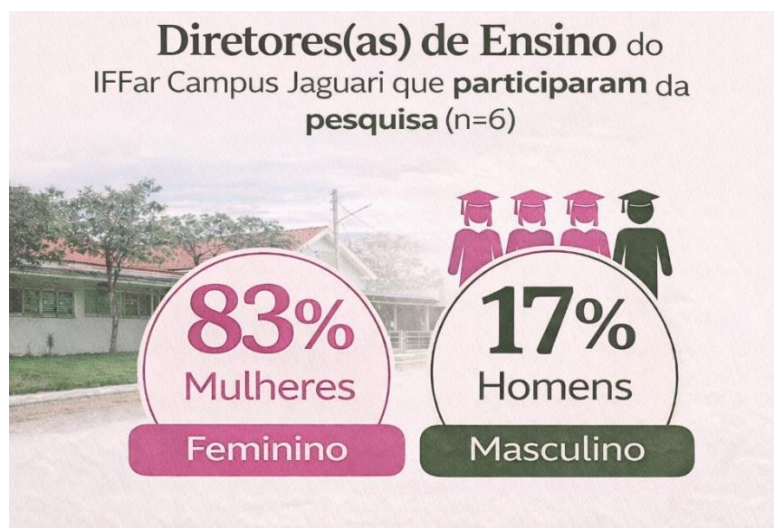
A compreensão do percurso histórico do IFFar – Campus Jaguari exige, inicialmente, a análise do perfil socioprofissional do(a)s ex-Diretore(a)s de Ensino, considerando que suas trajetórias formativas e institucionais influenciam diretamente os sentidos atribuídos à criação e ao desenvolvimento da unidade.

Ainda que o número de participantes seja reduzido, observa-se que a Direção de Ensino foi exercida por profissionais com trajetórias consolidadas no campo educacional, o que reforça o caráter técnico e político da função

A atuação dos gestores educacionais envolve não apenas a organização administrativa das instituições, mas também a articulação de processos pedagógicos e institucionais que influenciam diretamente o desenvolvimento das práticas educativas. Conforme destaca Lück (2009), a gestão escolar constitui um processo de liderança e coordenação coletiva voltado à promoção da aprendizagem e ao fortalecimento do projeto educativo da instituição.

A atuação dos gestores educacionais envolve não apenas a organização administrativa das instituições, mas também a articulação de processos pedagógicos e institucionais que influenciam diretamente o desenvolvimento das práticas educativas, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Perfil de gênero do(a)s ex-diretore(a)s de Ensino)

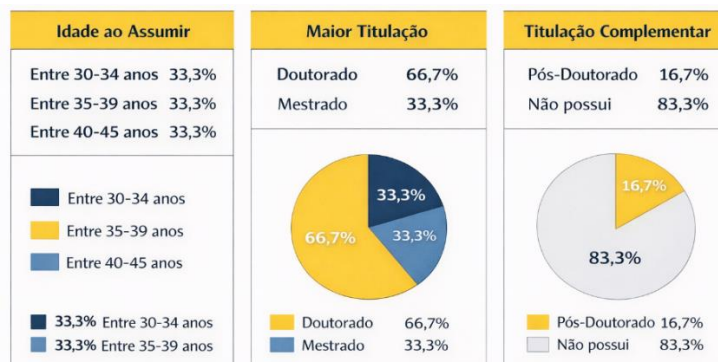


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026)

Conforme esse gráfico, o perfil de gênero do(a)s ex-diretor(a)s de Ensino participantes da pesquisa indica a predominância feminina no grupo investigado, com 83% de mulheres e 17% de homens. Esse dado contribui para compreender a composição do grupo gestor e as trajetórias que marcaram a condução pedagógica da instituição.

A distribuição de gênero evidencia a composição do grupo gestor e permite compreender a diversidade de experiências que atravessam a condução pedagógica da instituição. Na sequência, a análise do perfil etário e formativo amplia a compreensão sobre o momento de carreira em que o(a)s gestor(a)s assumiram a Direção de Ensino.

Gráfico 2: Perfil etário e formativo dos(as) ex-diretores(as)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026)

As idades ao assumir a Direção variaram entre 30 e 45 anos, revelando que o cargo foi ocupado por profissionais em fase de consolidação ou maturidade profissional. Tal dado sugere que a condução do processo de implantação não ficou restrita a sujeitos iniciantes, mas contou com experiências acumuladas na docência e na gestão educacional. No que se refere à titulação acadêmica, observa-se predominância de doutore(a)s e mestre(a)s, aspecto que merece análise mais aprofundada.

Gráfico 3: Caracterização da trajetória acadêmica e funcional



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2026)

A elevada qualificação acadêmica do(a)s DEJ indica que a Direção de Ensino foi exercida por sujeitos com inserção consolidada na produção de conhecimento e na reflexão pedagógica. À luz de Ciavatta (2005), a formação humana integral articula fundamentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais, superando a fragmentação entre trabalho manual e intelectual. Nesse sentido, a presença de gestor(a)s com formação *stricto sensu* favorece a articulação entre política educacional e fundamentos teóricos da EPT.

Em consonância, Saviani (2007, *apud* Mercês, 2019) sustenta que trabalho e educação se integram numa relação de identidade, sendo o trabalho princípio educativo e fundamento da formação humana. A Direção de Ensino, nesse contexto, assume papel que ultrapassa a administração burocrática, configurando-se como instância político-pedagógica responsável por mediar a implementação da política pública em diálogo com princípios formativos.

Além da titulação, as narrativas revelam diferentes tempos de ingresso na instituição. Parte do(a)s DEJ participou diretamente da fase de implantação do Campus Jaguari, enquanto outros assumiram a Direção em momento posterior, já no processo de consolidação. Essa diversidade temporal amplia a leitura histórica e reforça o caráter plural da memória institucional.

DEJ1, por exemplo, relata trajetória marcada por experiência prévia na educação básica e na gestão escolar, culminando na participação ativa na implantação do campus. No entanto, DEJ3 e DEJ4 apresentam inserção vinculada à carreira acadêmica e ao ingresso no serviço público federal em período posterior à expansão inicial.

A análise do perfil socioprofissional do(a)s ex-Diretor(a)s de Ensino permitem compreender que a atuação na Direção de Ensino do Campus Jaguari foi exercida por profissionais com trajetórias acadêmicas e experiências institucionais distintas. Essas trajetórias influenciaram a forma como cada participante interpreta o processo de criação e desenvolvimento do campus, contribuindo para a construção de diferentes perspectivas sobre a história institucional da unidade. A partir dessas experiências, torna-se possível avançar para a compreensão de como se deu o

processo de implantação institucional e quais foram as decisões que marcaram a organização da Direção de Ensino nesse contexto.

5.2.2 Implantação Institucional e Gestão da Direção de Ensino

A categoria Implantação e Gestão da Direção de Ensino reúne unidades de registro ligadas à implantação, à definição de cursos, ao trabalho coletivo, à liderança e à pandemia. A reorganização dessas narrativas permite compreender que a criação do IFFar - Campus Jaguari não se deu de forma linear, mas como processo histórico marcado por decisões pedagógicas, disputas institucionais, construção coletiva e capacidade de adaptação diante de contextos adversos.

Nesse sentido, Ramos (2014, p. 23) afirma que “a educação profissional não pode ser compreendida apenas como formação técnica para o mercado, mas como parte de um processo formativo que articula trabalho, ciência e cultura”. Tal compreensão permite interpretar a implantação do campus como movimento que extrapola a dimensão burocrática e assume centralidade político-pedagógica.

No âmbito da unidade de registro implantação, as falas evidenciam o esforço inicial de estruturação pedagógica e administrativa do campus. A Direção de Ensino assumiu funções múltiplas, articulando acolhimento, organização institucional e adaptação das práticas à realidade local.

*Foi um trabalho de muita **união**. Como não tínhamos todos os profissionais no início, as decisões eram tomadas em conjunto. Minha prática foi de **acolhimento** e de fazer de tudo um pouco para que o **campus** funcionasse. Eu realizei um sonho ao entrar no IFFar em 2010 e, em 2013, quando fui convidada para Jaguari, trouxe essa bagagem de pedagoga para estruturar o **ensino** do zero (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

*Minha contribuição passou diretamente pela pesquisa dos sentidos do **trabalho**. Acredito que a **gestão** deve ser **pedagógica e humana**, focando na transformação de vidas através da **educação** profissional. Minhas decisões foram pautadas no que registrei no meu livro, buscando dar significado ao **trabalho** dos professores e gestores naquele contexto de implantação (DEJ2, 2026, grifo nosso).*

As falas mostram que a implantação envolveu mais do que a abertura formal da unidade. Tratou-se da construção de uma identidade educativa comprometida com a formação humana integral. Conforme Lück (2009), a gestão escolar constitui

processo de mobilização coletiva das competências e energias dos sujeitos, aspecto claramente presente nas narrativas de implantação do campus.

A unidade de registro definição de cursos evidencia que a oferta formativa foi construída em diálogo com o território, com os movimentos sociais e com as necessidades dos estudantes do campo. A elaboração dos PPCs, a consolidação de cursos já existentes e a criação de novas formações aparecem como parte central da atuação da Direção de Ensino.

*Durante minha gestão, houve foco na consolidação dos primeiros cursos técnicos e, especialmente, na **criação da Licenciatura em Educação do Campo**, em um processo intenso que envolveu a escuta das demandas dos movimentos sociais e das famílias rurais do Vale do Jaguarí, utilizando a pedagogia da **alternância** e promovendo uma **construção** coletiva entre a Direção de Ensino, a reitoria e a comunidade local (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

*Houve atuação na estruturação e no **fortalecimento** dos cursos já existentes, bem como na qualificação dos processos pedagógicos, buscando garantir que o **currículo** fosse mais do que uma lista de disciplinas, mas um instrumento de **emancipação**, com foco na consolidação das ações com base **pedagógica** sólida (DEJ2, 2026, grifo nosso).*

*Houve um esforço para ampliar e qualificar a **oferta de cursos** técnicos e superiores, por meio de comissões que analisavam o Catálogo Nacional de **Cursos** Técnicos e as potencialidades regionais, visando promover **equidade** e **desenvolvimento** regional por meio da educação profissional (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

*Destaca-se a relevância do **Proeja**, cujo processo de criação foi desafiador por exigir **adaptação** curricular para jovens e adultos afastados da escola, com participação ativa na construção dos **PPCs** e foco em conteúdos práticos voltados à realidade do **trabalhador** rural (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*A atuação esteve voltada à **organização** dos **cursos** técnicos integrados, considerando a estrutura de **moradia** e alimentação dos estudantes, com foco na consolidação de **cursos** alinhados à **vocação** rural da unidade e na articulação com outras unidades para **cursos** de gestão (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

Essas narrativas demonstram que a definição dos cursos esteve vinculada a uma concepção de currículo comprometida com os sujeitos do território. Em diálogo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), observa-se a busca por uma formação integrada, capaz de articular ciência, cultura, tecnologia e trabalho.

No que se refere ao trabalho coletivo, as falas revelam que a implantação do campus foi sustentada por ações cooperativas entre equipe diretiva, docentes, técnicos e comunidade.

*Acredito que minhas práticas contribuíram ao reafirmar a Rede Federal como uma política de Estado. Minhas decisões focaram na construção de **estratégias** pedagógicas mais flexíveis e **acolhedoras**, entendendo que a história do campus é construída **coletivamente**. Busquei valorizar as conquistas e reconhecer o **esforço** de todos os envolvidos no processo (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

*O maior acerto foi a criação da Licenciatura em Educação do Campo com a pedagogia da alternância. Foi um momento divisor de águas, pois encheu as turmas rapidamente e atendeu a uma demanda regional. Outro acerto foi a **união da equipe** diretiva; como éramos poucos, fazíamos tudo juntos, desde o **pedagógico** até a **assistência**. Um episódio marcante foi a primeira **formatura**, que consolidou o sentimento de que o esforço valeu a pena (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

A centralidade do trabalho coletivo reforça que a história institucional do campus foi constituída por práticas de cooperação e corresponsabilidade, e não por ações isoladas. Tal dimensão fortaleceu a cultura institucional e o vínculo com a comunidade acadêmica.

A unidade liderança evidencia que a Direção de Ensino exigiu mediação, autoridade pedagógica, capacidade de decisão e sensibilidade para adaptar propostas à realidade dos estudantes.

*Enfrentei desafios significativos relacionados à **gestão** de pessoas e à afirmação da **autoridade pedagógica** dentro da instituição. Em alguns momentos era necessário lidar com **embates** administrativos e institucionais, ao mesmo tempo em que precisávamos manter o foco no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na consolidação dos **cursos** (DEJ2, 2026, grifo nosso).*

*Minha trajetória contribuiu na adaptação da **proposta pedagógica** à realidade. Participei da construção dos PPCs e minhas decisões foram sempre no sentido de tornar o **ensino** viável para o **aluno** que vinha do campo, garantindo que a prática **pedagógica** conversasse com as necessidades básicas de sobrevivência e **permanência** deles (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*Minha experiência educacional é toda construída dentro do IF, desde 2010. Contribuí trazendo essa **vivência técnica** de outras unidades para adaptar as **práticas** à **realidade rural** de Jaguari. Por ser **Técnica** em Assuntos Educacionais, minhas decisões foram focadas na organização processual e no entendimento das características específicas da nossa unidade no meio **rural** (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

As narrativas das participantes evidenciam que a Direção de Ensino precisou se afirmar em meio a desafios que extrapolavam o campo estritamente pedagógico, envolvendo também limites institucionais, humanos e estruturais. Nesse sentido, a

atuação da gestão precisa ser compreendida em articulação com as condições objetivas oferecidas pela instituição. Como destacam Santos e Santos (2025, p. 41):

Além disso, é imprescindível que a implementação seja acompanhada por políticas que garantam condições adequadas para o desempenho dos gestores. De nada adianta avaliar a atuação dos diretores e coordenadores sem que haja investimentos na infraestrutura das escolas, na contratação de profissionais capacitados e no desenvolvimento de programas que fortaleçam a gestão educacional como um todo. A avaliação, por si só, não pode resolver problemas estruturais da educação pública, mas pode contribuir para a identificação de necessidades e a formulação de estratégias mais eficazes para enfrentá-las.

A pandemia constitui unidade de registro específica porque tencionou a organização do ensino e exigiu respostas rápidas da Direção de Ensino. As falas mostram o esforço institucional para manter o vínculo com os estudantes, reorganizar PPCs e garantir o direito à educação.

*Minha contribuição foi muito voltada para a manutenção do **vínculo** em tempos de **crise**. Acredito que as práticas de ir ao **campus**, mesmo em momentos de isolamento, para garantir que o **material** chegasse ao aluno, foram decisivas para que o desenvolvimento do **ensino** não parasse (DEJ3, 2026, grifo nosso).*

*A gestão foi marcada pela **manutenção e adaptação** dos cursos durante o período da **pandemia**, exigindo a reorganização dos Projetos Pedagógicos de Curso para o formato **remoto**, com foco em garantir a **qualidade** técnica dos cursos de EPT mesmo sem acesso pleno aos laboratórios (DEJ3, 2026, grifo nosso).*

*Durante o período da pandemia, os atos normativos mais relevantes foram as Resoluções que instituíram as Atividades Didáticas Não Presenciais (**REANP**). Elas foram a base legal que nos permitiu reorganizar todo o **calendário** acadêmico e as formas de **avaliação**. Sem essas normativas institucionais, não teríamos o respaldo necessário para levar o **material** impresso aos alunos e validar o ensino **remoto** como carga horária letiva (DEJ3, 2026, grifo nosso).*

Conforme Hodges et al. (2020), a emergência sanitária obrigou as instituições a reverem suas práticas, ao passo que Castioni et al. (2021) destacam que as respostas mais ágeis ocorreram em instituições que já possuíam alguma experiência com mediações tecnológicas. No caso do Campus Jaguari, as narrativas evidenciam uma resposta pedagógica orientada pela realidade territorial e pela busca da continuidade do vínculo educativo.

Em síntese, a categoria Implantação e Gestão da Direção de Ensino mostra que a criação do campus foi marcada por organização institucional progressiva,

definição de cursos em diálogo com o território, trabalho coletivo, exercício de liderança e reinvenção pedagógica em contextos de crise.

5.2.3 Identidade Territorial, Políticas Públicas e Interiorização

A categoria Identidade Territorial e Políticas Públicas reúne as unidades de registro vocação agrícola, interiorização, programas federais e desenvolvimento regional. As narrativas demonstram que a identidade do IFFar - Campus Jaguarí foi sendo produzida no encontro entre a política pública de expansão da EPT e as especificidades sociais, econômicas e culturais do Vale do Jaguarí.

A vocação agrícola aparece como marca constitutiva da identidade do campus. Os depoimentos relacionam a unidade às culturas da uva e do feijão, à realidade do campo e à necessidade de que a formação dialogue com os arranjos produtivos locais.

*É um campus essencialmente **agrícola**, com uma relevância muito grande para a região, especialmente nas culturas da **uva** e do **feijão**, que são muito fortes aqui. O maior impacto foi trazer **oportunidade** para jovens que antes não tinham acesso ao ensino técnico gratuito e de qualidade. Antes da chegada do campus, muitos estudantes precisavam sair da cidade ou até mesmo da região para continuar os estudos, e hoje eles conseguem permanecer aqui, próximos de suas famílias, construindo suas trajetórias educacionais dentro do próprio **território** (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

*A característica que define muito o Campus Jaguarí é justamente o fato de estarmos em uma unidade localizada no **meio rural**. Por isso, toda a organização da instituição precisa considerar essa realidade. Estruturas como **moradia** estudantil e **refeitório** tornam-se fundamentais para garantir que estudantes de diferentes localidades consigam **permanecer** no campus e concluir sua formação (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

*Eu focaria mais cedo em cursos com **vocação regional**, como a **vitivinicultura**, desde o início do funcionamento. Muitas vezes escolhemos cursos mais populares, mas o **desenvolvimento** ocorre quando o curso dialoga com a produção da **região**. Também teria buscado uma assistência social mais estruturada logo na abertura, para não sobrecarregar a Direção de Ensino com demandas não pedagógicas (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

Essas falas mostram que a identidade do campus não se limita à sua localização geográfica; ela se constitui em diálogo com o mundo do trabalho e com as necessidades socioprodutivas da região. Nessa direção, Pacheco (2011) destaca que os IFs foram concebidos para atuar em favor do desenvolvimento local e regional, em estreita relação com a realidade dos territórios onde se inserem.

Essa compreensão é reforçada por Pozzer e Neuhold (2024), ao afirmarem que o desenvolvimento regional se tornou eixo estruturante da política de expansão e interiorização da EPT, com valorização dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Desse modo, ao atender às demandas ligadas à vocação agrícola da região e ao criar condições de acesso e permanência para os estudantes, o Campus Jaguari reafirma seu papel como instituição comprometida com a formação humana e com o desenvolvimento territorial.

A unidade interiorização evidencia o sentido público da presença do campus no interior do estado: aproximar a educação profissional de populações historicamente afastadas dos grandes centros urbanos.

*O campus trouxe a **educação** para **perto** de quem está **longe**. Muitos estudantes vivem em comunidades rurais, em municípios pequenos ou em localidades mais afastadas, onde as oportunidades educacionais sempre foram mais limitadas. A presença do campus acabou se tornando uma espécie de **porto** seguro, garantindo que o ensino chegasse até essas localidades e abrindo novas possibilidades de **formação** para jovens que antes tinham poucas perspectivas de continuidade nos estudos (DEJ3, 2026, grifo nosso).*

Nessa direção, Kowalski (2012) afirma que a interiorização das instituições públicas diversifica os perfis estudantis e amplia o acesso de jovens que vivem em zonas rurais afastadas. No caso em análise, a interiorização aparece como movimento que alarga oportunidades educacionais e, ao mesmo tempo, explicita a necessidade de políticas de permanência.

As políticas e programas federais aparecem nas narrativas como suporte decisivo da consolidação institucional. A Rede Federal, o PNAES, o Proeja e as normativas internas são mencionadas como base legal e material para o funcionamento do campus.

*A implantação do campus representa a reafirmação da **Rede Federal** como uma **política** de **Estado** comprometida com a **inclusão** e a **equidade**. O campus promove o desenvolvimento regional, ao oferecer formação profissional que dialoga com a identidade local e com as características da comunidade em que está inserido (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

*As políticas institucionais de **Assistência** Estudantil e as normativas de Extensão e Pesquisa foram as de maior relevância. Destaco as resoluções que ampliaram o Programa de Auxílio **Permanência** e as **bolsas** de ensino, pois elas transformam a diretriz institucional em ação real de combate à **evasão**. São políticas que reafirmam o IF como uma política de **Estado***

voltada para a equidade social e o desenvolvimento regional (DEJ4, 2026, grifo nosso).

*As políticas voltadas para o **Proeja** e as normativas de **assistência** básica foram fundamentais. Os atos que garantiam o funcionamento do **refeitório** e da **moradia** estudantil, bem como a concessão de **bolsas** permanência, foram os que realmente fizeram a diferença no dia a dia. Para a Direção de Ensino, ter essas políticas vigentes era o que permitia olhar para o aluno e garantir que ele tivesse condições de permanecer estudando (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*As normativas que regulamentam a **Moradia** Estudantil e o **PNAES** são as mais relevantes na nossa unidade rural. Além delas, as resoluções que tratam da organização dos cursos técnicos integrados são vitais. Ter atos normativos claros sobre **auxílios** e **bolsas** é o que sustenta nossa logística de atendimento a alunos em **vulnerabilidade** social (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

À luz de Pacheco (2011), os IFs foram concebidos como instituições de formação humana, científica e tecnológica, articulando ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as demandas sociais e territoriais. As falas reforçam precisamente essa dimensão.

Na unidade desenvolvimento regional, as falas convergem para o reconhecimento do campus como agente de transformação social, educacional e econômica do território.

*A característica mais importante é o potencial de **transformação social**. O impacto não é apenas econômico, mas principalmente **humano**. O campus Jaguari acabou se tornando um verdadeiro divisor de águas para a região, mostrando que o interior também pode ser um espaço de produção de **conhecimento**, formação profissional e desenvolvimento educacional. Muitas famílias passaram a enxergar a educação como uma possibilidade concreta de **mudança** de vida para seus filhos (DEJ2, 2026, grifo nosso).*

*O campus tem uma característica muito forte de **acolhimento**. Muitos estudantes chegam com diferentes dificuldades sociais e econômicas, e a instituição acaba se tornando um espaço onde eles encontram **apoio**, orientação e **oportunidades** para continuar estudando. O impacto disso é muito grande, porque a escola passa a representar um lugar de **esperança** e **transformação** para muitos jovens da região (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

Em diálogo com Matos (2004), a memória institucional possui valor estratégico para o planejamento e a gestão das instituições, pois preserva a série decisória que sustenta a coerência entre missão institucional, comunidade e região. No caso do Campus Jaguari, as memórias dos gestores mostram como a presença da instituição se vinculou ao desenvolvimento regional e à ampliação das oportunidades educacionais.

5.2.4 Permanência Estudantil, Tensões e Consolidação Institucional

A categoria Permanência, Tensões e Consolidação Institucional reúne as unidades de registro moradia, transporte, assistência estudantil, tensões e reestruturações. As narrativas evidenciam que a consolidação do IFFar - Campus Jaguari não dependeu apenas da implantação física da unidade ou da abertura de cursos, mas da construção de condições concretas para o acesso, a permanência e o êxito estudantil. Em consonância com a concepção dos IFs enquanto instituições voltadas à formação humana, científica e tecnológica, articulando ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as demandas sociais e territoriais.

Conforme destaca Pacheco (2011), os IFs foram concebidos como instituições voltadas à formação humana, científica e tecnológica, articulando ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as demandas sociais e territoriais.

Segundo Aldrich (2014), a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade só se tornam possíveis a partir da existência das disciplinas, já que elas constituem a base para a integração dos conhecimentos. Contudo, Japiassu (2006) alerta que o excesso de isolamento entre áreas pode dificultar o avanço do saber, ao estabelecer limites rígidos e gerar uma espécie de apropriação do conhecimento.

Em outra perspectiva, Raynauld e Zanoni (2011) apontam que as fronteiras disciplinares não são fixas, sendo moldados por fatores históricos e sociais, mais do que por critérios puramente científicos. Dessa forma, o surgimento de novas disciplinas resulta tanto do avanço científico quanto da necessidade de novos referenciais e métodos para compreender problemas emergentes, como exemplificam áreas como as ciências cognitivas, a engenharia genética e a física molecular (Raynauld; Zanoni, 2011).

A moradia estudantil aparece como eixo estruturante da permanência no campus, especialmente em uma unidade rural que recebe estudantes de diferentes municípios. Nesse contexto, a assistência estudantil, institucionalizada por meio de políticas públicas como o PNAES, constitui-se como elemento fundamental para

garantir condições de acesso e permanência, abrangendo áreas como moradia, alimentação, transporte e apoio social (Almeida, Oliveira e Seixas, 2019).

*Sem dúvida, os maiores acertos foram a implementação da **moradia** estudantil e do **refeitório**. Para a realidade de Jaguari, esses não são apenas prédios, são **garantias** de estudo. Um episódio marcante foi presenciar a mudança no **rendimento** e na saúde dos alunos após passarem a ter alimentação regular e um lugar digno para **morar** dentro do campus. Isso contribuiu para o crescimento da instituição ao atrair alunos de diversas localidades (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*A **moradia** estudantil e o **refeitório** são a verdadeira **espinha** dorsal da **permanência** estudantil no campus. Como muitos estudantes vêm de outras localidades, essas estruturas tornam possível que eles permaneçam na instituição e consigam concluir sua **formação** (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

*Considero que o maior acerto estratégico foi a continuidade e ampliação da estrutura de **apoio** ao **meio rural**. A moradia e o refeitório são imprescindíveis. O momento em que o campus se consolidou como referência para o Vale do Jaguari foi muito significativo. Um episódio marcante é o processo de **acolhida** dos novos estudantes, onde percebemos que a estrutura oferecida possibilita a **trajetória** na Rede Federal (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

As falas mostram que a moradia não constitui mero recurso complementar, mas condição objetiva para que estudantes do campo sustentem suas trajetórias formativas, especialmente considerando que o distanciamento geográfico pode gerar sentimentos de não pertencimento, solidão e isolamento, além de dificuldades relacionadas ao afastamento da cultura acadêmica (Coulon, 2008; Piotto, 2007, 2014; Souza, 2009; Portes, 2001 apud Pena, Coutrin e Matos, 2021).

O transporte e o deslocamento aparecem na pesquisa como dimensões implicadas pela ruralidade do campus. Mesmo quando não nomeados diretamente, estão presentes na referência às distâncias, à origem dos estudantes em outros municípios e à necessidade de redes de apoio.

*Eu buscaria estratégias de aproximação com as famílias que não dependessem tanto do contato físico presencial desde o início, talvez estruturando melhor o uso de tecnologias para essa comunicação. Como nossa unidade é rural e a **distância** é um fator real, eu teria tentado criar **redes de apoio** locais nos **municípios** vizinhos para facilitar esse diálogo e suporte aos alunos, diminuindo a sensação de **isolamento** que a localização às vezes provoca (DEJ6, 2026, grifo nosso).*

Nessa perspectiva, o deslocamento territorial não deve ser lido apenas como dificuldade logística, mas como elemento que incide sobre o acesso, o vínculo e o cotidiano escolar dos estudantes do interior.

A assistência estudantil emerge como unidade decisiva para a consolidação institucional. Bolsas, auxílios, alimentação, moradia e apoio social são apresentados como estratégias concretas de combate à evasão.

*Os acertos mais significativos foram a ampliação das políticas de **assistência** estudantil e o fortalecimento da extensão e **pesquisa**. Isso permitiu que o campus não fosse apenas um lugar de aulas, mas um centro de produção de conhecimento e apoio social. O momento em que as **bolsas** de permanência e auxílios foram consolidadas foi vital para reduzir a **evasão** e garantir que o aluno visse o IF como uma política de Estado séria e **acolhedora** (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

*Um momento inesquecível foi perceber o impacto da **assistência** estudantil na vida dos alunos, especialmente em situações de **necessidade** básica, como falta de roupas adequadas ao **frio**. A mobilização da equipe e os resultados no **desempenho** dos estudantes evidenciaram o papel essencial da escola como **apoio** fundamental (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

Segundo Portes (2006), embora a condição econômica não determine de modo absoluto as ações dos estudantes pobres, ela mobiliza sofrimentos e ameaças concretas à permanência.

As tensões institucionais dizem respeito tanto às fragilidades da estrutura inicial quanto aos embates administrativos e às desigualdades sociais enfrentadas no cotidiano.

*O maior **desafio** foi a falta de **profissionais** específicos no início, como a ausência de **assistente** social. Muitas vezes a Direção de Ensino precisava lidar diretamente com situações que iam além da dimensão pedagógica, tentando compreender as **realidades** sociais dos estudantes e encontrar formas de garantir que eles **permanecessem** estudando (DEJ1, 2026, grifo nosso).*

*Enfrentei **desafios** significativos relacionados à **gestão** de pessoas e à afirmação da **autoridade** pedagógica dentro da instituição. Em alguns momentos era necessário lidar com **embates** administrativos e institucionais, ao mesmo tempo em que precisávamos manter o foco no desenvolvimento do trabalho **pedagógico** e na consolidação dos cursos (DEJ2, 2026, grifo nosso).*

*Um dos maiores desafios foi construir **estratégias** pedagógicas capazes de acolher estudantes em situação de **vulnerabilidade** social. Muitos alunos precisavam **trabalhar** ou ajudar suas **famílias**, e a escola precisava encontrar formas de garantir que essas dificuldades não resultassem em **evasão** escolar (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

*A dificuldade maior era perceber que alguns estudantes não tinham sequer **condições** básicas para **estudar**. Havia alunos que não possuíam roupas adequadas para enfrentar o **inverno** rigoroso da região, e isso nos fazia refletir sobre como garantir **aprendizagem** diante de **realidades** tão difíceis (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

Essas tensões revelam que a consolidação institucional esteve atravessada por limites estruturais e por desigualdades que exigiram sensibilidade pedagógica e ação institucional permanente.

A unidade reestruturações refere-se às adaptações institucionais produzidas para manter o funcionamento do campus e a continuidade formativa, com destaque para o contexto pandêmico e para a revisão de prioridades no processo de criação da unidade.

*Olhando para trás, teria investido mais em **infraestrutura tecnológica** e em **letramento digital** para alunos e professores antes da pandemia. Se já houvesse uma cultura **digital** consolidada e melhores equipamentos, o impacto do isolamento durante a pandemia teria sido menor para o processo de **aprendizagem** (DEJ3, 2026, grifo nosso).*

*Eu teria lutado para que a **moradia** estudantil e o **refeitório** fossem as primeiras obras a serem entregues, antes mesmo de algumas salas de aula. Porque vi que, sem o **básico**, comida e abrigo, o ensino não acontece plenamente. Faria diferente a ordem das prioridades da obra física, colocando o bem-estar e a **permanência** do aluno do campo como o **alicerce** número um para depois pensar na expansão dos cursos (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*Acredito que o processo de criação poderia ter sido ainda mais **participativo** com a **comunidade** local desde a concepção dos primeiros prédios e espaços. Embora a história seja construída coletivamente, eu reforçaria os canais de **escuta** para que a identidade do campus Jaguari fosse impressa em cada detalhe da **infraestrutura** e do **currículo** desde o minuto um, evitando que modelos externos fossem apenas replicados sem a devida adaptação à realidade do Vale (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

Tal reflexão dialoga com Castione *et al.* (2021, p. 13), que afirmam: “as instituições que responderam mais rapidamente e que conseguiram instituir de forma massiva práticas teórico-metodológicas de e-learning [...] foram as que já haviam instituído tais práticas”.

*Eu teria lutado para que a **moradia estudantil** e o **refeitório** fossem as primeiras obras a serem entregues, antes mesmo de algumas salas de aula. Porque vi que, sem o **básico**, comida e abrigo, o ensino não acontece plenamente. Faria diferente a ordem das prioridades da obra física, colocando o **bem-estar** e a **permanência do aluno** do campo como o alicerce número um para depois pensar na expansão dos cursos (DEJ5, 2026, grifo nosso).*

*Acredito que o processo de criação poderia ter sido ainda mais **participativo com a comunidade** local desde a concepção dos primeiros prédios e espaços. Embora a história seja construída coletivamente, eu reforçaria os **canais de escuta para que a identidade do campus Jaguari** fosse impressa em cada detalhe da infraestrutura e do currículo desde o minuto um, evitando que modelos externos fossem apenas replicados sem a devida adaptação à realidade do Vale (DEJ4, 2026, grifo nosso).*

Ganam e Pinezi (2021) destacam que a discussão sobre acesso à universidade pública está intrinsecamente ligada à permanência estudantil, sobretudo em contextos de diversificação do perfil discente.

Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) foi criado a partir da união de duas autarquias cinquentenárias, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com as recém-constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas de Júlio de Castilhos e Santo Augusto, integrando-se os territórios das regiões Central, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul. Inserida nesse contexto, a política institucional do IFFar, expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) e (2019-2026) diretrizes que norteiam o desenvolvimento de ações voltadas para a resolução de problemas locais e regionais. Assim, ao longo de 11 anos, o IFFar desenvolve ampla diversidade de ações de ensino, pesquisa e extensão, articuladas com os arranjos produtivos locais (Lunardi et al., 2021, p. 18).

Segundo Senhoras (2020), a adoção do ensino remoto na graduação, em decorrência da pandemia, configurou-se como uma experiência inédita para as instituições federais de ensino superior, trazendo desafios técnicos, pedagógicos e organizacionais.

Como nos ensina a engenharia poética de Chico Buarque na obra "Construção" (1971), o erguer de uma estrutura exige rigor e projeto. Na história deste campus, o plantio institucional se deu através de uma base harmônica sólida: programas como PNAES, Pronatec e Proeja funcionaram como a partitura que permitiu a expansão da Rede Federal, garantindo que o acesso à educação técnica deixasse de ser um solo isolado para se tornar um canto em coro, inclusivo e democrático.

Ao reunir as memórias, relatos e experiências compartilhadas pelo(a)s ex-Diretore(a)s de Ensino, compreende-se que a trajetória do IFFar - Campus Jaguari foi construída gradualmente, entre desafios institucionais, aprendizagens coletivas e compromisso com a ampliação das oportunidades educacionais na região. A permanência, nesse percurso, não aparece como efeito secundário, mas como dimensão estruturante da consolidação institucional.

5.3 A história do IFFar – Campus Jaguari através de registros visuais

A trajetória do IFFar – Campus Jaguari pode ser compreendida não apenas por documentos normativos e relatos orais, mas também por registros visuais que preservam marcas de sua constituição histórica e material. Nessa perspectiva, as imagens ultrapassam a função ilustrativa e assumem valor analítico, pois evidenciam permanências, transformações e tensões que atravessaram a criação e o desenvolvimento da instituição. Mais do que retratar prédios, paisagens ou eventos, os registros iconográficos permitem observar a inscrição da instituição no espaço rural de Jaguari, a transição de estruturas anteriores para a configuração do campus como unidade do IFFar, a consolidação de sua identidade territorial e os desafios enfrentados em contextos de crise.

Nesse horizonte analítico, os registros visuais reunidos nesta pesquisa não são apenas ilustrações do espaço institucional, mas fontes que permitem ler continuidades, deslocamentos e permanências inscritas no território.

Ao ultrapassarem a dimensão descritiva e assumirem valor interpretativo, essas imagens tornam possível reconstruir os antecedentes históricos do atual IFFar – Campus Jaguari, demonstrando que sua constituição se vincula a uma base material e simbólica anterior à criação formal do campus como unidade da Rede Federal. É a partir dessa perspectiva que se organiza o primeiro percurso desta seção, voltado aos antecedentes históricos e à base material do território.

5.3.1 Percurso I – Antecedentes históricos e base material do território

Os registros visuais mais antigos localizados permitem compreender que a história do atual IFFar – Campus Jaguari se vincula a uma materialidade institucional anterior à sua criação formal como unidade da RFEPT. Nessa direção, tais imagens não devem ser lidas apenas como ilustrações de um passado encerrado, mas como vestígios históricos que conservam marcas da ocupação educativa do território, das práticas formativas ali desenvolvidas e das formas pelas quais o espaço foi sendo

apropriado institucionalmente ao longo do tempo. Como lembra Moreira, ao retomar a tradição iconográfica, a leitura das imagens pode ultrapassar a dimensão puramente descritiva e alcançar uma perspectiva interpretativa, capaz de relacionar visualidade, cultura e história (Moreira, 2018).

Nesse conjunto, o pórtico do antigo Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari (1984) assume especial relevância, pois constitui um marco simbólico e espacial da presença de uma estrutura educativa já identificada no território, vinculada à formação rural e à organização de práticas de ensino voltadas ao trabalho agrícola. Mais do que assinalar uma entrada física, esse elemento arquitetônico pode ser compreendido como sinal de pertencimento institucional e como indício de uma memória material que antecede a constituição do campus em sua configuração atual.

Assim, a imagem do pórtico ajuda a situar Jaguari em uma temporalidade mais longa, na qual a presença da formação agrícola e a ocupação educativa do espaço já se encontravam em curso, permitindo compreender que a trajetória do campus foi sendo construída sobre bases históricas anteriores, progressivamente ressignificadas no contexto da expansão da educação profissional pública.

Figura 10 – Pórtico do Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari (1984).



Fonte: Acervo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), levantamento fotográfico, 1984.

A imagem registra a entrada de uma instituição que já ocupava lugar relevante no território jaguariense, funcionando como vestígio material de uma trajetória educativa anterior ao IFFar. Conforme Ciavatta (2005), a cultura material escolar permite compreender como os espaços e objetos expressam concepções históricas de formação e trabalho. Nesse sentido, o pórtico não representa apenas um elemento arquitetônico, mas um marco da presença institucional da educação agrícola em Jaguari.

O ensino na prática atravessa gerações e acompanha a própria trajetória da humanidade. Desde o momento em que o ser humano, ao final da Pré-História, passou a desenvolver a agricultura e a domesticar animais como formas de garantir sua sobrevivência e sua organização social, o aprendizado esteve profundamente ligado ao fazer, à observação e à experiência cotidiana. Muito antes da constituição das instituições escolares formais, os saberes eram transmitidos por meio da convivência com a terra, com os animais e com o trabalho, em um movimento no qual aprender e viver estavam intimamente relacionados.

Nesse sentido, o desenvolvimento da agricultura representou não apenas uma transformação econômica e social, mas também uma mudança nas formas de ensinar e aprender. O cultivo da terra, o cuidado com os animais e a organização da vida coletiva exigiam a transmissão de conhecimentos práticos entre gerações, fazendo com que o saber se constituísse no próprio exercício da vida social. Assim, o ensino prático não pode ser compreendido como algo secundário, mas como uma dimensão histórica da formação humana, presente desde os primeiros processos de produção e organização da existência.

Ao considerar essa perspectiva, espaços destinados ao trato dos animais, como os galinheiros e demais estruturas rurais, revelam a permanência dessa lógica educativa ao longo do tempo. Neles, o conhecimento não se limita à teoria, pois se constrói na observação, na repetição das tarefas, na experiência sensível e na relação concreta com o trabalho. Tais espaços materializam práticas formativas que articulam

saber técnico, responsabilidade e inserção na realidade, evidenciando que o aprendizado ocorre também por meio da ação e da vivência.

Essa compreensão encontra respaldo em Marx, ao afirmar que o trabalho constitui uma atividade fundante da existência humana. Em *O capital*, o autor sustenta que, ao agir sobre a natureza externa e modificá-la, o ser humano modifica também a si próprio, desenvolvendo capacidades, conhecimentos e formas de existência. Essa reflexão permite entender que o ensino na prática, presente desde os primórdios da agricultura, expressa uma dimensão social e histórica da formação humana, na qual o aprender está diretamente relacionado ao produzir, ao transformar e ao partilhar saberes construídos no cotidiano.

A imagem a seguir demonstra que a ocupação educativa do espaço já se encontrava materializada em prédios e ambientes voltados à formação, reforçando a ideia de continuidade histórica. Assim, a criação do campus pode ser lida menos como ruptura e mais como reconfiguração institucional de uma vocação já presente no território.

Figura 11– Instalações do Núcleo de Treinamento Agrícola de Jaguari (1984).



Fonte: Acervo da UFSM, 1984.

Nesse sentido a perspectiva também pode ser observada na imagem a seguir, na qual se identifica, em 1971, a existência de um galinheiro vinculado às práticas formativas do espaço. Em 2026, os galinheiros permanecem presentes, atravessando gerações e mantendo sua função como espaços de prática, o que evidencia continuidades históricas no modo como o ensino ligado ao trabalho e à realidade rural se materializa nesse contexto.

Figura 12 – Aviário do Núcleo de Treinamento Agrícola Jaguarí (1971)



Fonte: Acervo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), levantamento fotográfico, 1984.

As antigas instalações revelam parte da base física e simbólica sobre a qual, anos mais tarde, se estruturaria o atual Campus Jaguarí. O registro do aviário permite compreender que a ocupação educativa do espaço já se encontrava materializada em prédios, práticas e ambientes voltados à formação, especialmente no que se refere ao ensino vinculado ao trabalho rural. Mais do que uma estrutura funcional, o aviário expressa a permanência de uma vocação formativa que atravessa diferentes temporalidades institucionais.

À luz de Halbwachs (1990), os espaços não são apenas cenários, mas suportes da memória coletiva, pois neles permanecem inscritas marcas das experiências compartilhadas pelos grupos. A imagem, portanto, não apenas documenta uma instalação antiga, mas revela a continuidade de práticas educativas ligadas ao campo, à técnica e à formação para o trabalho.

Essa leitura se amplia quando se observa a imagem a seguir, que já não evidencia apenas a materialidade do espaço formativo, mas também o reconhecimento institucional e público dessas experiências educativas desenvolvidas em Jaguari.

Figura 13: Parreiral Núcleo Avançado UFSM em Jaguari -RS (1984).



Fonte: Acervo da UFSM (1970).

Ao comparar registros de diferentes temporalidades, percebe-se que alguns elementos da paisagem institucional não desapareceram com as mudanças administrativas e organizacionais ocorridas ao longo do tempo. Ao contrário, certos traços permaneceram e foram ressignificados no interior de novas propostas formativas.

O parreiral, nesse contexto, constitui um exemplo expressivo de continuidade histórica, pois atravessa diferentes fases da ocupação educativa do espaço e permite

observar como a identidade territorial do campus se manteve vinculada à ruralidade e às práticas produtivas da região.

Essa permanência pode ser compreendida à luz do que Ciavatta (2009) denomina cultura material escolar, uma vez que os espaços, objetos e estruturas físicas também carregam marcas das concepções de formação e das relações históricas construídas em determinado território. Assim, a presença do parreiral em diferentes momentos não representa apenas uma continuidade paisagística, mas a permanência de uma memória produtiva e cultural que dialoga com a própria identidade institucional do Campus Jaguari.

Figura 14: Diploma concedido ao Dr. José Mariano da Rocha Filho (1970).



Fonte: Acervo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), levantamento fotográfico, 1970.

Nessa perspectiva, o diploma concedido ao Dr. José Mariano da Rocha Filho amplia o sentido histórico da imagem, pois não se trata apenas de um documento honorífico, mas de um indício do reconhecimento institucional atribuído às iniciativas formativas desenvolvidas em Jaguari. Médico por formação e educador por vocação,

José Mariano da Rocha Filho foi o idealizador, fundador e primeiro reitor da Universidade Federal de Santa Maria, exercendo papel decisivo na interiorização do ensino superior no Brasil. A UFSM, fundada sob sua liderança em 1960, foi a primeira universidade federal instalada em uma cidade do interior do país, o que reforça a relevância histórica de sua atuação no cenário educacional gaúcho e nacional (2026).

Assim, a homenagem registrada no diploma ganha densidade simbólica e institucional, pois vincula Jaguari a uma trajetória mais ampla de valorização da educação pública, da formação técnica e da expansão educacional no interior do Rio Grande do Sul.

A imagem seguinte, ao apresentar a solenidade de entrega de diplomas à primeira turma do Curso de Tratorista, torna ainda mais evidente que essas experiências formativas já possuíam reconhecimento público, legitimidade institucional e inserção territorial antes mesmo da criação do campus.

Figura 15: Solenidade de entrega de diplomas à primeira turma do Curso de Tratorista (1970)



Fonte: Acervo da UFSM (1970).

O registro da solenidade de entrega de diplomas à primeira turma do Curso de Tratorista foi a formalização de uma formação técnica voltada ao trabalho agrícola, mostrando que Jaguari já abrigava experiências de qualificação profissional antes mesmo da criação do campus. A imagem revela que tais iniciativas não se limitavam à dimensão prática do ensino, mas envolviam também sua certificação, legitimação e celebração pública, conferindo visibilidade aos sujeitos formados e ao valor social daquela experiência educativa.

A solenidade representa, assim, mais do que um momento protocolar. Ela simboliza o reconhecimento de que a formação técnica possuía importância concreta para a dinâmica produtiva regional, articulando educação, trabalho e desenvolvimento. Como observa Frigotto (2010), a relação entre educação e trabalho se inscreve em disputas e em projetos de sociedade. Nessa direção, a imagem permite compreender que a experiência formativa desenvolvida em Jaguari já expressava um projeto educativo comprometido com a preparação técnica de sujeitos vinculados ao contexto rural e às necessidades do território.

Tomadas em conjunto, as três imagens permitem visualizar um percurso marcado por permanências, reconfigurações e institucionalizações. A primeira evidencia a materialidade dos espaços de prática; a segunda revela o reconhecimento institucional dessas iniciativas; e a terceira apresenta os sujeitos da formação em um ritual público de certificação. Desse modo, o conjunto iconográfico contribui para sustentar a compreensão de que o Campus Jaguari não emerge em um vazio histórico. É a partir desse pano de fundo histórico e simbólico que se pode avançar para o próximo percurso.

5.3.2 Percurso II – Transição, implantação e institucionalização do Campus Jaguari

A constituição do Campus Jaguari como unidade do IFFar representou um momento decisivo de reorganização institucional. Nessa etapa, os registros visuais evidenciam não apenas a conformação dos espaços, mas também a emergência de

novos sujeitos e funções, entre elas a Direção de Ensino, cuja atuação foi central na implantação e organização do ensino em uma realidade ainda em construção.

Figura 16: Primeira Diretora de Ensino do Campus Jaguari em atividade institucional (2013).



Fonte: IFFar – Campus Jaguari, página oficial no Facebook. (2013).

A imagem acima possui especial relevância por dialogar diretamente com o objeto desta pesquisa. Mais do que registrar uma servidora em atividade, simboliza o início de uma função estratégica na trajetória institucional, marcada pela necessidade de organizar o ensino, estruturar processos pedagógicos e consolidar práticas acadêmicas em um campus recém-implantado. Para Lück (2006), a organização do trabalho pedagógico depende de sujeitos que assumem a coordenação e a mediação dos processos educativos, aspecto que se evidencia na atuação da Direção de Ensino.

A imagem seguinte insere essa atuação no plano formal da implantação institucional. Se a fotografia anterior remete ao trabalho cotidiano de organização da vida acadêmica, o ato institucional no processo inicial de implantação do Campus Jaguari, em 2013, situa esse movimento no âmbito das decisões oficiais que deram sustentação à constituição do campus. Desse modo, a imagem articula o plano administrativo ao pedagógico, mostrando que a implantação institucional não se deu apenas por meio de normativas, mas também pela ação de sujeitos que, desde o início, assumiram a organização dos processos de ensino.

Figura 17: Ato institucional inicial de implantação do Campus Jaguari (2013).



Fonte: IFFar – Campus Jaguari, página oficial no Facebook (2013).

O registro evidencia o caráter público e coletivo da institucionalização do campus. A presença de dirigentes, servidores e símbolos oficiais revela que a criação da unidade envolveu não apenas adequações físicas, mas também a constituição de uma nova organização administrativa e pedagógica vinculada à expansão da Rede Federal.

A imagem seguinte permite observar a dimensão espacial desse processo, o registro demonstra a base física necessária ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas. Desse modo, a fotografia articula institucionalização e territorialização, ao situar no espaço a consolidação inicial da unidade.

Figura 18: Vista do Campus Jaguari em fase inicial de estruturação (2014).



Fonte: IFFar – Campus Jaguari, página oficial no Facebook (2014).

A configuração inicial do campus, tal como apresentada na imagem, permite interpretar a implantação institucional como um processo que ultrapassa a formalização administrativa e se projeta na constituição concreta do espaço educativo. A organização física da unidade, ainda em fase de estruturação, representa a materialização de uma presença institucional em construção, na qual infraestrutura, funcionalidade e intencionalidade pedagógica passam a se articular.

A imagem, datada de 2014, foi realizada a partir dos fundos das salas que, em 2026, correspondem ao espaço da atual biblioteca, com enquadramento voltado à parte frontal do campus. Tal perspectiva possibilita compreender a configuração espacial inicial da unidade, permitindo visualizar a disposição das edificações e das

áreas de circulação em um momento ainda marcado pela estruturação física do espaço institucional. Na vista aérea, nota-se igualmente a presença da quadra, que naquele período ainda se encontrava sem preservação, aspecto que remete às condições iniciais de implantação e à constituição progressiva da infraestrutura do campus.

É nesse contexto que a imagem seguinte, ao focalizar o primeiro pórtico do IFFar – Campus Jaguari, apresenta um elemento simbólico de identificação e pertencimento, marcando a afirmação visual da unidade no território.

Figura 19: Primeiro pórtico do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari.



Fonte: Acervo IFFar (2013).

O primeiro pórtico do IFFar – Campus Jaguari funciona como um marco simbólico de pertencimento institucional. O pórtico demarca a afirmação pública da unidade, conferindo-lhe visibilidade, reconhecimento e distinção no território. Nesse sentido, sua instalação também pode ser compreendida como parte do processo de consolidação institucional, no qual a materialidade do espaço passa a expressar não apenas funcionalidade, mas identidade, memória e projeto educativo.

A imagem, portanto, sinaliza um momento em que o campus começa a se apresentar de forma mais definida à comunidade, fortalecendo sua presença física e

simbólica no contexto local. É a partir dessa dimensão que se torna possível avançar para o Percurso de Consolidação da estrutura física, identidade territorial e vocação do campus, etapa em que a unidade passa a afirmar de modo mais consistente suas características espaciais, seu vínculo com o território e sua função formativa no âmbito da EPT.

5.3.3 Percurso III – Consolidação da estrutura física, identidade territorial e vocação do campus

Após a fase inicial de implantação, os registros visuais permitem perceber um movimento gradual de consolidação da infraestrutura e de fortalecimento da identidade territorial do campus. Esse processo não pode ser compreendido apenas como ampliação de prédios, espaços ou estruturas físicas, mas como parte da construção de uma instituição que foi se formando em diálogo com o território, com as necessidades da comunidade e com a realidade rural de Jaguari.

A imagem do parreiral, registrada em 1984, ajuda a compreender essa relação histórica. Ela mostra que, antes mesmo da criação do atual IFFar – Campus Jaguari, aquele espaço já possuía uma ligação concreta com a produção agrícola e com as práticas de trabalho do campo. O cultivo da videira, nesse contexto, não aparece apenas como uma paisagem rural, mas como um sinal da vocação produtiva da região e da presença do trabalho agrícola na memória do lugar.

Assim, o registro visual do parreiral revela que a história do campus não começou de forma isolada ou repentina. Ela está inserida em uma trajetória mais ampla, construída ao longo do tempo, na qual a formação profissional, a ruralidade e o desenvolvimento local foram se entrelaçando. Dessa forma, a imagem contribui para compreender que o campus carrega marcas anteriores à sua institucionalização como IFFar, preservando vestígios de uma história ligada à terra, ao trabalho e às pessoas que deram sentido a esse espaço.

Figura 20: Parreiral do IFFar Campus Jaguari (2020).



Fonte IFFar – Campus Jaguari, página oficial no Facebook.(2020).

Na sequência desse percurso, a Figura 21, que apresenta a vista da estrutura do Campus Jaguari em 2016, permite observar um momento de consolidação institucional. Em relação aos registros anteriores, associados às bases materiais e às práticas produtivas que antecederam o campus, essa imagem apresenta um espaço organizado, com estrutura física definida e direcionada às atividades de ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil.

A disposição dos prédios, dos caminhos de circulação e dos espaços de uso coletivo indica o desenvolvimento de uma instituição que se constitui no território de forma planejada e vinculada às demandas locais. Nesse sentido, a estrutura do campus não se limita à dimensão física, mas participa da construção de uma proposta educativa voltada à formação profissional, humana e social.

A imagem de 2016 contribui, portanto, para compreender o campus como resultado de um processo histórico construído em conformidade com sua realidade regional. O espaço institucional se apresenta como continuidade de uma trajetória relacionada à ruralidade, ao trabalho e ao desenvolvimento local, assumindo, ao longo do tempo, uma função educativa e social para a comunidade de Jaguari e região.

Figura 21: Vista da estrutura do Campus Jaguari (2016).



Fonte: Acervo IFFar, 2016.

A imagem acima mostra uma instituição mais organizada espacialmente, com áreas de circulação e edificações que evidenciam maior estabilidade estrutural. Conforme Ciavatta (2009), a materialidade escolar expressa escolhas históricas e institucionais. Nesse caso, a organização do espaço revela que o campus avançava na constituição de condições mais estáveis para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

6.3.4 Percurso IV – Tensões, permanências e resposta institucional em contextos de crise

A trajetória do IFFar – Campus Jaguari não se constituiu de forma linear nem isenta de rupturas. Além dos processos de implantação e consolidação, os registros mais recentes evidenciam situações de crise que exigiram reorganização administrativa, mobilização coletiva e respostas voltadas à reconstrução da infraestrutura e à proteção da comunidade acadêmica, como em 2017, quando aconteceu um grande temporal.

Figura 22: Danos estruturais provocados pelo temporal (2017).



Fonte: Página do IFFar (2017).

A imagem dos estragos provocados pelo temporal evidencia a vulnerabilidade da estrutura física diante de eventos extremos e demonstra que a história institucional também é marcada por situações de adversidade. Os danos nas passarelas e demais espaços do campus interromperam atividades e demandaram respostas imediatas, revelando que a permanência da instituição depende também de sua capacidade de reorganização frente às contingências.

Entre os acontecimentos mais marcantes da trajetória recente do campus, destacam-se os eventos climáticos de 2024, que atingiram diferentes regiões do RS e também repercutiram na dinâmica institucional do IFFar – Campus Jaguari, conforme Figura 22.

Figura 23: Helicóptero utilizado em ação de apoio durante os eventos climáticos de 2024 na região de Jaguari.



Fonte: Acervo IFFar, 2024.

A imagem do helicóptero utilizado em ação de apoio traduz a gravidade da situação vivida naquele contexto, mostrando que os efeitos da calamidade ultrapassaram danos pontuais à infraestrutura e atingiram diretamente as condições de acesso, deslocamento e segurança da comunidade acadêmica.

Além dos registros visuais, os acontecimentos climáticos de 2024 também exigiram ações institucionais mais amplas para assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e o atendimento aos estudantes. Em razão da calamidade pública provocada pelas chuvas intensas no RS, o IFFar recebeu mais de R\$ 4,8 milhões em créditos extraordinários do Governo Federal para reposição de

equipamentos e recuperação estrutural das unidades atingidas. Também foram pagos auxílios emergenciais a 327 estudantes da instituição, no valor de R\$ 1.000,00 cada, destinados àqueles que tiveram suas residências danificadas por alagamentos, deslizamentos ou destelhamentos (IFFAR, 2024).

Embora esses recursos tenham sido distribuídos entre diferentes unidades do IFFar afetadas pelas chuvas, esse cenário permite compreender que os impactos da crise climática ultrapassaram danos localizados e demandaram respostas institucionais articuladas entre reconstrução, assistência estudantil e compromisso público com a continuidade do direito à educação. Desse modo, a memória institucional do Campus Jaguari passa a incorporar não apenas marcos de crescimento e consolidação, mas também experiências de enfrentamento, cuidado e resistência diante das adversidades impostas pelo contexto climático.

Ao reunir registros visuais de diferentes temporalidades, esta seção buscou mostrar que a história do IFFar – Campus Jaguari se inscreve em uma longa duração, marcada por antecedentes ligados à formação agrícola, por processos de institucionalização, pela consolidação da infraestrutura e pelo enfrentamento de situações de crise. Mais do que ilustrações, as imagens selecionadas podem ser compreendidas como vestígios históricos que ajudam a interpretar a constituição material e simbólica do campus em articulação com o território, com a expansão da Rede Federal de EPT e com a atuação do(a)s DEJ.

Nessa perspectiva, a leitura dessas imagens ultrapassa a dimensão meramente ilustrativa, pois, como destaca Réau (2000, p. 13), “o iconógrafo não se limita a descrever as obras. Sua ambição vai mais além e aspira classificá-las e interpretá-las”. Essa compreensão também dialoga com a discussão de Moreira (2018), ao retomar a atualidade da abordagem iconográfica e sua potência para interpretar imagens para além de sua superfície descritiva.

Nesse percurso, a construção institucional revela-se como uma obra coletiva, tecida em meio a desafios, permanências e recomeços, em movimento que dialoga com a sensibilidade da canção O Sal da Terra (Guedes; Bastos, 1981), especialmente no verso “Vamos precisar de todo mundo”. A escolha dessa canção permite compreender que a história do campus não resultou de um processo individual, mas

de uma construção coletiva, marcada pela presença de diversos sujeitos, percursos e compromissos que foram dando contorno à instituição ao longo do tempo.

Desse modo, esta pesquisa não se limitou à análise documental, às narrativas do(a)s participantes e aos registros visuais, mas resultou também na elaboração de um produto educacional, materializado em um documentário, concebido como possibilidade de preservação, socialização e valorização da memória institucional do IFFar – Campus Jaguari. É, portanto, a partir dessa trajetória construída coletivamente que se encaminha a próxima seção, dedicada à apresentação do produto educacional desenvolvido no âmbito da pesquisa.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar o Produto Educacional (PE) desenvolvido no âmbito desta pesquisa, destacando sua concepção, fundamentação teórica, processo de elaboração, estrutura, aplicabilidade e validação. Elaborado como parte integrante do ProfEPT, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre. O PE articula os conhecimentos produzidos na investigação com uma proposta prática voltada ao contexto institucional da EPT.

No contexto do ProfEPT, o Produto Educacional integra o percurso formativo e constitui um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre. De acordo com o Documento Orientador de APCN da Área 46: Ensino, da CAPES:

“No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação deve incluir necessariamente o relato fundamentado da aplicação do produto educacional desenvolvido” (CAPES, 2019, p. 5).

Dessa forma, a apresentação do documentário torna-se relevante porque materializa os conhecimentos produzidos na pesquisa e os transforma em um recurso educativo acessível, sensível e aplicado ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Nesta investigação, o Produto Educacional consiste na elaboração de um documentário sobre a trajetória histórica do IFFar – Campus Jaguari, construído a partir de depoimentos do atual diretor, de ex-diretores(as) de ensino e de documentos históricos. A proposta busca preservar memórias, valorizar sujeitos e contribuir para a compreensão da criação e do desenvolvimento da instituição em sua relação com a EPT, o território e a história coletiva do campus.

O produto educacional consiste na elaboração de um documentário sobre a trajetória histórica do IFFar Campus Jaguari, baseado em depoimentos do atual diretor e de ex-diretores de ensino, além de documentos históricos. A proposta é oferecer um recurso didático que permita compreender, de forma visual e acessível, a evolução da instituição.

O material destaca momentos importantes, como a fundação, inaugurações e mudanças institucionais, apresentando seus contextos e impactos. A narrativa é enriquecida por relatos pessoais, que trazem um olhar mais sensível sobre os acontecimentos e decisões ao longo do tempo.

Além de registrar informações, o documentário busca transmitir o envolvimento e a dedicação dos participantes, utilizando fotografias e arquivos históricos para dar mais profundidade ao conteúdo. Por fim, será disponibilizado gratuitamente em plataformas digitais, ampliando o acesso ao público e à comunidade acadêmica.

Nessa perspectiva, os produtos educacionais desenvolvidos no âmbito dos mestrados profissionais devem estar articulados às demandas reais das instituições de ensino e da comunidade educacional, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação por meio de propostas aplicadas, inovadoras e voltadas à resolução de desafios concretos das práticas pedagógicas (Andrade, 2025).

Nesse sentido, o PE consiste na produção de um documentário intitulado “A Criação e o Desenvolvimento do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari pelas Vozes do(a)s ex- Diretores(a)s de Ensino”. O material audiovisual tem como finalidade registrar, preservar e socializar memórias relacionadas ao processo de criação e desenvolvimento do campus, a partir das narrativas de sujeitos que participaram diretamente dessa trajetória.

A escolha do documentário justifica-se por sua potencialidade como recurso pedagógico e como instrumento de valorização da memória institucional, uma vez que possibilita articular diferentes linguagens, como a oral, a visual e a sonora. Ao discutir o documentário como forma de representação social, Nichols (2005, p. 26) afirma que esses filmes “representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e compartilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e a organização realizadas pelo cineasta”.

Além disso, o PE busca contribuir para a reflexão sobre os processos históricos, organizacionais e pedagógicos no âmbito do IFFar, especialmente no que

se refere à atuação da Direção de Ensino na constituição e consolidação do Campus Jaguari.

O capítulo está organizado em seções que abordam a caracterização e a fundamentação do PE, o processo de produção do documentário, sua estrutura e conteúdo, sua aplicabilidade no contexto da EPT, o processo de avaliação e validação e, por fim, os registros visuais do documentário.

6.1 Caracterização e Fundamentação do Produto Educacional

O PE consiste na produção de um documentário concebido como recurso pedagógico voltado à valorização da memória institucional do IFFar – Campus Jaguari. A proposta fundamenta-se na compreensão da memória como elemento essencial para a construção da identidade institucional.

Conforme destaca Le Goff (1990, p. 476), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva”, o que reforça a importância de registrar e socializar experiências de sujeitos envolvidos na trajetória das instituições educativas.

Além disso, o PE dialoga com a perspectiva da história oral, ao utilizar entrevistas como fonte principal de construção narrativa, possibilitando o acesso às experiências vividas e às interpretações construídas pelos sujeitos envolvidos no processo institucional. Nessa direção, a história oral não se limita à descrição de acontecimentos, mas valoriza os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e aos contextos nos quais estiveram inseridos.

A escolha do documentário como linguagem também se justifica por sua capacidade de articular narrativa, imagem e som, potencializando a comunicação das experiências e ampliando sua circulação. Nessa perspectiva, o documentário ultrapassa o simples registro factual e assume uma dimensão interpretativa, ao reunir vozes, imagens e memórias em uma narrativa audiovisual que preserva e socializa aspectos da história institucional. Ao dar voz ao(a)s ex-diretor(a)s de ensino, o PE possibilita compreender não apenas os acontecimentos relacionados à criação do

campus, mas também aos sentidos atribuídos a essas experiências no contexto da EPT.

6.2 Processo de Produção do Documentário

A produção do documentário foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com ex-diretoras de ensino do IFFar, diretamente vinculadas à trajetória do Campus Jaguari.

Destaca-se que todo(a)s o(a)s ex-diretore(a)s de ensino relacionado(a)s à trajetória do campus foram convidado(a)s a participar da pesquisa. Contudo, a não participação de algum(a)s convidado(a)s não decorreu da ausência de interesse por parte da pesquisadora, mas de fatores externos, como incompatibilidade de agendas, indisponibilidade de horários e questões logísticas que impossibilitaram a realização das entrevistas.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas presencialmente com duas participantes, cujas disponibilidades permitiram a condução do trabalho de campo. Ressalta-se, entretanto, que esse recorte não compromete a qualidade da pesquisa, uma vez que, na perspectiva da história oral, o foco não está na quantidade de participantes, mas na profundidade e nos significados das narrativas produzidas.

As entrevistas ocorreram em dois espaços institucionais distintos. A primeira foi realizada no Campus São Vicente do Sul, com Neiva Lilian Ferreira Ortiz, que participou do processo de implantação do Campus Jaguari, contribuindo com reflexões sobre os desafios iniciais e as decisões estruturantes da instituição.

A segunda entrevista foi realizada no Campus Jaguari, com Cristina Angonesi Zborowski, que atuou como diretora de ensino em caráter de substituição e possui trajetória consolidada no setor, com mais de uma década de atuação, tendo inclusive trabalhado como a primeira diretora de ensino do campus.

Atualmente, Neiva Lilian Ferreira Ortiz atua como pedagoga no IFFar – Campus São Vicente do Sul. Já Cristina Angonesi Zborowski atua como Técnica em Assuntos Educacionais no IFFar – Campus Jaguari, exercendo funções na

Coordenação da Turma Partiu IFFar 2026, conforme registros institucionais disponíveis.

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição, análise e seleção dos trechos considerados mais significativos, organizados de modo a destacar aspectos centrais da trajetória institucional. Esses relatos foram articulados com imagens, documentos e registros visuais do campus, compondo a narrativa audiovisual.

Como elemento de identidade estética e pedagógica, foi incorporada ao documentário uma música original, criada especificamente para o PE, reforçando simbolicamente o papel da Direção de Ensino no processo educativo e na constituição da memória institucional.

6.3 Estrutura e Conteúdo do Documentário

No Brasil, a divulgação científica, entendida como a apresentação simplificada da ciência, seus princípios e métodos, tem registros desde o século XVIII, atendendo a diferentes interesses sociais e culturais ao longo do tempo e acompanhando a evolução dos meios de comunicação.

Nas últimas décadas, essa prática passou por transformações quanto à sua importância para os cientistas e às formas de divulgação. Na década de 1970, destacou-se a atuação da SBPC, que mobilizou grande público em função de sua posição contrária à ditadura. Já entre os anos 1980 e 1990, surgiram meios de ampla circulação voltados à ciência, como as revistas *Ciência Hoje* e *Superinteressante* (Moreira; Massarini, 2002 *apud* Palcha et al., 2021).

O documentário inicia-se com a apresentação de sua natureza como PE vinculado ao ProfEPT, situando o espectador quanto aos objetivos e ao contexto de sua produção. Na sequência, apresenta-se a contextualização histórica do espaço que deu origem ao Campus Jaguari, destacando que sua criação resulta de um processo coletivo, construído a partir de experiências, decisões e ações de diferentes sujeitos.

A narrativa desenvolve-se a partir dos depoimentos das entrevistadas, organizados em eixos temáticos, como a implantação do campus, a definição dos

cursos, as características regionais, os desafios enfrentados, as parcerias institucionais e os momentos marcantes.

Os relatos trazem à tona desafios relacionados à infraestrutura, à formação do corpo docente, ao acesso dos estudantes e à consolidação das atividades acadêmicas, além de destacarem o compromisso social da instituição e sua inserção no contexto regional.

Também emergem aspectos ligados à dimensão humana da gestão educacional, revelando vínculos, experiências e memórias que marcaram a trajetória institucional e contribuíram para a construção da identidade do IFFar – Campus Jaguari.

Desse modo, o documentário foi estruturado de forma a articular memória, história e território, buscando não apenas informar, mas também sensibilizar o espectador para a importância da Direção de Ensino na construção da trajetória institucional do campus.

6.4 Aplicabilidade do Produto Educacional

O documentário será disponibilizado à Direção de Ensino e à Direção Geral do IFFar – Campus Jaguari, com o objetivo de ser utilizado como ferramenta pedagógica e institucional. Segundo Palcha et al. (2021), a divulgação científica é uma prática social que consiste em compartilhar conhecimentos científicos com o público, envolvendo tanto especialistas quanto outros indivíduos que utilizam fontes confiáveis e com base científica.

Sua aplicabilidade abrange diferentes contextos, como a formação de novos gestores e servidores, o acolhimento de docentes e técnicos administrativos, o desenvolvimento de atividades pedagógicas com estudantes e ações voltadas à preservação da memória institucional.

O PE também poderá ser utilizado em momentos de integração da comunidade acadêmica, em atividades de formação continuada e em ações institucionais que visem fortalecer o sentimento de pertencimento e a compreensão da história do campus. Nessa perspectiva, o documentário amplia as possibilidades

de circulação da pesquisa para além do texto escrito, tornando seus resultados mais acessíveis e socialmente compartilháveis.

Dessa forma, o PE articula pesquisa e prática, contribuindo para a reflexão sobre a gestão educacional, a identidade institucional e os processos históricos da EPT.

6.4.1 Avaliação e Validação do Produto Educacional

Com o propósito de qualificar o PE e assegurar um olhar externo sobre sua consistência pedagógica, narrativa e institucional, o documentário foi submetido à avaliação e validação por doutore(a)s que não participaram da pesquisa e que são experts no assunto. Esse procedimento buscou ampliar a análise do material para além da perspectiva da pesquisadora, permitindo verificar sua pertinência como recurso formativo e sua adequação aos objetivos propostos no âmbito do ProfEPT.

O documentário científico, também denominado documentário de divulgação científica, representa um importante meio de interação entre a comunidade científica e a sociedade (León, 2008). No entanto, é necessário considerar que esse tipo de produção não reproduz a realidade de forma totalmente fiel, uma vez que, como todo filme, envolve processos de construção e manipulação que podem atender a diferentes finalidades (Nichols, 2005).

O processo de validação foi realizado por meio de formulários específicos, respondidos por avaliadoras com titulação de doutorado, que analisaram o material a partir de critérios como fidelidade histórica e preservação da memória, relevância pedagógica e uso institucional, além da qualidade técnica e narrativa audiovisual.

Conforme Freitas e Altoé (2023 apud Rocha et al., 2024), na área de Ensino, a aplicação e a validação do produto/ processo educacional, por meio da análise de dados, constituem indicadores de qualidade da investigação e devem estar claramente evidenciadas na dissertação ou tese, especialmente pela descrição da aplicação, validação, uso de protocolos de pesquisa e análise dos dados.

De modo geral, as avaliações reconheceram a importância do documentário para o registro das memórias da criação e do desenvolvimento do Campus Jaguari,

bem como seu potencial de utilização no contexto institucional. As devolutivas destacaram a relevância do PE para a valorização da memória institucional, para o fortalecimento da identidade do campus e para o uso em ações de acolhimento, formação e integração da comunidade acadêmica.

Também foram apresentadas sugestões de aprimoramento, especialmente em relação à abertura do vídeo, à contextualização de alguns trechos, à narração inicial, ao equilíbrio entre música e fala e à organização dos créditos finais. Tais contribuições foram consideradas no processo de revisão do documentário, permitindo o aperfeiçoamento da versão final.

Desse modo, a validação não foi compreendida apenas como uma etapa formal, mas como momento de escuta qualificada e de aprimoramento efetivo do PE, em consonância com o caráter formativo do ProfEPT e com a proposta de elaboração de materiais educacionais comprometidos com a realidade institucional e com a produção de conhecimento socialmente referenciado.

Assim, pode-se afirmar que o documentário foi avaliado e validado por doutore(a)s externo(a)s à pesquisa, o que reforça sua legitimidade acadêmica e institucional. Ao mesmo tempo, esse processo contribuiu para tornar o produto mais consistente, sensível e alinhado à proposta de valorização da memória institucional do IFFar – Campus Jaguari.

6.5 Registro Visual do Documentário

Os registros visuais do documentário são apresentados com o objetivo de ilustrar e complementar a análise do PE, destacando elementos da narrativa audiovisual e das entrevistas realizadas.

A abertura do documentário estabelece um movimento inicial de aproximação entre espaço, memória e narrativa. Ao sobrepor a locução à imagem aérea do IFFar – Campus Jaguari, a composição audiovisual não apenas apresenta o cenário, mas situa o espectador em um território marcado por processos históricos, institucionais e educativos. A escolha de iniciar pela visão panorâmica do campus funciona como

ancoragem visual para as memórias que serão desenvolvidas ao longo dos depoimentos.

Figura 24: Abertura do documentário



Fonte: Produção da autora (2026).

Nesse sentido, a imagem inicial opera como uma síntese entre materialidade e historicidade, permitindo compreender o campus não apenas como espaço físico, mas como resultado de decisões, gestões e experiências acumuladas ao longo do tempo. A abertura, portanto, já anuncia o compromisso do documentário com a valorização da memória institucional e com a leitura sensível da trajetória do Campus Jaguari.

A imagem registrada na Figura 25 representa um momento importante da narrativa do documentário, pois reúne o acervo iconográfico mobilizado na pesquisa e a composição musical criada especificamente para o PE.

Figura 25: Sequência iconográfica e inserção da música no documentário



Fonte: Produção da autora (2026).

Nesse ponto, a música não atua como simples elemento complementar, mas como componente expressivo da narrativa, contribuindo para reforçar o sentido pedagógico e simbólico da obra. Ao tratar da força social do documentário, Nichols (2005, p. 69) afirma que esse gênero “reivindica uma abordagem do mundo histórico e a capacidade de intervenção nele, moldando a maneira pela qual o vemos”.

Ao integrar imagens históricas, vozes da memória e trilha original, o documentário produz uma articulação entre sensibilidade, registro histórico e intencionalidade educativa. A presença da música fortalece a identidade estética do

produto e amplia sua capacidade de comunicar, de forma sensível, o lugar da Direção de Ensino na constituição do IFFar – Campus Jaguari.

A imagem da Figura 26 registra um momento central do processo metodológico deste PE: o encontro presencial entre a pesquisadora e a entrevistada. Ao deslocar-se até o Campus São Vicente do Sul, a pesquisa reafirma o valor do contato direto, da escuta atenta e da construção de confiança, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da história oral.

Figura 26: Encontro entre a pesquisadora Érika Coceiro da Costa e a ex-Diretora de Ensino Neiva Lilian no Campus São Vicente do Sul



Fonte: Produção da autora (2026).

Nesse movimento, a entrevista ultrapassa a condição de simples coleta de dados e assume a forma de uma experiência partilhada, na qual memória, presença e narrativa se entrelaçam. Segundo Duarte (2004), as entrevistas são essenciais para

compreender práticas, crenças e valores em determinados grupos sociais, especialmente quando conflitos não estão explícitos.

Quando bem conduzidas, permitem ao pesquisador aprofundar-se na realidade dos participantes, entendendo como percebem e interpretam seu contexto, além de fornecer informações consistentes para analisar as relações internas do grupo é algo difícil de obter por outros métodos. O encontro com Neiva Lilian possibilitou não apenas o registro de informações sobre a implantação do Campus Jaguari, mas também a construção de um ambiente favorável à rememoração de experiências significativas, nesse sentido Halbwachs, 1990, p. 143 traz :

Não é suficiente que os homens se recordem de um lugar para que esse lugar se conserve em sua memória. É preciso também que esse lugar permaneça tal como foi, ou que pelo menos conserve traços suficientes para permitir que as lembranças se apoiem nele. Assim, o espaço é um dos suportes mais importantes da memória coletiva, pois é nele que os grupos inscrevem suas lembranças e encontram os pontos de referência que permitem reconstruí-las”

A narrativa audiovisual avança, na Figura 27, para um reencontro entre memória e território. A entrevista com Cristina Angonesi Zborowski, realizada no próprio Campus Jaguari, possibilita que o espaço institucional atue também como mediador da narrativa. Nesse caso, o ambiente não aparece apenas como pano de fundo, mas como parte constitutiva da rememoração.

Figura 27: Pesquisadora Érika Coceiro da Costa e a ex-Diretora de Ensino Cristina em deslocamento no Campus Jaguari



Fonte: Produção da autora (2026).

Ao caminhar pelo campus ao lado da entrevistada, a pesquisa incorpora uma dimensão espacial da memória, permitindo que gestos, deslocamentos e referências ao espaço físico também passem a compor a narrativa do documentário. Assim, o encontro entre entrevistadora, entrevistada e território fortalece a densidade histórica e afetiva do PE. Nessa direção, ao tratar da dimensão coletiva da memória, Halbwachs (1990, p. 34) ressalta que:

Para que nossa memória se aproveite da dos outros, não basta que estes nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e outra para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre uma base comum”

A imagem final do documentário ultrapassa sua função técnica e assume um caráter simbólico, ao reunir, nos créditos, os sujeitos que contribuíram para a construção do produto e ao sobrepor seus nomes à paisagem do campus. Esse encerramento reforça a ideia de que o documentário é resultado de um trabalho coletivo, articulado entre pesquisa, escuta, criação estética e compromisso institucional.

Figura 28: Créditos finais do documentário sobrepondo a paisagem do Campus Jaguari



Fonte: Produção da autora (2026).

Ao finalizar o documentário, encerra-se também um percurso de escuta e organização da memória institucional. O documentário encontra-se disponível para acesso público na plataforma YouTube, por meio do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=873vAEXDicQ>

No entanto, esse fechamento não representa um ponto final, mas a abertura de novas possibilidades de circulação, preservação e reflexão. O PE, assim, reafirma o valor da memória como patrimônio vivo e em permanente construção, capaz de articular história, educação e experiência no contexto da EPT.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta pesquisa é reconhecer que uma instituição também se revela naquilo que seus sujeitos viveram, decidiram, enfrentaram e ajudaram a construir ao longo de sua trajetória. Nessa perspectiva, ao investigar a criação e o desenvolvimento do IFFar – Campus Jaguari pelas vozes do(a)s ex-diretore(a)s de ensino, esta dissertação buscou compreender a direção de ensino como um espaço de organização pedagógica, mediação institucional e construção da identidade do campus no âmbito da EPT.

Os resultados obtidos evidenciaram que a trajetória do IFFar – Campus Jaguari foi sendo construída de forma progressiva e coletiva, em meio a desafios concretos de implantação, definição de cursos, organização do ensino e consolidação institucional. As narrativas analisadas permitiram compreender que a atuação da DE não se restringiu a tarefas administrativas, mas esteve diretamente ligada à sustentação da vida pedagógica, ao enfrentamento de dificuldades cotidianas e à construção de respostas institucionais diante das necessidades do campus. Do mesmo modo, os dados mostraram que a identidade territorial da unidade permaneceu profundamente vinculada à ruralidade, às práticas produtivas da região e ao compromisso com a interiorização da educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Além disso, a pesquisa revelou que a consolidação do campus esteve relacionada às condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes. Aspectos como moradia estudantil, transporte, assistência estudantil, refeitório, organização dos cursos e reestruturações institucionais apareceram como elementos fundamentais para que o direito à educação se materializasse para além do ingresso. Nesse sentido, os resultados alcançados permitem afirmar que a história do campus não se explica apenas por sua estrutura física ou por seus atos legais, mas pelo trabalho humano que sustentou sua constituição ao longo do tempo, especialmente nos bastidores do ensino, onde a DE assumiu papel decisivo.

Esta pesquisa também nos mostrou algo que ultrapassa o método e alcança a própria condição humana do fazer científico. Quando imaginamos um trabalho, tudo

parece mais bonito, mais linear e mais simples no campo das ideias. No entanto, a realidade da pesquisa mostra que nem tudo depende somente da pesquisadora. Em estudos que envolvem sujeitos, memórias e experiências, o percurso também depende da disponibilidade dos pesquisados, do tempo de cada um, da aceitação em revisitar lembranças e da possibilidade concreta de transformar vivências em narrativa.

Há etapas que não acontecem no ritmo desejado, há expectativas que precisam ser revistas, e há momentos em que a pesquisa exige menos pressa e mais escuta. Talvez uma de suas maiores lições esteja justamente aí: compreender que produzir conhecimento não é conduzir sozinho um caminho, mas construir esse caminho com o outro, respeitando seus tempos, seus limites e suas possibilidades.

Como no compasso de uma canção que não se faz apenas de notas intensas, mas também de pausas, silêncios, retomadas e afinações, esta dissertação também foi sendo construída entre avanços, esperas e escutas. Nem tudo veio pronto, nem tudo se revelou no momento imaginado, mas cada etapa vivida integrou a tessitura deste trabalho. E talvez seja essa uma das aproximações mais sensíveis entre pesquisa, arte e vida: ambas exigem tempo, sensibilidade, maturação e abertura para acolher o que nem sempre se apresenta de forma imediata.

Nessa direção, compreende-se que a pesquisa desenvolvida não se limitou a um levantamento de informações sobre a trajetória da Direção de Ensino no IFFar – Campus Jaguari. Ao contrário, constituiu-se como um processo de interpretação e atribuição de sentidos às experiências vividas, às decisões institucionais e às vozes que participaram dessa construção histórica.

Investigar esse percurso implicou reconhecer que toda produção de conhecimento está atravessada por intencionalidades, escolhas e contextos. Assim, ao revisitar memórias, documentos e narrativas, foi possível não apenas compreender fatos, mas também valorizar sujeitos, evidenciar práticas e refletir sobre os caminhos que contribuíram para a consolidação do campus.

Dessa forma, a pesquisa reafirma seu compromisso com uma perspectiva formativa e socialmente situada, ao evidenciar que a constituição da Direção de Ensino esteve diretamente relacionada à organização pedagógica, à permanência dos

estudantes e ao diálogo com as demandas do território. Mais do que reconstruir o passado, este estudo contribui para compreender o presente e projetar possibilidades futuras, fortalecendo a identidade institucional e o papel da educação profissional e tecnológica no desenvolvimento regional.

Assim, a análise final dos resultados permite afirmar que esta pesquisa alcançou seu objetivo ao evidenciar que a DE foi parte constitutiva da criação e do desenvolvimento do IFFar – Campus Jaguari, influenciando sua organização institucional, sua estrutura pedagógica, sua identidade territorial e seus processos de permanência estudantil. Ao mesmo tempo, o estudo reafirma a importância da memória institucional como elemento de pertencimento, continuidade e reflexão, especialmente em instituições da Rede Federal, cuja história se entrelaça com políticas públicas, trajetórias humanas e compromissos sociais mais amplos.

O PE, materializado na forma de documentário, nasce desse mesmo compromisso com a preservação e a socialização dessas memórias. Ao articular narrativa, imagem, história e experiência, o documentário amplia as possibilidades de acesso à trajetória institucional do campus e reafirma que a pesquisa acadêmica também pode dialogar com diferentes linguagens sem perder sua densidade, seu rigor e seu sentido formativo.

Concluimos esta caminhada com a compreensão de que a história do IFFar – Campus Jaguari foi sendo tecida por muitas mãos, muitas vozes e muitos percursos. Esta dissertação, ao reunir documentos, memórias e registros visuais, procurou reconhecer essa construção coletiva e humana. Mais do que finalizar um estudo, estas páginas reafirmam que lembrar também é um ato de cuidado, de reconhecimento e de responsabilidade com aquilo que uma instituição viveu e legou. E, nesse sentido, talvez uma das maiores verdades que esta pesquisa me deixou seja esta: o trabalho pode até nascer bonito na imaginação de quem pesquisa, mas só ganha corpo, profundidade e verdade quando encontra, no outro, a disponibilidade de partilhar sua memória.

Finalizamos esta caminhada com gratidão àquele(a)s que aceitaram abrir as portas de suas memórias e permitir que esta pesquisa também fosse tecida com os fios de suas experiências. Em cada narrativa compartilhada, em cada lembrança

revisitada e em cada palavra confiada a este trabalho, permanece a beleza de quem compreendeu que recordar também é um gesto de generosidade.

A todo(a)s que aceitaram esse encontro com o passado e contribuíram para que esta história pudesse ser narrada, deixamos nossos mais sinceros agradecimentos. Esta dissertação não se encerra apenas como escrita acadêmica, mas como registro vivo de vozes que, com coragem e sensibilidade, escolheram permanecer na memória e na história desta instituição.

7. CRONOGRAMA

O cronograma abaixo seguirá conforme a realização deste projeto até a sua defesa e ajustes finais, seguindo o planejamento, conforme Declaração do Cronograma de Execução (Apêndice I). A fase dos questionários e das entrevistas somente serão iniciadas a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, conforme Norma Operacional CNS no 001/2013, 3.3.f. A pesquisa será conduzida em conformidade com as etapas e data previstas no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9: Cronograma das Atividades a Serem Desenvolvidas

Cronograma das Atividades a Serem Desenvolvidas		
Execução: 2024 e 2026		
	Descrição das etapas	Período de Execução
1	Submissão do Projeto ao Comitê de Ética	17/03/2025 a 30/04/2025
2	Qualificação do Projeto de Pesquisa	19/05/2025 a 30/05/2025
3	Revisão e Adequação do Projeto	28/05/2025 a 10/06/2025
4	Coleta de Dados	12/06/2025 a 05/09/2025
5	Transcrição das Entrevistas/Envio aos Participantes	13/09/2025 a 30/12/2025
6	Análise de Dados	02/01/2026 a 10/02/2026
7	Escrita da Dissertação	01/07/2025 a 30/02/2026
8	Elaboração do Produto Educacional	19/11/2025 a 30/02/2026
9	Defesa da Dissertação	18/03/2026 a 30/04/2026
10	Depósito Final da Dissertação no Repositório Institucional	30/04/2026 a 15/05/2026

8. ORÇAMENTO

A pesquisa será custeada por recursos próprios da pesquisadora, logo sem nenhuma ajuda financeira do IFFar. Os gastos foram planejados de modo que a pesquisadora possa cobrir todos gastos referentes a pesquisa, desde a coleta de informações até a finalização e apresentação dos resultados.

Os principais gastos incluem a compra de livros, que serão usados como base teórica para a pesquisa, o que permitirá a apresentação dos resultados parciais e finais. Também estão previstos os custos para a revisão do texto e a formatação da dissertação, além da impressão e encadernação das cópias finais do trabalho, conforme consta na Declaração de orçamento e financeiro (Apêndice J). A seguir, é apresentado o quadro 10 (três) com demonstrativo dos gastos.

Quadro 10: Orçamento Financeiro

Nº	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aquisição de livros	5	120,00	600,00
2	Xerox	80	0.50	250,00
4	Revisão gramatical e formatação da dissertação	4	150.00	600,00
5	Impressão e encadernação de documentos	10	40.00	400,00
6	Produto educacional	1	1.500,00	1.500,00
7	Impressão de questionários	350 cópias	0,50	175,00
8	Deslocamento para as entrevistas (combustível)	2 viagens	45,00	90,00
9	Aquisição de notebook	1 unidade	3.500,00	3.500,00
-	TOTAL GERAL	-	-	6.915,00

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2025)

09. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, J. H. (Ed.). **Interdisciplinarity: Its role in a discipline-based academy** (1st ed.). Oxford University Press. 2014.

ALMEIDA, Mônica Rafaela de; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; SEIXAS, Pablo de Sousa. **Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma universidade pública**. Psicologia em Pesquisa. Volume 13, número 2, Maio - Agosto de 2019. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v13n2/10.pdf>. Acesso em: mar. 2026.

ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de. **Mestrado profissional e a importância dos produtos educacionais**. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 7, n. 6, p. 1-12, nov./dez. 2025.

BARBOSA, Ana Maria Albano. **Cinema e memória: a arte de fazer viver**. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, São Paulo, v 46, n 50, p 29-40, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/147902/150406>. Acesso em: abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Histórico da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: jul. 2024.

BROTHERHOOD, Karina (org.). **História da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024.

CÂMARA, Suzana Aparecida dos Santos (org.). **Gestão pedagógica**. São Paulo: Pearson, 2017.

CASTIONE, Remi et al. Universidades federais na pandemia da Covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino? 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/25e72906-bac0-4941-b09e-efd15ce14e44/content>. Acesso em: mar. 2026.

CARRASCO, Ney. **Trilhas: o som e a música no cinema**. ComCiência, n. 116, Campinas, 2010. Disponível em: [inserir link se houver]. Acesso em: 23 mar. 2026.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2006.

CIAVATTA, Maria. **A cultura material escolar em trabalho**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2026.

FERRARI, Rosane de Fátima; ROCHA, Janimara. **Da ética a ética em pesquisa envolvendo seres humanos**. Revista de Ciências Humanas, v. 11, n. 16, p. 25–40, 2012. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/330>. Acesso em: dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. **Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/?lang=pt#>. Acesso em: mar. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. 150 p.

HODGES, C. et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. Educase Review, 27 Mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Campus Jaguari completa 11 anos.** Disponível em: <https://iffarroupilha.edu.br/noticias-jaguari/item/35818-campus-jaguari-completa-11-anos> Acesso em: nov 2024.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2026.** Santa Maria: IFFar, 2019 Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br> Acesso em: set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Programa Permanência e Êxito.** Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ppe> Acesso em: set. 2025.

JAPIASSU, H. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia** (1st ed.). Imago Editora. 2006.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e os desafios na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de PósGraduação em Serviço Social - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

LEÓN, B. **Science documentaries and their coordinates.** Quaderns del CAC, Catalunha. v. 30, p. 11-18, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola.** São Paulo: Heccus, 2015.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola.** Petrópolis: Vozes, 2006.

LUNARDI, Raquel et al. **A trajetória da extensão no Instituto Federal Farroupilha – IFFAR.** 10 anos de extensão na rede federal de educação profissional. 2021. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/16092/13237>. Acesso em: mar. 2026.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória Institucional e Gestão Universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia.** Salvador, 2004. 184f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10976/1/Maria%20Teresa%20Matos.pdf>. Acesso em: mar. 2026.

MENDES, Monica Scoz. **Competências requeridas às chefias intermediárias da PRODEGESP/UFSC: do mapeamento à capacitação**. 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) –Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MERCES, Tatiana das. **Educação, trabalho e sociedade: especificidades da docência na educação profissional e tecnológica**. Web Revista Linguagem, Educação e Memória, v. 17, n. 17, p. 140–153, 2019.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2005. 270 p.

MOLINA, Ana Heloisa. **A História contada por imagens: as escolas normais do início do século XX e o uso de fotografias para a historiografia contemporânea**. *Dimensões*, vol. 34, 2015, p. 457-489. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/15241>. Acesso em: mar. 2026.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed Unijuí, 2011.

MOREIRA, Altamir. **A iconografia em revisão**. *Contemporânea*, Santa Maria, v. 1, n. 1, e9, p. 1-8, 2018.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana, 2011.

PALCHA, Leandro Siqueira, et al. **O documentário como ferramenta de divulgação científica: o que dizem as pesquisas na área de educação em ciências?** Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, v.10, n.2, 2021.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Fundamentos da educação profissional**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PENA, Mariza Aparecida Costa; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; MATOS, Daniel Abud Seabra. **Oportunidades e desafios no ensino superior: experiências de universitários de camadas populares da Universidade Federal de Ouro Preto**. *Horizontes*, [S. l.], v. 39, n. 1, p. e021010, 2021. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/812>. Acesso em: mar. 2026.

POZZER, Márcio Rogério Olivato; NEUHOLD, Roberta dos Reis. **O desenvolvimento regional como eixo estruturante dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. *Prometeica - Revista de Filosofia e Ciências*, v. 29, p. 41-82, 2024. DOI: 10.34024/prometeica.2024.29.15280

RAYNALD, C., ZANONI, M. **Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior.** In J. PHILIPPI (Ed.), Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação (1st ed.). Manole. 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: IFPR, 2014 Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/História-e-políticada-educação-profissional.pdf> Acesso em: ago 2024.

RÉAU, Louis. **Iconografía del arte cristiano: introducción general.** Madrid: Del Serbal, 2000.

ROCHA, Lílian Hahn Mariano da. **Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria-RS.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2014.

ROCHA, Sarah Lais; DOMINGUES, Robson José de Souza; TEIXEIRA, Elizabeth; LIMA, Lucas Henrique de Amorim et al. **Validação de produtos educacionais em ensino em saúde.** Belém: Neurus, 2024. 56 p.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação.** Campinas: Autores Associados, 2023 Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> Acesso em: jul 2024.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SENHORAS, E. **Corona-vírus e Educação: análise dos impactos assimétricos.** - Boletim de Conjuntura, Ano II, Volume 2, Nº 5, Boa Vista, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

TOMAIN, Cássio dos Santos. **O documentário como chave para a nossa memória afetiva.** Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/intercom/article/view/147902/150406> Acesso em: abr 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Núcleo de Treinamento Agrícola Jaguari – Levantamento fotográfico.** Ficheiro: UFSM.1971.318.002.jpg. 1971. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/nucleo-de-treinamento-agricola-jaguari-levantamento-fotografico-02>. Acesso em: 1 mar. 2026.

9.1 Documentos Institucionais

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014–2018. Santa Maria: IFFar, 2014.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019–2026. Santa Maria: IFFar, 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Portaria nº 523, de 24 de abril de 2015. Designa Diretora de Ensino do Campus Jaguari. Santa Maria: IFFar, 2015.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Programa Permanência e Êxito. Santa Maria: IFFar, 2024. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ppe>. Acesso em: set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Pedagogia (EaD). Santa Maria: IFFar, 2023.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos. Santa Maria: IFFar, 2023.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente. Santa Maria: IFFar, 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura Integrado. Santa Maria: IFFar, 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado. Santa Maria: IFFar, 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Relatório de Transição de Gestão – Campus Jaguari (2016–2020 para 2020–2024). Santa Maria: IFFar, 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Resolução CONSUP nº 009/2022. Aprova o PPC do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA. Santa Maria: IFFar, 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Resolução CONSUP nº 016/2018. Aprova a criação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos. Santa Maria: IFFar, 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Resolução CONSUP nº 018/2018. Aprova a criação do Curso Técnico em Agricultura Integrado. Santa Maria: IFFar, 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Resolução CONSUP nº 037/2018. Aprova o PPC do Curso Técnico em Agricultura Integrado. Santa Maria: IFFar, 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 040/2018. Aprova o PPC do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos.** Santa Maria: IFFar, 2018.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 041/2015. Aprova a criação do Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado.** Santa Maria: IFFar, 2015.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução CONSUP nº 041/2022. Aprova o PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia (EaD).** Santa Maria: IFFar, 2022.

10. APÊNDICES

APÊNDICE A: PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional (PE) consiste no desenvolvimento de um documentário que apresenta a evolução histórica do IFFar Campus Jaguarí. Este recurso será fundamentado nas memórias do atual diretor(a) e dos ex-diretores(as) de ensino, bem como em documentos históricos, permitindo aos usuários explorar visualmente e de forma envolvente a trajetória da instituição. O objetivo central é criar uma ferramenta educativa que facilite o entendimento do histórico institucional, proporcionando amplo acesso a informações relevantes e memórias significativas.

O documentário abordou momentos marcantes da instituição sob a perspectiva dos diretores e ex-diretores de ensino, trazendo à tona memórias, histórias e experiências que contribuíram para a construção do campus. Eventos como a fundação, inaugurações importantes e mudanças institucionais serão apresentados com detalhes sobre datas, contextos e impactos no crescimento do IFFar Campus Jaguarí.

A narrativa foi enriquecida por depoimentos pessoais que deram vida aos fatos, promovendo um olhar sensível e reflexivo sobre decisões e acontecimentos que marcaram a trajetória da instituição.

A produção audiovisual teve como proposta não apenas registrar fatos, mas também transmitir a emoção, o envolvimento e a dedicação de quem fez parte dessa história. Para isso, foram utilizados arquivos digitais, fotografias e documentos históricos que deram ainda mais profundidade e significado ao material apresentado.

Esse material será disponibilizado no YouTube que é uma plataforma de acesso gratuito, garantindo fácil acesso à comunidade acadêmica e ao público em geral, ampliando ainda mais seu alcance e impacto.

Mais do que um recurso educativo, o documentário busca ser uma iniciativa relevante e estratégica da memória institucional do IFFar Campus Jaguarí. A intenção é que ele inspire pertencimento, orgulho e compreensão do caminho trilhado até aqui, valorizando as contribuições de diferentes pessoas ao longo do tempo.

Como bem coloca Simson (2003, *apud* Chagas, 2024, p. 5), “a preservação da memória não é apenas um ato individual, mas uma construção coletiva que visa transmitir experiências às gerações presentes e futuras”.

Nestes termos, o documentário de memória tem, no exercício do passado recordado, uma instância geradora de identidades. A experiência de assistir ao filme pode gerar nos espectadores uma cadeia de sentimentos e percepções e, dentre elas, o reconhecimento de determinados significados comuns referentes ao passado recordado (Barbosa, 2019, p. 33).

Em tempos em que a vida cotidiana é marcada por pressa, stress e superficialidade, o documentário surge como uma forma de resistência. Como destaca Tomaim (2009, p. 57):

O homem moderno está subordinado ao esquecimento e à perda da experiência. O cotidiano atarefado, sempre apressado e estressado deste homem não lhe permite experimentar o mundo, contemplar o que este tem para oferecer-lhe em um momento de recolhimento.” O documentário, nesse contexto, propõe-se como uma pausa, um espaço para o olhar, para a escuta e para a construção de sentidos mais profundos sobre a realidade vivida.

Que cada pessoa que assistir a esse documentário possa sentir-se parte dessa trajetória, reconhecendo nela um pouco de si, de sua história, de suas memórias.

Sabendo da sensibilidade envolvida na coleta de imagens e falas, foi elaborado um Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz (Apêndice M), voltado exclusivamente aos participantes que fizeram parte do documentário. Isso devido ao fato de que nem todos os envolvidos na pesquisa participaram diretamente do produto audiovisual. O termo foi enviado por meio da plataforma Google Docs através do link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfX6M4GGax6IZfIJUxFB0EN-q0Bp2ZDqInXti-SQrBLfi36-w/viewform?usp=header>, facilitando o acesso e preenchimento de forma prática e segura.

Esse termo específico contém todas as informações necessárias, de forma clara e acessível, inspiradas em modelos já consolidados em pesquisas acadêmicas. Ele garante que os participantes compreendam exatamente como suas imagens e falas foram utilizadas, resguardando sua privacidade, dignidade e liberdade de escolha.

Mais do que uma exigência formal, esse termo representou um gesto de cuidado e respeito com cada pessoa que contribuiu com sua história. Ele reafirma o compromisso ético de proteger a identidade dos participantes e garantiu que a pesquisa fosse conduzida com justiça, equidade e humanidade.

Importante destacar que o documentário foi desenvolvido somente após a conclusão das etapas da pesquisa; como a aplicação dos questionários e análise dos dados, garantindo assim um produto final fundamentado em informações sólidas e construído de forma ética e responsável.

O documentário, portanto, se apresenta como uma maneira acessível de preservação de histórias. Sua linguagem simples, o fácil acesso pelas plataformas digitais e podendo vir a ser usado por professores, estudantes e gestores como ferramenta estratégica de apoio ao ensino, à memória e à valorização da trajetória da instituição. Com isso, seguimos para a próxima etapa, em que foram organizadas as ações previstas para tornar esse projeto possível.

APÊNDICE B: Termo Autorização Institucional IFFAR -REITORIA

06/02/2025, 13:27

sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=761874



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE PESQ.PÓS-GRAD.E INOVAÇÃO

CARTA DE ACEITE Nº 12 / 2025 - PRPPGI (11.01.01.44.19)

Nº do Protocolo: 23873.000634/2025-55

Santa Maria-RS, 06 de fevereiro de 2025.

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que tenho conhecimento da realização da pesquisa para a elaboração da dissertação da pesquisadora **Érika Coceiro da Costa**, intitulada **"Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino"**, sob a orientação da Profa. Dra. Daniela Copetti Santos, vinculada ao MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT, do INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.

A pesquisa tem como objetivo geral: "investigar como as experiências e decisões dos ex-diretores de ensino do Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição, preservando a memória institucional e contribuindo para a compreensão da história educacional da organização.

Tendo conhecimento e ciência de que passará pelos trâmites e só iniciará após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, **AUTORIZO** a realização do referido projeto.

(Assinado digitalmente em 06/02/2025 13:27)

THIRSSA HELENA GRANDO
FUNÇÃO INDEFINIDA
PRPPGI (11.01.01.44.19)
Matrícula: 3010601

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **12**,
ano: **2025**, tipo: **CARTA DE ACEITE**, data de emissão: **06/02/2025** e o código de verificação:
360e2cb85a

APÊNDICE C - Declaração de Autorização e Consentimento do IFFar - Campus Jaguari

APÊNDICE B - Declaração de Autorização e Consentimento do IFFar - Campus Jaguari

Destinatário: Diretor (a) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Campus Jaguari

Endereço: Br 287, Km 360, Estr. do Chapadão - 1º Distrito, Jaguari - RS, 97760-000, Jaguari - RS

Telefone: (55) 3255-0200

Pesquisadora: Érika Coceiro da Costa

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco Nº 548, centro, São Vicente do Sul - RS

Telefone: (55) 98427-3751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

Projeto de Pesquisa: “Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino”

Orientadora: Profª. Drª. Daniela Copetti Santos

E-mail da Orientadora: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Prezado(a) Diretor(a)

Venho, por meio desta, solicitar a assinatura desta **Declaração de Autorização e Consentimento** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus Jaguari para a realização da pesquisa intitulada “**Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino**”.

A pesquisa tem como objetivo investigar como as experiências e decisões dos ex-diretores de ensino do Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição, preservando a memória institucional e contribuindo para a compreensão da história educacional da instituição.

Autorizo:

1. A utilização de documentos institucionais relacionados à temática da pesquisa;

2. A realização de entrevistas e/ou aplicação de questionários junto aos diretores e ex-diretores de ensino;
3. O acesso às dependências do campus, quando necessário, para fins de coleta de dados.

A pesquisadora responsável compromete-se a:

- Respeitar as normas éticas e legais em vigor, em especial a Resolução CNS nº 466/12;
- Garantir a confidencialidade e o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa;
- Utilizar os dados exclusivamente para os fins acadêmicos propostos no projeto de pesquisa;
- Fornecer à instituição uma cópia da pesquisa finalizada.

A assinatura desta declaração válida a autorização pelo período de dois anos, podendo ser revogada a qualquer momento mediante comunicação formal por parte do Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari ou da pesquisadora responsável.

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO ANTONIO RODRIGUES**
Data: 05/03/2025 14:20:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Diretor(a) Geral
Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari

Documento assinado digitalmente
 **ERIKA COCEIRO DA COSTA**
Data: 04/03/2025 23:58:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientadora
Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

Farroupilha

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Título do Projeto: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino

Prezado(a) entrevistado(a)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) para participar da pesquisa intitulada **Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino**.

Essa pesquisa é de responsabilidade das pesquisadoras Érika Coceiro da Costa (mestranda) e Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos (orientadora) e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é fundamental que você compreenda todas as informações contidas neste documento. Os pesquisadores(as) estarão disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas antes de sua decisão.

Esta pesquisa será conduzida de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 07 de abril de 2016. Além disso, para pesquisas realizadas em ambiente virtual, serão seguidas as diretrizes da Carta Circular de 24 de fevereiro de 2021 – “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual” (CONEP, 2021).

Objetivos: O objetivo desta pesquisa é investigar como as experiências e decisões dos diretores e ex-diretores de ensino do IFFar Campus Jaguari influenciaram a criação e o desenvolvimento da instituição. O estudo busca

1/6

preservar e valorizar a memória institucional, além de contribuir para a compreensão dos processos que moldaram a identidade do campus.

Procedimentos: Caso aceite participar, será solicitado que colabore por meio de uma entrevista, presencial ou virtual, relatando sua trajetória enquanto diretor de ensino no IFFar Campus Jaguari. Alternativamente, poderá responder a um questionário online enviado por e-mail ou WhatsApp, contendo perguntas abertas relacionadas à sua experiência na gestão do campus. Além disso, poderá permitir o uso de documentos institucionais que contribuam para a pesquisa, garantindo o sigilo e o respeito à sua privacidade. A participação é voluntária, e poderá ser interrompida a qualquer momento sem necessidade de justificativa ou prejuízo.

Caso aceite participar, você será convidado(a) a colaborar por meio de uma entrevista, presencial ou virtual, na qual relatará sua trajetória enquanto diretor(a) de ensino no IFFar Campus Jaguari. Também poderá permitir o uso de documentos institucionais pertinentes à pesquisa, garantindo-se sigilo e respeito à sua privacidade. A participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento, sem necessidade de justificativa ou prejuízo.

Este documento será apresentado em **duas vias**, sendo que uma ficará em poder do pesquisador e outra será entregue ao participante.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na coleta e análise de dados por meio de entrevistas semiestruturadas ou questionários com diretores(as) e ex-diretores(as) de ensino, além da análise documental de portarias, atas, relatórios institucionais e projetos pedagógicos. Os dados coletados serão analisados com base na Análise de Conteúdo, permitindo identificar padrões, temas e significados relevantes para a pesquisa.

A pesquisa busca contribuir para a preservação da memória institucional do IFFar – Campus Jaguari, registrando experiências e decisões que moldaram sua trajetória. Além disso, pretende promover reflexões sobre desafios e conquistas na gestão do ensino, aprimorar a identidade institucional e fornecer subsídios para futuras decisões pedagógicas e estratégias de desenvolvimento da instituição.

A participação é totalmente **voluntária e gratuita**, sem qualquer tipo de remuneração, pressão ou obrigação. Os participantes poderão solicitar informações sobre o estudo a qualquer momento e, caso desejem, poderão interromper sua participação sem qualquer prejuízo ou consequência. O pesquisador estará atento a

sinais de desconforto e disponível para oferecer suporte, respeitando o ritmo e as necessidades individuais de cada pessoa.

As entrevistas poderão ser realizadas de forma presencial (no campus ou em um local confortável para o participante) ou online, via Google Meet. Para aqueles que preferirem uma alternativa mais prática, será disponibilizado um questionário via Google Forms. Caso haja necessidade de deslocamento para entrevistas presenciais, todos os custos serão assumidos pelo pesquisador. Se algum participante enfrentar dificuldades técnicas, como falta de equipamentos ou acesso à internet, o pesquisador se responsabilizará pelo fornecimento dos recursos necessários.

Os riscos associados à pesquisa são de nível baixo, principalmente relacionados a aspectos psicológicos e emocionais. Durante a participação, é possível que os entrevistados sintam cansaço, desconforto ou insegurança ao expressar suas ideias. Embora todas as medidas de proteção sejam adotadas, algumas lembranças podem despertar emoções inesperadas.

Caso o participante se sinta desconfortável, ele poderá interromper a entrevista, fazer pausas ou optar por não continuar, sem necessidade de justificativa. O pesquisador estará sempre disponível para acolher e garantir que todos se sintam seguros e confortáveis.

Se, em qualquer momento da pesquisa, o participante precisar de assistência médica, psicológica ou emocional, será encaminhado ao serviço de saúde de sua preferência. Além disso, qualquer despesa ou necessidade de suporte emocional decorrente da participação será integralmente coberta pela pesquisadora, incluindo acompanhamento psicológico, caso necessário. Se for identificado algum dano emocional ou psicológico resultante da pesquisa, a pesquisadora se compromete a providenciar o suporte adequado ou a realizar o ressarcimento correspondente de forma justa e imediata.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas, protegendo a identidade de todos os envolvidos. Nenhuma informação pessoal será divulgada, e nenhum participante será identificado nos resultados da pesquisa ou em qualquer apresentação pública dos dados.

Os dados coletados serão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora por um período de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa. Durante esse tempo, os dados permanecerão sob sua guarda em sua residência, localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de São Vicente do Sul, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 548.

Para garantir a privacidade e a confidencialidade dos participantes, ao final desse período, todos os registros físicos serão incinerados, e os arquivos digitais serão permanentemente excluídos do pen drive onde foram armazenados. Esse procedimento assegura que nenhuma informação poderá ser recuperada, reforçando o compromisso com a ética e o sigilo dos dados.

O projeto será submetido ao Comitê de Ética do IFFar, atendendo rigorosamente todas as exigências do CONEP (Conselho Nacional de Saúde), garantindo a conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas para pesquisas com seres humanos.

Esta pesquisa pretende gerar benefícios diretos e indiretos tanto para os participantes quanto para a instituição.

Preservação da memória institucional: Documentação das experiências e decisões que foram fundamentais para a construção e crescimento do campus.

Valorização dos gestores: Reflexão sobre suas trajetórias e contribuições, promovendo um sentimento de reconhecimento e pertencimento.

Fortalecimento da identidade institucional: O estudo servirá como referência para gestores atuais e futuros, inspirando novas práticas e estratégias.

Aprimoramento da gestão e da política institucional: Os aprendizados extraídos poderão subsidiar decisões pedagógicas e institucionais, ajudando no desenvolvimento do campus.

Ao participar deste estudo, cada pessoa estará contribuindo não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a construção de um legado que reforça a importância da educação e da memória institucional.

Nosso compromisso é garantir que cada participante se sinta valorizado e respeitado ao longo do processo. Caso alguém perceba que a entrevista está causando desconforto emocional, ela será imediatamente interrompida, e o participante receberá suporte adequado.

Estamos à disposição para esclarecer qualquer questão e garantir que sua participação seja uma **experiência positiva e enriquecedora**. Caso tenha dúvidas ou queira mais informações, entre em contato com a equipe responsável pela pesquisa através dos contatos baixo:

Pesquisadora responsável:

Érika Coceiro da Costa

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 548, São Vicente do Sul-RS

Telefone para Contato: (55) 98427-3751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

Orientadora responsável:

Profª. Drª. Daniela Copetti Santos

Endereço: Rua Venâncio Aires, 1284, Cruz Alta - RS

Telefone para Contato: (51) 98474-7361

E-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFFar

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica. A razão de sua existência, direciona-se na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

Endereço: Rua Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685 Cidade: Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Telefone: 55 32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa -

Endereço: SEP 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 -

Fone: (61)3315-5878/ 5879 –
e-mail: conept@saude.gov.br

Agradecemos a sua colaboração com a pesquisa do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com o projeto intitulado ***Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguarí do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino.***

As pesquisadoras se colocam à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos.

Este documento será apresentado em **duas vias**, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou ciente e suficientemente informado(a) sobre todos os procedimentos desta pesquisa, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao objetivo do estudo. Estou suficientemente informado(a) e esclarecido(a) que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Local:

Data: ____/____/____.

Nome por extenso: _____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Documento assinado digitalmente
 DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 17/03/2025 20:46:52 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Orientadora
Profª. Drª. Daniela Copetti Santos

Documento assinado digitalmente
 ÉRIKA COCEIRO DA COSTA
Data: 17/03/2025 14:22:27 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE E: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (TC) - ENTREVISTA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino

Pesquisadora Responsável: Érika Coceiro da Costa

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 548, São Vicente do Sul-RS

Telefone para Contato: (55) 98427-3751

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail: ecoceiro@gmail.com

A autora do presente projeto assume o compromisso de manter e preservar a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações relacionadas à privacidade dos participantes deste estudo, cujos dados serão coletados através de entrevista, de forma individual e síncrona, via plataforma *google meet*.

Compromete-se, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e que não serão socializadas em formato que venha identificar os participantes do presente estudo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas pela pesquisadora armazenados por um período de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

 Documento assinado digitalmente
DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 06/03/2025 18:28:36-0300
Verifique em <https://validar.jfi.gov.br>

Orientadora
Prof^{ra}. Dr^a. Daniela Copetti Santos

 Documento assinado digitalmente
ERIKA COCEIRO DA COSTA
Data: 05/03/2025 09:57:06-0300
Verifique em <https://validar.jfi.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE F: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – QUESTIONÁRIO

16/03/2025, 01:20

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) QUESTIONÁRIO

Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do
Campus Jaguari do

Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores

* Indica uma pergunta obrigatória

1.

★

**ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS: A CRIAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO
FEDERAL FARROUPILHA PELAS VOZES DOS EX-
DIRETORES DE ENSINO**

Prezado(a) participante, Esta pesquisa faz parte da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari. O título do trabalho é "Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino, sob orientação da Professora Dra. Daniela Copetti Santos.

O objetivo geral : Analisar como as experiências e decisões do diretor(a) de ensino do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição.

A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) para participar da pesquisa intitulada: **Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino**. Sob responsabilidade das pesquisadoras Érika Coceiro da Costa (mestranda) e Profª. Drª. Daniela Copetti Santos (orientadora). Essa pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os/as

pesquisadores/as deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

A pesquisa se dará conforme determinações das resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) de nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e de nº 510, de 07 de abril de 2016. O procedimento de coleta de dados será da seguinte forma: envio de questionário através da ferramenta 'Google forms', contendo perguntas abertas relacionadas à sua experiência como diretor (a) de ensino do IFFar campus Jaguari.

A participação é voluntária, e poderá ser interrompida a qualquer momento sem necessidade de justificativa ou prejuízo.

Os agendamentos serão feitos previamente, em momento oportuno aos envolvidos (com horário e data agendada previamente)

Os riscos decorrentes desta pesquisa são considerados de grau mínimo por envolver apenas participação na entrevista e aqueles característicos do ambiente virtual e do uso de meios eletrônicos. Os possíveis riscos que podem surgir no decorrer da realização das entrevistas podem ser: fadiga em decorrência do tempo de sua duração, eventual insegurança e/ou desconforto sobre a formulação e emissão de respostas frente às perguntas, constrangimento ou alterações comportamentais durante a gravação.

Como medidas de prevenção ou minimização desses riscos, ou qualquer evento adverso que surja será investido cuidado e atenção durante a aplicação das entrevistas, a possíveis sinais de desconforto que indiquem comportamentos aversivos que necessitem de intervenção focal. Será garantido ao (à) participante um ambiente acolhedor e momentos de pausa para se recuperar, possibilidade de não responder a todas as questões, encerramento da entrevista ou transferência de data e horário se assim o desejar. Dessa maneira, o (a) participante tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

A pesquisadora se compromete em garantir a assistência integral, imediata e gratuita, realizando os procedimentos necessários para encaminhamento à acolhimento psicológico e/ou atendimento médico, em local de preferência do (a) participante.

Ainda, o uso de ambientes virtuais implica riscos associados à possibilidade de invasões de privacidade e falhas no armazenamento de dados, como a perda de informações armazenadas em discos físicos offline.

Tendo em vista reduzir esses riscos, a pesquisadora tomará todas as precauções e adotará controles em conformidade com as normas e legislações pertinentes, incluindo as diretrizes da Carta Circular de 24 de fevereiro de 2021 – “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual” (CONEP, 2021). Para a prevenção ou minimização desses riscos, será disponibilizado link de acesso à sala de reuniões do Google Meet, trinta minutos antes do horário agendado, após a conclusão das entrevistas, será realizado o download para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem" logo os dados serão transferidos para dispositivo de armazenamento removível (pendrives), caracterizando cópia de segurança. A sala de reuniões estará configurada para que acesso seja 'restrito', de forma que todas as pessoas que não foram convidadas para a reunião, precisam pedir autorização para participar da chamada, inclusive as que ligarem para a reunião. Assim, a entrevistadora manterá controle sobre quem tem acesso à sala de reunião, evitando possíveis tentativas de invasão.

A participação nesta pesquisa será voluntária e gratuita, sem qualquer tipo de remuneração ou custo para os participantes. No entanto, caso haja quaisquer danos ou despesas decorrentes da pesquisa, o(a) participante receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pela pesquisadora, pelo tempo necessário. Além disso, eventuais despesas serão ressarcidas e os danos devidamente indenizados.

A participação nesta pesquisa prevê benefícios diretos e indiretos aos (às) participantes e à instituição.

Entre os benefícios diretos, a entrevista pode vir a proporcionar um ambiente para refletir sobre suas experiências e práticas. Esse processo pode favorecer a execução de suas atividades, aprimorando a forma como as percebe e interpreta, o que impacta positivamente sua rotina de trabalho.

Como benefícios indiretos, este estudo busca contribuir para a preservação da memória institucional do IFFar Campus Jaguari, registrando experiências e decisões que moldaram sua trajetória. Além disso, proporcionará reflexões sobre desafios e conquistas na administração do ensino, fortalecendo a identidade institucional e servindo como referência para futuras decisões pedagógicas e estratégias de desenvolvimento do campus. Os participantes também terão acesso ao conteúdo que será produzido, e poderá ser utilizado como material de estudo, apoio e ressignificação.

A participação neste estudo será voluntária, sendo a decisão de participar ou não da pesquisa exclusivamente sua. A qualquer momento, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos da pesquisa, retirar seu consentimento ou interromper sua participação, sem sofrer qualquer penalidade ou prejuízo. Além disso, seu direito de não responder a qualquer questão será garantido, sem a necessidade de explicação ou justificativa.

Serão utilizadas todas as precauções necessárias para garantir o seu direito ao sigilo das informações fornecidas. Os (as) participantes da pesquisa serão identificados por meio de uma letra aleatória o participante não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Não obstante os esforços empreendidos para resguardar a identidade dos participantes, a restrição numérica da amostra, composta por indivíduos pertencentes a um mesmo ambiente laboral específico, impossibilita a plena garantia do anonimato. A limitação da população amostral pode viabilizar a identificação dos participantes por terceiros familiarizados com o contexto da pesquisa, ainda que seus nomes sejam ocultados.

Envidaremos todos os esforços para garantir que os dados sejam tratados com o mais alto nível de confidencialidade e sigilo, visando resguardar integralmente a identidade dos(as)

participantes. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para a realização da presente pesquisa e para a produção de artigos acadêmicos e científicos na área.

Os dados serão armazenados em formato digital e físico, com acesso restrito à pesquisadora e sua orientadora. Para o armazenamento digital, será utilizado um dispositivo eletrônico (pen drive), que permanecerá, juntamente com o material impresso, devidamente protegido e sob a guarda da pesquisadora em sua residência, situada na Rua Visconde do Rio Branco, nº 548, na cidade de São Vicente do Sul/RS, pelo período de cinco anos.

Decorrido esse prazo, o material impresso será descartado por meio da técnica de trituração, enquanto as gravações de áudio e vídeo serão permanentemente apagadas do dispositivo eletrônico ou destruídas, em conformidade com o inciso IV do art. 28 da Resolução nº 510/2016. Essas medidas visam assegurar o respeito à dignidade humana e a devida proteção aos participantes da pesquisa.

Você poderá aceitar, eletronicamente, participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura física do **TCLE**.

Ao final do preenchimento será enviada a você uma cópia deste Termo de Consentimento (TC). Consideramos importante que você faça a impressão e/ou guarde em seus arquivos uma cópia dos documentos eletrônicos (**TCLE e TC**). **Dessa forma, este termo de consentimento livre e esclarecido foi elaborado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra ficará com o sujeito participante da pesquisa, enviada para o seu e-mail de participação.** O participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que for solicitado. Pesquisadoras:

Nome da pesquisadora: Érika Coceiro da Costa

Telefone para contato: (55) 984273751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 548, São Vicente do Sul/RS,

Nome da orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos

Endereço: Rua Venâncio Aires, 1284, Cruz Alta - RS

Telefone para Contato: (51) 98474-7361

E-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Locais da coleta de dados: Questionário: Google Forms e

Entrevistas: Presencial ou Google Meet

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IFFar

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica. A razão de sua existência, direciona-se na defesa dos interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade dos valores, dos direitos e dos deveres para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos nas diferentes áreas do conhecimento e com os princípios básicos do Instituto Federal Farroupilha.

Endereço do CEP IFFar: Rua Alameda Santiago do Chile, 195 –
Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685 Cidade:
Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Telefone: 55 32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510,
Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex INAN, Unidade II – Brasília – DF-
CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail:
conep@saude.gov.br

Agradecemos a sua colaboração e nos colocamos à disposição
para quaisquer dúvidas e esclarecimentos.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento
para a participação nesta pesquisa, conforme segue:

AUTORIZAÇÃO ELETRÔNICA CONSENTIMENTO PÓS- INFORMAÇÃO

Declaro que recebi e guardei uma via deste Termo de Consentimento, enquanto a outra foi entregue à pesquisadora responsável. Autorizo a realização do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo, conforme os termos aqui estabelecidos.

Diante disso, após a leitura desse documento, declaro ter conhecimento das informações nele contidas, da forma de participação nesta pesquisa e de que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Com base nisso, concordo em participar deste estudo e tenho conhecimento de que posso retirar minha concordância a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos a serem realizados, dos possíveis danos ou riscos dele provenientes e das garantias de sigilo e confidencialidade, bem como, de esclarecimentos sempre que desejar.

Eu, após a leitura do **TCLE**, declaro ter conhecimento das informações nele contidas e da forma de participação nesta pesquisa. Com base nisso, concordo em participar deste estudo e tenho conhecimento de que posso retirar minha concordância a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos a serem realizados, dos possíveis danos ou riscos dele provenientes e das garantias de sigilo e confidencialidade, bem como, de esclarecimentos sempre que desejar. **Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo ao marcar abaixo uma das opções “ACEITO PARTICIPAR” ou “NÃO ACEITO PARTICIPAR”:**

Marcar apenas uma oval

Marque todas que se aplicam.

- ☐ ACEITO PARTICIPAR
☐ NÃO ACEITO PARTICIPAR

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE G: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (TC) - QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino

Pesquisadora Responsável: Érika Coceiro da Costa

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 548, São Vicente do Sul-RS

Telefone para Contato: (55) 98427-3751

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail: ecoceiro@gmail.com

A autora do presente projeto assume o compromisso de manter e preservar a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações relacionadas à privacidade dos participantes deste estudo, cujos dados serão coletados através de entrevista, de forma individual e síncrona, via plataforma *google meet*.

Compromete-se, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e que não serão socializadas em formato que venha identificar os participantes do presente estudo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas pela pesquisadora armazenados por um período de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

Documento assinado digitalmente
 DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 05/03/2025 18:28:36-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Orientadora
Profª. Drª. Daniela Copetti Santos

Documento assinado digitalmente
 ÉRIKA COCEIRO DA COSTA
Data: 05/03/2025 09:57:06-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE H: DECLARAÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO AO SERVIÇO DE SAÚDE

APÊNDICE G - DECLARAÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO AO SERVIÇO DE SAÚDE

Eu, Érika Coceiro da Costa, pesquisadora responsável pelo projeto "Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino", declaro estar comprometida em garantir o bem-estar dos participantes desta pesquisa. Caso algum participante venha a apresentar desconforto emocional, psicológico ou físico decorrente de sua participação, será oferecido encaminhamento imediato ao serviço de saúde mais próximo para o devido amparo.

Para mais informações, estou disponível pelo telefone (55) 98427-3751 ou e-mail ecoceiro@gmail.com. Informo também que a orientadora do projeto, Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos, está à disposição para esclarecimentos adicionais pelo e-mail daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br.

Documento assinado digitalmente
 DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 06/03/2025 18:28:36 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora
Prof^a. Dr^a. Daniela Copetti Santos

Documento assinado digitalmente
 ÉRIKA COCEIRO DA COSTA
Data: 06/03/2025 08:57:06 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE I: DECLARAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

APÊNDICE H - DECLARAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A pesquisa será integralmente custeada por recursos próprios da pesquisadora, sem nenhuma ajuda financeira do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Os gastos foram planejados para cobrir todas as etapas do projeto, desde a coleta de informações até a apresentação final dos resultados, garantindo a viabilidade do estudo.

Principais Custos Planejados:

1. **Aquisição de livros:** Base teórica para embasar a pesquisa.
2. **Participação em eventos:** Apresentação de resultados parciais e finais.
3. **Revisão gramatical e formatação:** Garantia da qualidade textual e adequação às normas acadêmicas.
4. **Impressão e encadernação:** Cópias finais do trabalho.
5. **Deslocamento:** Transporte para realização de entrevistas presenciais.

Todos os custos serão arcados pela pesquisadora, assegurando a execução do estudo dentro dos padrões éticos e acadêmicos.

Documento assinado digitalmente
DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 06/03/2025 18:24:48 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Orientadora
Profª. Drª. Daniela Copetti Santos

Documento assinado digitalmente
ÉRIKA COCEIRO DA COSTA
Data: 06/03/2025 09:17:04 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE J: DECLARAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS: A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA PELAS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO

O cronograma a seguir será seguido desde a realização deste projeto até a sua defesa e ajustes finais, a fim de seguir o planejamento, conforme declaração do cronograma de execução (Apêndice M). A fase dos questionários e das entrevistas somente serão iniciadas a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, conforme Norma Operacional CNS no 001/2013, 3.3.f.

A pesquisa obedecerá às seguintes etapas:

Quadro 02 - Cronograma de execução das atividades

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS		
Execução: 2024 e 2026		
	Descrição das etapas	Período de Execução Dia/mês/ano
1	Submissão do Projeto ao Comitê de Ética	17/03/2025 a 30/04/2025
2	Qualificação do Projeto de Pesquisa	19/05/2025 a 30/05/2025
3	Revisão e Adequação do Projeto	31/05/2025 a 10/06/2025
4	Coleta de Dados	12/06/2025 a 05/09/2025
5	Transcrição das Entrevistas/Envio aos Participantes	13/09/2025 a 12/10/2025
6	Análise de Dados	01/09/2025 a 21/11/2025
7	Escrita da Dissertação	01/07/2025 a 24/11/2025
8	Elaboração do Produto Educacional	19/08/2025 a 17/11/2025
9	Defesa da Dissertação	25/11/2025 a 20/12/2025
10	Depósito Final da Dissertação no Repositório Institucional	12/12/2025 a 01/02/2026



Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Daniela Copetti Santos

Pesquisadora Responsável

Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE K: DECLARAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANCEIRO

APÊNDICE J - DECLARAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANCEIRO

Eu, **Érika Coceiro da Costa**, pesquisadora responsável pelo projeto **"Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino"**, declaro que todos os custos e recursos financeiros necessários para a realização desta pesquisa serão integralmente custeados por recursos próprios. Não haverá qualquer apoio financeiro direto ou indireto do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

Segue o detalhamento do orçamento financeiro previsto para a execução do projeto:

Nº	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Aquisição de livros	5 unidades	120,00	600,00
2	Xerox	80 cópias	0,50	250,00
3	Participação em eventos	2 eventos	250,00	500,00
4	Revisão gramatical e formatação da dissertação	4 etapas	150,00	600,00
5	Impressão e encadernação de documentos	10 cópias	40,00	400,00
6	Produto educacional	1 unidade	1.200,00	1.200,00
7	Impressão de questionários	350 cópias	0,50	175,00
8	Deslocamento para as entrevistas (combustível)	15 viagens	45,00	675,00
9	Aquisição de notebook	1 unidade	3.500,00	3.500,00
-	TOTAL GERAL	-	-	7.300,00

A pesquisa será integralmente custeada por recursos próprios da pesquisadora, sem nenhuma ajuda financeira do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Os gastos foram planejados para cobrir todas as etapas do projeto, desde a coleta de

informações até a apresentação final dos resultados, garantindo a viabilidade do estudo.

Principais Custos Planejados:

1. **Aquisição de livros:** Base teórica para embasar a pesquisa.
2. **Participação em eventos:** Apresentação de resultados parciais e finais.
3. **Revisão gramatical e formatação:** Garantia da qualidade textual e adequação às normas acadêmicas.
4. **Impressão e encadernação:** Cópias finais do trabalho.
5. **Deslocamento:** Transporte para realização de entrevistas presenciais.

Todos os custos serão arcados pela pesquisadora, assegurando a execução do estudo dentro dos padrões éticos e acadêmicos.

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA COPETTI SANTOS**
Data: 06/03/2025 18:49:14 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Orientadora
Prof.^a. Dr.^a. Daniela Copetti Santos

Documento assinado digitalmente
 **ERIKA COCEIRO DA COSTA**
Data: 06/03/2025 00:08:40 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Pesquisadora Responsável
Érika Coceiro da Costa

APÊNDICE L: ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

A entrevista será aplicada a diretores e ex-diretores de ensino do IFFar – Campus Jaguari. Nosso objetivo é compreender, através das experiências e memórias dos participantes, como ocorreram a criação e o desenvolvimento do Campus Jaguari e quais foram os desafios, conquistas e aprendizados ao longo desse processo. Esta entrevista será conduzida com perguntas semiestruturadas e a narrativa será gravada, transcrita e posteriormente aprovada pelo entrevistado para garantir a precisão das informações compartilhadas.

A pesquisa busca contribuir para a preservação da memória institucional e para o aprimoramento contínuo da Educação Profissional e Tecnológica. Caso necessite de mais esclarecimentos, estamos à disposição para prestar informações adicionais.

Você concorda em gravar a nossa entrevista?

☐ **Sim**

☐ **Não**

Parte 1: Identificação

1. Poderia me informar o seu nome completo?
2. Qual era a sua idade quando você assumiu a direção de ensino?
3. Como você se identifica em relação ao gênero?
4. Qual é a sua formação acadêmica?
5. Quantos anos de experiência você já tinha na área da educação antes de assumir a direção?
6. Quanto tempo de experiência você possui na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?
7. Qual era a sua categoria funcional no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) quando ocupou o cargo de diretor(a) de ensino? (Docente, técnico-administrativo, etc.)

8. Há quanto tempo você trabalha no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)? Poderia especificar o período e as unidades onde atuou?
9. Pode nos contar um pouco sobre o seu histórico profissional? (Formação, ingresso no serviço federal, cargos ocupados, etc.)

Parte 2: Experiências no IFFar - Campus Jaguarí

1. Pensando na sua trajetória profissional, como você acredita que suas decisões e práticas contribuíram para a criação e desenvolvimento do Campus Jaguarí?
2. Na sua visão, quais são as características mais importantes e o impacto da implantação e desenvolvimento do Campus na região de Jaguarí?
3. Quais foram os maiores desafios ou dificuldades enfrentados por você enquanto diretor(a) de ensino no Campus Jaguarí? Poderia dar exemplos?
4. Na sua opinião, quais acertos na implantação do Campus foram mais significativos? Como esses momentos contribuíram para o crescimento da instituição? Algum episódio marcante?
5. Se tivesse a chance de refazer algo no processo de criação ou desenvolvimento do Campus, o que faria diferente? Por quê?
6. Existe algum momento marcante que você vivenciou enquanto esteve no cargo? Quais eram as pessoas envolvidas e por que esse momento foi especial?
7. Quais atos normativos ou políticas institucionais tiveram maior relevância durante a sua gestão?
8. Durante o período da sua gestão, quais cursos de educação profissional e tecnológica foram criados? Poderia descrever o processo de criação desses cursos?
9. Como você avalia a proposta pedagógica do Campus ao longo do tempo? Teve a oportunidade de participar da construção dela? O que alteraria, se fosse possível?
10. Quais programas de governo estavam vigentes durante a sua gestão e como impactaram o desenvolvimento do Campus?

11. Na sua percepção, como a moradia estudantil influenciou o rendimento e a permanência dos estudantes no Campus?
12. Quais desafios você observou para os estudantes de baixa renda em termos de permanência e êxito na instituição? Poderia compartilhar exemplos?
13. Como avalia a participação das famílias dos estudantes nas atividades e decisões do Campus? Alguma memória marcante dessa interação?
14. Na sua opinião, por que é importante compartilhar essas memórias com a população? Existe algo que não foi abordado nas perguntas e que você gostaria de destacar?
15. Você possui fotos ou registros que poderiam ilustrar e ajudar a contar essa história? Poderia nos contar sobre elas?

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou ciente e suficientemente informado(a) sobre todos os procedimentos desta pesquisa, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao objetivo do estudo. Estou suficientemente informado(a) e esclarecido(a) que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Local: _____ Data: ____/____/____.

Nome por extenso: _____

Assinatura do(a) entrevistado(a)

APÊNDICE M: ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

17/03/2025, 21:09

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguarí: Contribuições para a Educação Profissional e Tec...

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguarí: Contribuições para a Educação Profissional e Tecnológica

Título da pesquisa:

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus
Jaguarí: Contribuições para a Educação Profissional e Tecnológica

Este questionário faz parte de uma pesquisa que busca compreender e preservar as memórias relacionadas à atuação dos diretores(as) de ensino no IFFar – Campus Jaguarí. Nosso objetivo é valorizar as experiências e aprendizados acumulados ao longo dos anos, gerando reflexões que contribuam para o fortalecimento das práticas educacionais no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

Importante:

Ressaltamos que sua participação é totalmente voluntária, e você tem o direito de desistir a qualquer momento, caso assim deseje. Se, em algum momento, não se sentir à vontade para responder a alguma das perguntas, fique à vontade para não fazê-lo, sem qualquer prejuízo.

Agradecemos a participação e as contribuições para pesquisa. Estou à disposição para quaisquer dúvidas.

Contato:

Nome da pesquisadora: Érika Coceiro da Costa

Telefone para contato: (55) 98427-3751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

Perfil Profissional e Trajetória no Serviço Público

Esta seção busca compreender o histórico profissional dos participantes, incluindo sua formação acadêmica, trajetória de ingresso no serviço público e o contexto de sua atuação como diretores(as) de ensino. As informações coletadas ajudarão a situar as respostas no cenário organizacional do campus, sem comprometer a privacidade dos participantes. Esta seção é composta por nove (09) questões abertas.

1. 1. Qual é o seu nome completo?

(Por favor, informe seu nome completo para identificação no contexto desta pesquisa.)

2. 2. Qual a idade que você tinha no período em que assumiu a direção de ensino?

3. 3. Como você se identifica em relação ao gênero?

4. 4. Qual é a sua formação acadêmica?

5. 5. Quantos anos de experiência você possui na área da educação?

6. 6. Quantos anos de experiência você possui na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?
(Informe o tempo total que você já atuou em instituições ou funções vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica.)

7. 7. Qual é a sua categoria funcional no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)?
(Informe se você é docente, técnico-administrativo, ou se exerce outra categoria ou função específica na instituição.)

8. 8. Há quanto tempo você trabalha no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)?
(Especifique o período total de vínculo com o IFFar, incluindo tempo de efetivação e contratos temporários, considerando todas as unidades onde você atuou, se aplicável.)

9. 9. Qual seu histórico profissional?

(Formação, quando ingressou no serviço federal, carga ocupado na época do ingresso)

Criação e Desenvolvimento do IFFar – Campus Jaguarí: Desafios, Decisões e Impactos

As questões a seguir referem-se ao IFFar – Campus Jaguarí e abrangem o período em que você atuou como diretor(a) de ensino no campus.

Nesta seção, buscamos compreender o processo de criação e desenvolvimento do campus a partir das experiências e decisões dos ex-diretores(as) de ensino. O objetivo é explorar a concepção inicial da instituição, sua importância para a região, os desafios enfrentados, os acertos e as práticas que contribuíram para a consolidação do campus. Além disso, as questões revisitam momentos marcantes na trajetória dos ex-diretores(as) de ensino, oferecendo uma visão aprofundada sobre seu papel estratégico na estruturação e no fortalecimento da instituição.

Esta seção contém quinze (15) questões abertas. Lembramos que sua participação é voluntária e que você pode interrompê-la a qualquer momento. Caso não se sinta à vontade para responder alguma delas, fique à vontade para deixá-la em branco.

Agradecemos a participação e as contribuições para pesquisa. Estou à disposição para quaisquer dúvidas.

Contato:

Nome da pesquisadora: Érika Coceiro da Costa

Telefone para contato: (55) 98427-3751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

10. 1. Refletindo sobre sua trajetória profissional e experiências anteriores, poderia compartilhar como suas decisões e práticas influenciaram na criação e desenvolvimento do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari?

11. 2. Quais são as principais características do Campus Jaguari e qual a importância de sua implantação e desenvolvimento para a região?

12. 3, Quais os principais desafios/problemas/dificuldades em relação ao IFFar- Campus Jaguari durante o período que esteve ou está no cargo de diretor (a) de ensino ?

13. 4. Quais foram, para você, os momentos mais positivos na implantação do Campus Jaguarí? Como essas decisões ajudaram no crescimento da instituição? Há alguma memória especial desse período que você gostaria de registrar aqui?

14. 5. Na sua opinião, haveria algo que poderia ter sido feito de forma diferente no processo de criação, implantação ou desenvolvimento do Campus Jaguarí? Se sim, o que mudaria e por quê?

15. 6. Qual foi o momento mais marcante para você como diretor(a) de ensino? Quem estava envolvido nesse momento (podem ser nomes, cargos, funções ou até mesmo alunos que participaram)?

17/03/2025, 21:09

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguarí: Contribuições para a Educação Profissional e Tec...

16. 7. No período em que foi diretor(a) de ensino, houve alguma norma, regulamento ou diretriz importante que tenha influenciado a organização do campus? Você lembra de algum que trouxe mudanças significativa?

17. 8. Na sua gestão como diretor (a) de ensino, quais cursos de educação profissional e tecnológica foram criados?

18. 9. Como a proposta pedagógica do campus evoluiu ao longo do tempo? Você teve participação na sua construção? Se pudesse, faria alguma mudança para aprimorá-la?

19. 10. Quais eram os programas de governo que estavam vigentes no período que você foi diretor (a) de ensino?

20. 11. Durante sua gestão na direção de ensino, qual foi a importância da moradia estudantil para o rendimento e a permanência dos estudantes na instituição?

21. 12. Durante sua gestão na direção de ensino, quais foram os principais desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda para permanecer na instituição? De que forma a renda familiar e o trabalho informal impactaram essa permanência?

22. 13. Durante o período em que foi diretor(a) de ensino, como foi a participação das famílias dos estudantes nas decisões e atividades do Campus Jaguari? Há alguma lembrança em que essa interação tenha sido positiva para a instituição?

23. 14. Você acha importante compartilhar essas memórias com a comunidade? Há algo mais que gostaria de acrescentar?

24. 15. Caso tenha registros fotográficos que ajudem a ilustrar essa trajetória, você gostaria de compartilhá-los? Se sim, por favor, anexe as imagens no espaço indicado ou envie por e-mail/WhatsApp conforme as instruções fornecidas.

17/03/2025, 21:09

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguarí: Contribuições para a Educação Profissional e Tec...

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

17/03/2025, 21:09

Memórias Institucionais da Direção de Ensino do IFFar – Campus Jaguari: Contribuições para a Educação Profissional e Tec...

APÊNDICE N: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

02/04/2025, 14:59

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento...

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do
Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-
Diretores de Ensino

Prezado(a) participante,

Este termo faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada
*"Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do
Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino"*,
desenvolvida por Érika Coceiro da Costa, sob orientação da Professora Dra.
Daniela Copetti Santos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Farroupilha – Campus
Jaguari.

O objetivo deste documento é solicitar sua autorização para uso da **sua imagem
e/ou voz** captadas durante entrevista realizada no âmbito da referida pesquisa,
especificamente para compor o **documentário institucional** que será
desenvolvido como **produto educacional** deste estudo.

Finalidade do uso da imagem e voz

Autorizo o uso da minha imagem e/ou voz para os seguintes fins:

- Composição e divulgação do documentário resultante da pesquisa;

02/04/2025, 14:59

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvol...

- Apresentações acadêmicas e científicas, como defesa de dissertação, eventos, seminários e congressos;
- Divulgação em plataformas de acesso gratuito, como o YouTube e site institucional do IFFar;
- Uso pedagógico e institucional, como material de apoio, extensão e memória histórica.

Sobre a participação

- A autorização é **voluntária**, sem qualquer custo ou remuneração;
- A minha imagem/voz **não será utilizada para fins comerciais**;
- Poderei **revogar esta autorização a qualquer momento**, desde que antes da publicação ou divulgação do documentário, sem qualquer prejuízo;
- Este termo **não substitui o TCLE**, sendo **complementar** e exclusivo para o uso de imagem e voz;
- Os registros serão utilizados com **respeito à minha dignidade, privacidade e integridade**, seguindo os princípios éticos da Resolução nº

02/04/2025, 14:59

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvol...
510/2016 e demais normas vigentes.

Garantias de sigilo e responsabilidade

A pesquisadora garante que os dados captados serão tratados com responsabilidade, seguindo os princípios éticos definidos pelas resoluções do Conselho Nacional de Saúde e as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa do IFFar. Os materiais utilizados na edição final do documentário serão armazenados em ambiente seguro. Aqueles registros que não forem incluídos na versão pública serão mantidos sob a guarda da pesquisadora por cinco anos e, posteriormente, descartados de forma segura e ética. O documentário, como produto de natureza pública e educativa, permanecerá disponível em plataformas digitais institucionais, como o YouTube ou site oficial do Instituto Federal Farroupilha.

Pesquisadora responsável:

Érika Coceiro da Costa

Telefone: (55) 98427-3751

E-mail: ecoceiro@gmail.com

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 548 – São Vicente do Sul/RS

Orientadora:

Prof^a Dr^a Daniela Copetti Santos

E-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Endereço: Rua Venâncio Aires, 1284 – Cruz Alta/RS

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Declaro que li e compreendi todas as informações contidas neste Termo de Autorização para Uso de Imagem e Voz. *

Estou ciente dos objetivos e das formas de utilização da minha imagem e/ou voz no âmbito da pesquisa e do documentário institucional, bem como da possibilidade de revogação da autorização a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Assim, de forma livre e informada, expresso minha decisão:

Marque todas que se aplicam.

☐ ACEITO autorizar o uso da minha imagem e/ou voz conforme descrito neste termo.

☐ NÃO ACEITO autorizar o uso da minha imagem e/ou voz para os fins propostos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

02/04/2025, 14:59

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenv...

APÊNDICE O: PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA -CEP/IFFAR

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS: A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA PELAS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO

Pesquisador: ERIKA COCEIRO DA COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87295525.4.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.507.017

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa “ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS: A CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS JAGUARI DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA PELAS VOZES DOS EX DIRETORES DE ENSINO”, é proposto pela pesquisadora Erika Coceiro da Costa, a partir da sua vinculação como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFFar. A pesquisadora possui como propósito de pesquisa compreender como as experiências e decisões dos diretores e ex-diretores de ensino influenciaram na criação e desenvolvimento do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari. Desse modo, apresenta como justificativa para a pesquisa, valorizar as memórias institucionais e as narrativas dos ex gestores para entender os desafios e avanços que moldaram a trajetória do campus ao longo dos anos. A partir de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, o estudo terá como participantes os diretores e ex-diretores de ensino que estiveram à frente da instituição nos últimos 10 anos. O grupo de estudo será formado pela atual diretora de ensino e os ex-diretores, que participaram da gestão do campus.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no arquivo informações básicas do projeto, o objetivo geral da pesquisa é: “Analisar como as experiências e decisões do diretor(a) de ensino do Instituto Federal

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.507.017

Farroupilha Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição.¿

Em relação aos objetivos específicos, foram identificados, no projeto brochura (p.11) os seguintes:

¿ Documentar as principais fases de desenvolvimento relacionadas a gestão educacional desde a criação do campus Jaguari.

¿ Relacionar através de narrativas e memórias do diretor (a) de ensino durante o percurso histórico qual a importância da criação dessa instituição e contextualizá-la com a busca documental realizada.

¿ Construir o relato histórico do IFFar- Jaguari, por meio de produto educacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A partir do conteúdo exposto no documento ¿Informações básicas do projeto¿, afirma-se que:

Quanto aos riscos: a pesquisadora afirma que os riscos serão ¿baixos¿ e que poderão estar relacionados a aspectos psicológicos e emocionais. Durante a participação, é possível que os entrevistados sintam cansaço, desconforto ou insegurança ao expressar suas ideias. Ela afirma a garantia de acolhimento às demandas oriundas de possíveis riscos como interromper a entrevista, fazer pausas ou optar por não continuar, sem necessidade de justificativa.

Quanto aos benefícios: são descritos variados benefícios oriundos do estudo, tais como: benefícios diretos e indiretos tanto para os participantes quanto para a instituição. Preservação da memória institucional: Documentação das experiências e decisões que foram fundamentais para a construção e crescimento do campus. Valorização dos gestores: Reflexão sobre suas trajetórias e contribuições, promovendo um sentimento de reconhecimento e pertencimento. Fortalecimento da identidade institucional: O estudo servirá como referência para gestores atuais e futuros, inspirando novas práticas e estratégias. Aprimoramento da gestão e da política institucional: Os aprendizados extraídos poderão subsidiar decisões pedagógicas e institucionais, ajudando no desenvolvimento do campus.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo geral é "Analisar como as experiências e decisões do diretor(a) de ensino do Instituto Federal Farroupilha Campus Jaguari influenciaram na criação e no desenvolvimento dessa instituição." Assim, a pesquisadora propõe-se a fazer um estudo com abordagem exploratória, descritiva e qualitativa, valorizando as experiências e memórias

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.507.017

dos diretores e ex diretores de ensino do IFFar Campus Jaguari. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas ou aplicados questionários aos diretores e ex-diretores de ensino, possibilitando que compartilhem suas percepções, desafios e contribuições na construção do campus. Essas falas serão cruzadas com documentos históricos, criando um panorama rico e detalhado sobre o desenvolvimento da instituição. Como produto educacional será produzido um Documentário mostrando a evolução do IFFar Campus Jaguari. Esse recurso será fundamentado nas memórias dos ex-diretores de ensino e do atual direto(a)r e em documentos históricos, permitindo que os usuários explorem a história da instituição de maneira visual e envolvente.

Em relação ao tipo de tramitação, trata-se de um protocolo encaminhado pela segunda vez a este Comitê de Ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo localizado foi a Folha de Rosto, assinada pelo professor Ricardo Antonio Rodrigues que responde pela Direção Geral do IFFar Campus Jaguari sede do PROFEPT. Declaração de Autorização e Consentimento do IFFar e Campus Jaguari e a Carta de Anuência do IFFar, assinada pela Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFFar, Profa. Thirssa Helena Grando.

Recomendações:

Vide campo e Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise da documentação que constitui o protocolo da pesquisa "Organização e memórias: a criação e desenvolvimento do campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas vozes dos ex Diretores de ensino" e dos óbices éticos identificados, o qual resultou no Parecer número 7.478.461, tem-se a seguinte situação:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após analisar os documentos do protocolo, foram encontrados os seguintes óbices éticos:

1) No projeto brochura, os pesquisadores referem a realização de um documentário, porém não foi anexada autorização para uso de imagens. SOLICITA-SE esclarecimento sobre a realização do documentário e a utilização de imagens e/ ou dos participantes da pesquisa.

Situação: O projeto brochura apresenta, nas páginas 39, 59 e 60 os devidos esclarecimentos acerca da realização do documentário. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.507.017

2) Caso o produto educacional, documentário, utilizar imagens ou vozes dos participantes da pesquisa, SOLICITAMOS que as declarações sobre sigilo dos participantes seja refeita.

Situação: Na página 60 do Projeto Brochura, a pesquisadora esclarece o processo de organização e produção do documentário assim como apresenta o link para o acesso ao TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ, Documentário: Organização e Memórias: A Criação e Desenvolvimento do Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha pelas Vozes dos Ex-Diretores de Ensino. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do(a) relator(a).

Orientações importantes, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013:

- 1) Alterações no projeto aprovado, devem ser apresentadas ao CEP na forma de Emenda ou Extensão. Havendo modificações importantes de objetivos e métodos, deve ser apresentado novo protocolo de pesquisa.
- 2) Cabe ao (à) pesquisador(a) responsável informar a este CEP sobre o início da coleta de dados, junto aos participantes de pesquisa, no formato de Notificação
- 3) Ao final da pesquisa cabe ao (à) pesquisador(a) responsável a apresentação do relatório final ao CEP, no formato de Notificação. Na página do CEP no portal do IFFAR constam orientações e modelo para a apresentação do relatório.

Obs: Orientações sobre a submissão de emendas, extensões ou notificações estão disponíveis no Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Um material informativo adicional está disponível na página do CEP IFFar: <https://www.iffarroupilha.edu.br/comit%C3%AA-de-%C3%A9tica-em-pesquisa-2>

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.507.017

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2505665.pdf	02/04/2025 20:44:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Erika_Revisado_Abril.pdf	02/04/2025 20:43:46	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Outros	Formularios_Google_Termo_de_Autorizacao_para_uso_de_Imagem_e_Vozassinado.pdf	02/04/2025 20:42:11	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Outros	LISTA_DE_CHECAGEM_DE_SUBMISSAO_DE_DOCUMENTOS_AO_CEPassinado.pdf	17/03/2025 22:34:28	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DO_QUESTIONARIO_ok.pdf	17/03/2025 21:12:57	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ENTREVISTA.pdf	17/03/2025 21:12:32	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ok.pdf	17/03/2025 20:42:02	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_ERIKA.pdf	10/03/2025 20:35:25	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLA_IFFar.pdf	07/03/2025 02:41:51	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Outros	CARTA_DE_APRESENTACAO_DO_PROJETO_AO_CEP.pdf	07/03/2025 02:31:59	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Orçamento	DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_E_FINANCEIROassinado_283_29_28129assinado.pdf	07/03/2025 02:30:10	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	07/03/2025 02:03:56	ERIKA COCEIRO DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 7.507.017

SANTA MARIA, 14 de Abril de 2025

**Assinado por:
Talitha Comaru
(Coordenador(a))**

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.050-685

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br